



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO GERENCIAL

- 2º TRIMESTRE DE 2016 -

Brasília-DF, setembro de 2016

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Balço Patrimonial
Quadro 2	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
Quadro 3	Demonstração do Ativo Líquido
Quadro 4	Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Quadro 5	Balço Patrimonial
Quadro 6	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
Quadro 7	Demonstração do Ativo Líquido
Quadro 8	Demonstração das Provisões Técnicas
Quadro 9	Balço Patrimonial
Quadro 10	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – BD
Quadro 11	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – CODEPREV

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Participantes de Plano x Empregados Totais
Gráfico 2	Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC – Período: 2015x2016
Gráfico 3	Índices de Preços Acumulados - %
Gráfico 4	Comportamento do Dólar – Período: 2015 x 2016
Gráfico 5	Rentabilidade São Francisco Acima da Meta Atuarial
Gráfico 6	Evolução do Ativo Total
Gráfico 7	Acompanhamento Trimestral – Empregados x Participantes
Gráfico 8	Acompanhamento Anual – Empregados x Participantes
Gráfico 9	Acompanhamento Trimestral – Assistidos e Pensionistas
Gráfico 10	Acompanhamento Anual – Assistidos e Pensionistas
Gráfico 11	Percentual Por Grupo de Filiados em Relação ao Total
Gráfico 12	Participantes Ativos
Gráfico 13	Acompanhamento Trimestral – Ativos e Assistidos – R\$ Mil
Gráfico 14	Acompanhamento Trimestral – Extraordinárias Contratadas (Tempo de Serviço) – R\$ Mil
Gráfico 15	Acompanhamento Trimestral - Ativos – R\$ Mil
Gráfico 16	Acompanhamento Trimestral - Assistidos – R\$ Mil
Gráfico 17	Outras Contribuições – R\$ Mil
Gráfico 18	Acompanhamento Trimestral – R\$ Mil
Gráfico 19	Acompanhamento Trimestral – Comparativo da Contribuição – R\$ Mil
Gráfico 20	Acompanhamento Anual – R\$ Mil
Gráfico 21	Participações Percentuais
Gráfico 22	Participação Por Tipo de Benefício
Gráfico 23	Acompanhamento Trimestral – R\$ Mil
Gráfico 24	Acompanhamento Trimestral – R\$ Mil
Gráfico 25	Enquadramento Por Segmento
Gráfico 26	Rentabilidade Acumulada no Ano Por Segmento x Meta Atuarial -%Plano I/BD
Gráfico 27	Rentabilidade dos Ativos de Renda Fixa – Comparando – 2º Trimestre de 2015 x 1º Trimestre de 2016
Gráfico 28	Rentabilidade dos Ativos de Renda Variável – Comparando o 2º Trimestre de 2015 x 2º Trimestre de 2016
Gráfico 29	Dispersão Risco x Retorno
Gráfico 30	Tracking Error x Retorno
Gráfico 31	Alocação de Recursos Por Ativo
Gráfico 32	Rentabilidade dos Ativos de Investimentos Estruturados – Comparativo Entre o 2º Trimestre de 2015 x 2º Trimestre de 2016
Gráfico 33	Participação dos Cotistas no Fundo
Gráfico 34	Rentabilidade Nominal – Segmento de Imóveis – Comparativo Entre o 2º Trimestre de 2015 x 2º Trimestre de 2016
Gráfico 35	Acompanhamento dos Resultados – Imóveis
Gráfico 36	Demanda de Empréstimos Acumulada Por Ano – Período: 2012 a Junho de 2016
Gráfico 37	Demanda de Empréstimos no Trimestre
Gráfico 38	Rentabilidade Nominal – Comparativo 2º Trimestre de 2015 x 2º Trimestre de 2016
Gráfico 39	Duration do Plano
Gráfico 40	Duration – Portaria Previc Nº 30
Gráfico 41	Receitas dos Investimentos – Realizado x Projetado – 2º Trimestre 2016
Gráfico 42	Custeio Administrativo do Investimento e Formação do Fundo – Realizado x Projetado
Gráfico 43	Segmento de Renda Fixa – Enquadramento Apurado
Gráfico 44	Segmento de Renda Variável – Enquadramento Apurado



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

Gráfico 45	Segmento de Investimentos Estruturados – Enquadramento Apurado
Gráfico 46	Segmento de Imóveis e Empréstimos – Enquadramento Apurado
Gráfico 47	Acompanhamento Trimestral – Empregados x Participantes
Gráfico 48	Acompanhamento Anual – Empregados x Participantes
Gráfico 49	Acompanhamento Trimestral - Comparativo da Contribuição – R\$ Mil
Gráfico 50	Enquadramento Por Segmento
Gráfico 51	Rentabilidade Acumulada no Ano Por Segmento x Taxa Indicativa - %
Gráfico 52	Evolução da Duration
Gráfico 53	Desempenho Acumulado da Cota
Gráfico 54	Recursos Recebidos – Composição da Receita
Gráfico 55	Demonstrativo Histórico das Receitas
Gráfico 56	Despesas Realizadas
Gráfico 57	Demonstrativo Histórico das Despesa
Gráfico 58	Participação do Rendimento dos Investimentos
Gráfico 59	Enquadramento Legal
Gráfico 60	Rentabilidade Acumulada no Ano Por Segmento x Taxa de Referência - %
Gráfico 61	Evolução da Duration

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores Econômico-Financeiros – 2016
Tabela 2	Evolução do Patrimônio x Rentabilidade – Acumulada – Período: 1995 a 2015
Tabela 3	Enquadramento Legal
Tabela 4	Rentabilidade
Tabela 5	Alocação de Recursos – Renda Fixa 2016
Tabela 6	Alocação de Recursos – Renda Variável 2016
Tabela 7	Desempenho dos FIA's – Comparativo 2º Trimestre de 2016 x 2º Trimestre de 2015
Tabela 8	FIA's da Amostra Selecionada
Tabela 9	Classificação Por Tracking Error
Tabela 10	Alocação de Recursos
Tabela 11	Participação dos Cotistas no Fundo
Tabela 12	Vendas das Cotas do FII – Memorial Office – 2015/2016
Tabela 13	Alocação de Recursos – Imóveis 2016
Tabela 14	Taxa de Ocupação e Ocorrências
Tabela 15	Alocação de Recursos – Operações C/Participantes 2016
Tabela 16	Concessões de Empréstimos
Tabela 17	Saldos Quantitativos da Carteira de Empréstimos
Tabela 18	Composição do Saldo Líquido dos Empréstimos
Tabela 19	Demanda de Empréstimos – Acumulada no Ano – Período: 2012 a Junho de 2016
Tabela 20	Divergência Não Planejada
Tabela 21	Operações Cursadas – Exercício 2016
Tabela 22	Receitas Líquidas dos Investimentos
Tabela 23	Posição Consolidada Por Segmento – Plano I/BD
Tabela 24	Enquadramento Legal
Tabela 25	Alocação de Recursos
Tabela 26	Rentabilidade
Tabela 27	Operações Cursadas
Tabela 28	Receitas dos Investimentos
Tabela 29	Evolução da Cota
Tabela 30	Acompanhamento do Custeio
Tabela 31	Custeio – Base de Cálculo e Limites Legais
Tabela 32	Acompanhamento Orçamentário
Tabela 33	Alocação de Recursos
Tabela 34	Enquadramento Legal
Tabela 35	Rentabilidade
Tabela 36	Receitas dos Investimentos

1. APRESENTAÇÃO:

Este Relatório Gerencial é referente às informações do **2º trimestre de 2016**. Foi elaborado pela Diretoria Executiva com dados produzidos pelas áreas administrativas organizacionais da Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO subordinadas diretamente a cada Diretoria. O objetivo é dar pleno conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas em cada período, bem como, os resultados acumulados alcançados no trimestre, comparando-os com períodos de tempos próprios.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC 13 de 01/10/04, em especial os seguintes:

Art. 7º: *A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.*

Parágrafo único. *A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.*

Art. 16. *Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.*

§ 1º *O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.*

Art. 17. *Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.*

Parágrafo único. *A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.*

O material dele constante permite aos Conselhos o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios sob a gestão da Fundação. Fornece subsídios para conhecimento e avaliação dos riscos assumidos e dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado, e também, demonstra qual o comportamento comparativamente aos trimestres iguais de exercícios anteriores.

A estrutura do relatório foi ajustada antevendo a aprovação do Plano de Benefício Saldado, o que representará um novo plano sob a gestão da São Francisco. Dessa forma, sinteticamente, é formado: **(i)** Apresentação; **(ii)** Aspectos gerais; **(iii)** Os Planos de Benefícios e **(iv)** PGA - Plano de Gestão Administrativo.

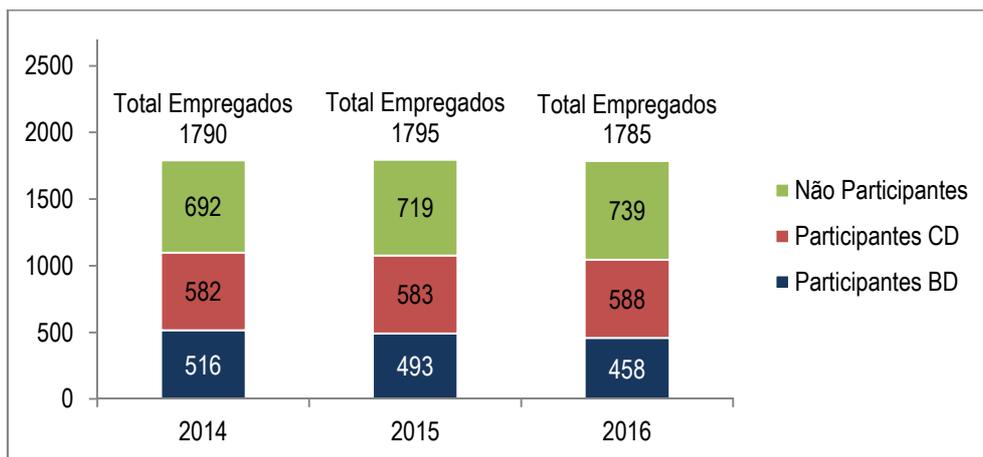
2. ASPECTOS GERAIS:

2.1 PREVIDÊNCIA

2.1.1 Atingimento dos Objetivos da Adesão

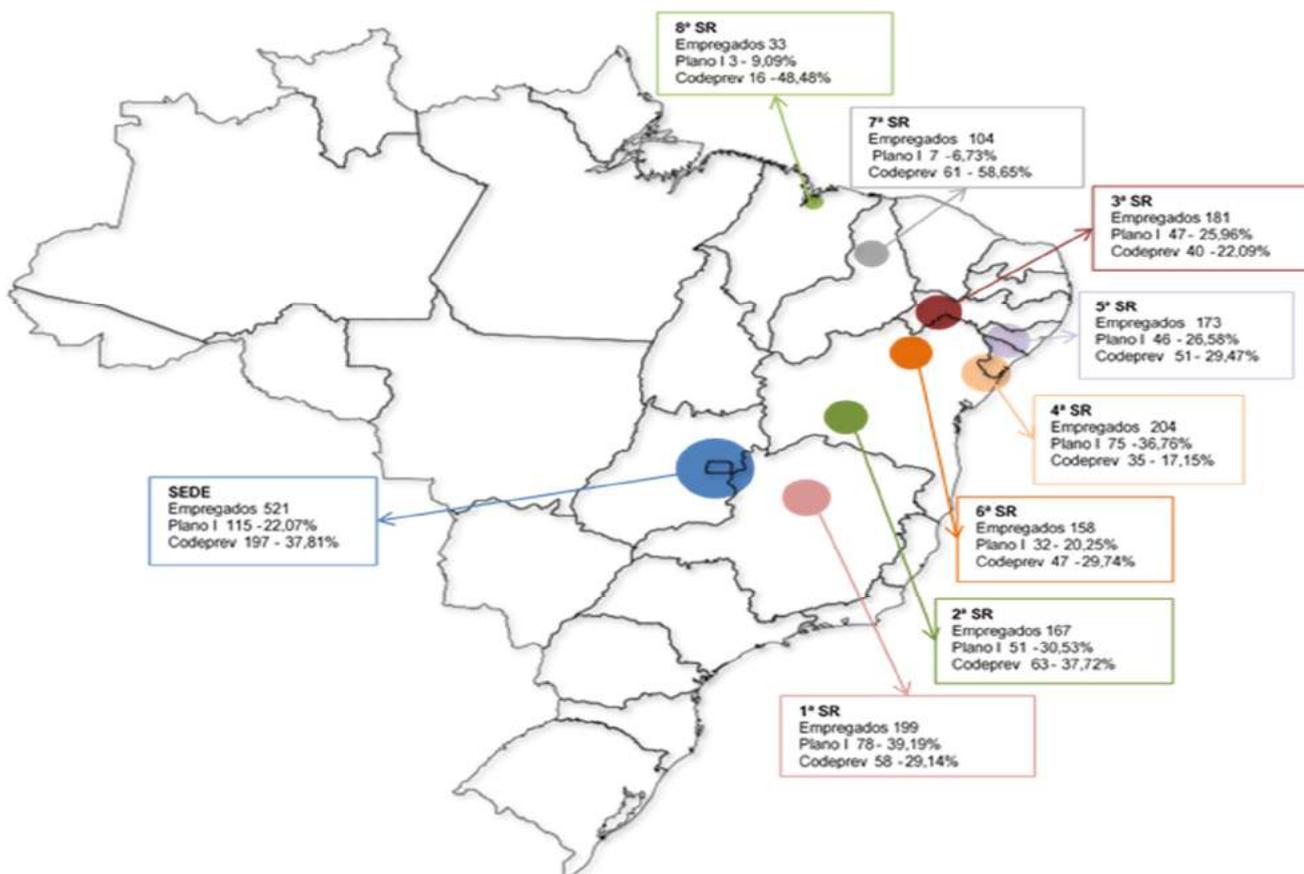
2.1.1.1 Participantes de Plano x Empregados Totais

Gráfico nº 1



2.1.2 Outros

2.1.2.1 Distribuição por SR – Superintendências Regionais dos Participantes



2.2 ECONOMIA E MERCADOS

2.2.1 Cenário Econômico

Terminado o 2º trimestre de 2016, o Brasil continuou a deslizar-se sobre as intempéries políticas, pautada na gestão e administração interina do Vice-Presidente da República, Michel Temer, motivada pela admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, aprovada no dia 12 de maio de 2016 na Comissão do Senado Federal. Foram 55 votos a favor e 22 contra. Com a decisão, a Presidente ficará afastada do mandato por 180 (cento e oitenta) dias, até o julgamento final pelo Senado.

Com o afastamento da Presidente e a interinidade do Vice-Presidente Michel Temer, verificou-se que o movimento do mercado financeiro e de capitais no médio e longo prazo, é de que o novo governo mude as expectativas dos agentes econômicos, com objetivo de retomar o processo de confiança dos investidores internos e externos, para que o país possa sair da condição essencialmente política observada no primeiro semestre de 2016 e retome o caminho do crescimento econômico.

A condição unilateral vivenciada pelo processo político imputou ao Brasil no decorrer dos seis primeiros meses do ano, elevado reflexo na economia interna, gerando incertezas e ampliando a ausência de confiança dos agentes macros, impelindo com vigor forte recessão ao país e um caminho de difícil retomada do crescimento econômico.

*Segundo a **Confederação Nacional da Indústria - CNI**, em junho, o fator político piorou de forma acentuada as condições de financiamento da indústria no país - Grifo: “As condições de crédito de capital de giro têm se deteriorado com a atual crise político-econômica. Nos segmentos industriais da extrativa, transformação e construção, 53% das empresas que afirmaram ter renovado suas linhas de crédito, o fizeram em piores condições. Paralelamente, 35% das empresas que procuraram contratar ou renovar linhas de crédito para capital de giro nos últimos três meses não conseguiram. Das que contrataram ou renovaram, aproximadamente 40% obtiveram apenas parte do valor solicitado. Entre as principais dificuldades enfrentadas ao solicitar crédito estão a elevada taxa de juros, a exigência de garantias reais e os prazos curtos de financiamento. Diversos são os impactos causados pelo não recebimento de recursos. Entre os principais estão: o atraso de pagamentos a fornecedores; a perda de oportunidade de negócio; e a necessidade de renegociação de prazos de pagamento com os fornecedores”.*

“A situação das empresas do segmento industrial continua delicada. As condições financeiras das empresas estão muito deterioradas, o acesso ao crédito está ainda mais restrito e a capacidade ociosa permanece extremamente elevada, inibindo qualquer expectativa de investimento. Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas no segundo trimestre de 2016, destacam-se a elevada carga tributária, demanda interna insuficiente, taxa de juros elevadas e inadimplência dos clientes”.

Em que pese uma boa dose de expectativas positivas com o Governo Michel Temer, as atividades industriais ainda são fracas, porém, com sinais de possível reversão. No segundo trimestre os principais indicadores macroeconômicos, ainda foram desfavoráveis, no entanto, a população encontra-se com elevado índice de aceitabilidade do Governo Interino. Passados os dois primeiros meses do seu governo, numa pesquisa do IBOPE a pedido da **Confederação Nacional da Indústria - CNI**, a parcela da população que avalia o Governo Michel Temer como “Bom” e “Ótimo” subiu de 13% para 15%. Já entre os que consideram o Governo “Regular”, passou de 35% para 39% dos brasileiros. Neste contexto, podem-se enumerar alguns pontos positivos da nova gestão junto ao Poder Legislativo:

- (i) Aprovação da meta de déficit fiscal de 2016 de R\$ 98,0 bilhões R\$ 170,0 bilhões e R\$ 139,0 bilhões para 2017, e

- (ii) No campo social, o Governo concedeu 12,5% de reajuste nos benefícios para o “Bolsa família”; a retomada da construção de 4,2 mil moradias do programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida”; a retomada de investimentos de R\$ 1,6 bilhão em educação; a criação de 75 mil novas vagas no FIES e por fim, a retomada de obras na integração do Rio São Francisco, medidas que poderão retomar a confiança do consumidor, bem como possibilitará colocar o Brasil no trilho, com alvo na meta inflacionária de 4,50% em 2017.

Paralelamente, o Governo comemorou as aprovações no Congresso Nacional com maioria esmagadora, mas, há ainda caminhos tortuosos e impopulares, que são determinantes para o pretense ajuste fiscal:

- (i) A Proposta de Emenda à Constituição - PEC que institui o teto para os gastos públicos;
- (ii) A Reforma da Previdência, sobre a qual o governo e as centrais sindicais estão longe de chegar a um acordo. É de longe o projeto mais polêmico e urgente do governo, dado o crescente déficit da Previdência Social. Já em 2016, o rombo das aposentadorias deve ultrapassar R\$ 130,0 bilhões, e
- (iii) A Reforma Trabalhista pretendida pelos empresários, onde mexem com os sindicatos e os partidos. Ambos tentam evitar o assunto em ano eleitoral.

Com os números acima identificados, o Brasil encerrou o 2º trimestre de 2016 com um cenário “**Político e Econômico**” ainda bastante desfavorável, porém, melhor que o esperado pelo mercado. No entanto, não se vislumbra uma possível recuperação da economia brasileira no médio e curto prazo. Todo esse cenário faz com que os investidores apresentem baixo nível de confiança nas medidas cogitadas pelo Poder Executivo com vistas a reverter o processo de queda das atividades produtivas do país. Destacam-se sinteticamente os principais pontos de preocupação interna:

- (i) A queda acentuada da atividade econômica, com elevado índice de desemprego no período considerado: no 2º trimestre de 2016 a taxa de desemprego segundo os números publicados pelo IBGE alçou 11,3% contra 10,9% registrada no 1º trimestre, impondo ao país uma fila de 11,6 milhões de pessoas desempregadas. Em junho o mercado de trabalho fechou 91.032 vagas, acumulando no ano 531.765 vagas. Os dados de junho de 2016 renovou o recorde do setor, ao marcar a pior taxa da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, remetendo a uma queda na renda da população de 4,2%;
- (ii) Após encerrar o 2º trimestre de 2016, a **Confederação Nacional da Indústria (CNI)** piorou as estimativas para a economia em 2016. Agora, a entidade projeta queda de 3,5% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, ante previsão anterior de retração de 3,1%;
- (iii) A trajetória de alta da dívida pública federal: Em junho o estoque da dívida pública federal (DPF) alcançou o valor de R\$ 2,95 trilhões, contra R\$ 2,79 trilhões em 2015, isto é, um crescimento de 5,73% no ano – (**Fonte: BACEN**);
- (iv) Em junho, segundo a CNI, a indústria tem apresentado leve recuperação. Resultado da combinação de alguns indicadores positivos de expectativa, como os de demanda, quantidade exportada e de compras de matérias-primas e de redução do ritmo de queda de determinados indicadores. Porém, a situação das empresas do segmento industrial, continua delicada, e

- (v) Consequentemente, com a atividade econômica e o pagamento de tributos em queda, o setor público consolidado registrou em junho Déficit Primário de R\$ 10,1 bilhões, acumulando no ano um déficit de R\$ 23,8 bilhões contra superávit de 16,2 bilhões no mesmo período de 2015. Em 12 (doze) meses, o Governo Central apresenta um déficit primário de 151,2 bilhões, equivalente a 2,51% do PIB – **(Fonte: BACEN)**.

Brasil - Perspectivas 2016:

Mediante o contexto acima, o cenário macroeconômico ainda é desfavorável. O Brasil continua a passar por um momento difícil, complexo e desafiador. Encerrado o primeiro semestre de 2016, as previsões para o ano ainda permanecem fracas, porém, em condições mais favoráveis do que se imaginavam no encerramento do primeiro trimestre. O país continuará praticando taxas de juros elevadas; inflação oficial ainda acima do centro da meta (4,50%) e possivelmente acima do teto máximo estabelecido (6,50%); volatilidade cambial; baixa recuperação do mercado de trabalho e consequente queda da renda.

2.2.2 Destaques Internacionais

- **Nos Estados Unidos:** “Encerrado o 2º trimestre de 2016, o PIB dos EUA cresceu 1,2%, na comparação anual. O número veio abaixo da mediana das expectativas do mercado, que eram de que o crescimento fosse de 2,5%, segundo consenso da Bloomberg – **(Fonte: InfoMoney-29.07.16)**. O Fed (Banco Central Americano) manteve, em decisão unânime, a taxa de juros no intervalo entre 0,25% e 0,50%. Por outro lado, a Casa Branca revisou, para baixo, sua projeção para o crescimento da economia dos Estados Unidos nos próximos anos. Em novas projeções publicadas na ata de 15.07.2016, a presidência reduziu a estimativa para o crescimento do PIB de 2,6% para 1,9% em 2016. A projeção de 2017 recuou de 2,6% para 2,5%. A partir de 2018, a projeção de crescimento recua para 2,2%. Os novos números compõem as projeções feitas pela Casa Branca e apresentadas ao Congresso. A estimativa para o déficit fiscal do governo recuou de 2,6% para 2,3% em 2016. Em 2017, foi de 2,3% para 1,7%” – **(Fonte: Jones Newswires)**.
- **Na China:** A economia da China cresceu 6,7% no segundo trimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, mantendo o mesmo ritmo do primeiro trimestre e ligeiramente melhor do que o esperado. Analistas consultados pela Reuters esperavam que o PIB chinês desacelerasse para 6,6% no segundo trimestre, o que teria sido o ritmo mais fraco desde a crise financeira global. Na comparação trimestral, o PIB cresceu 1,80%, segundo informações da Agência de Estatística, também melhor do que a expectativa. A Agência de Estatísticas da China afirmou que a economia ainda enfrenta pressões para baixo, mas que o crescimento econômico no primeiro semestre estabelece uma boa base para o cumprimento da meta do governo em 2016. “O índice dos gerentes de compras (PMI, na Sigla em inglês), do setor industrial da China pelo **Caixin Media** caiu para 48,6 em junho de 49,2 em maio. A queda do índice aponta para uma desaceleração ainda maior na atividade manufatureira chinesa e marca o décimo sexto mês seguido de terreno negativo. Um a leitura abaixo dos 50,0 indica contração da atividade fabril. Foi o terceiro mês seguido de declínio do índice, marcando a deterioração mais íngreme das condições do setor industrial desde fevereiro, de acordo com **Zhengsheng Zhong**, economista do CEBM Group. De modo geral, as condições econômicas no segundo trimestre foram consideravelmente mais fraca que nos três primeiros meses do mês, o que significa que não houve alívio na pressão sobre o crescimento” – **(Fonte: Dow Jones Newswires - 01.07.2016)**.

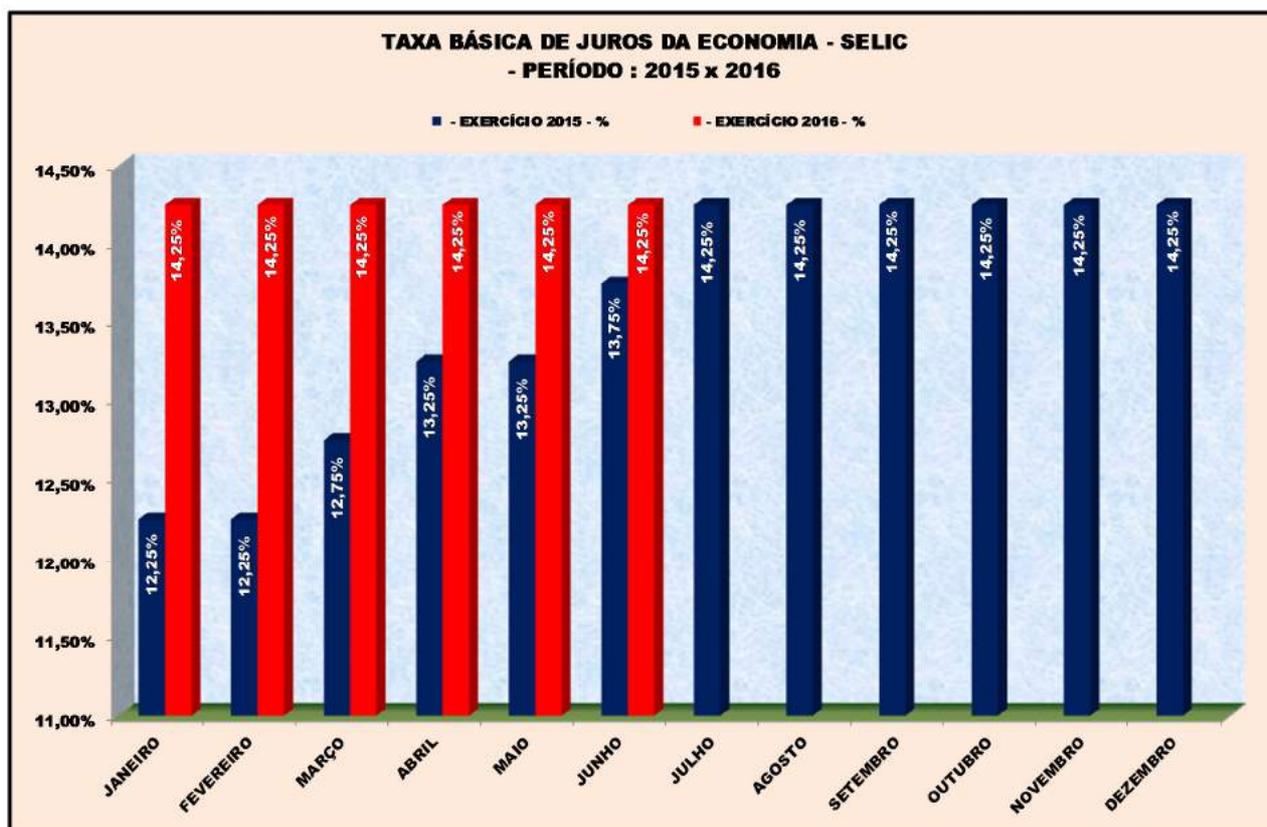
- **Na Zona do Euro:** “O índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) do **Setor Industrial da Zona do Euro** avançou 52,8 em junho, de 51,5 em maio, atingindo o maior patamar em seis meses, segundo dados finais publicados pela *Markit Economics*. O resultado veio acima da prévia de junho e da expectativa de analistas consultados pela Dow Jones Newswires, de 52,5 em ambos os casos. A leitura acima da marca de 50,0 mostrou que a indústria da zona do euro se expandiu pelo 36º mês consecutivo. O principal destaque ficou por conta da Alemanha com 54,5 e junho contra 52,1 em maio de 2016, ligeiramente acima da expectativa dos analistas, que previam avanço do indicador a 54,4” – (Fonte: *Estadão* - 01.07.2016).

2.3 RESULTADOS GLOBAIS DA ENTIDADE

2.3.1 Taxa Básica de Juros da Economia - SELIC

Terminado o 2º trimestre de 2016, o Comitê de Política Monetária - COPOM, em sua última reunião do trimestre, realizada nos dias 07 e 08 de junho, decidiu por unanimidade, manter a Taxa Básica de Juros da Economia-Selic em 14,25% ao ano, sem viés, contra 13,75% em junho de 2015, isto é, uma alta de 0,50 pontos percentuais no período, confirmando a última reunião presidida por Alexandre Tombini, dado que Ilan Goldfajn teve sua indicação aprovada pelo Senado Federal, como o novo Presidente do BACEN do Governo interino Michel Temer. “O comunicado apresentado pela Autoridade Monetário reconhece os avanços na política de combate à inflação, em especial a contenção dos efeitos de segunda ordem dos ajustes de preços relativos que são os administrados e o câmbio. No entanto, aponta que o elevado nível da inflação em 12 meses e as expectativas distantes dos objetivos do regime de metas não oferece espaço para flexibilização da política monetária” – (Fonte: *Jornal Valor* - 09.06.2016).

Gráfico nº 2

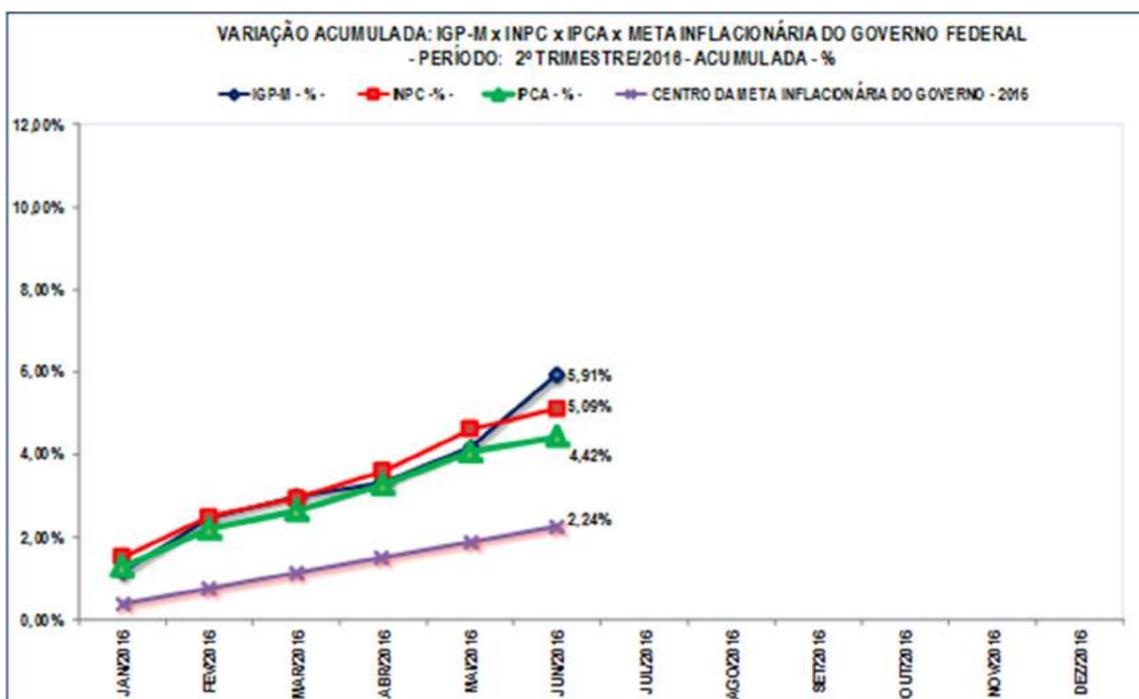


2.3.2 Taxa de Inflação

Segundo publicação do IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (índice oficial de inflação do Governo Federal) desacelerou de 0,78% em maio para 0,35% em junho, a menor taxa desde agosto de 2015 quando o índice registrou uma alta de 0,22%. Com este resultado a inflação oficial do Governo registrou no 2º trimestre de 2016 uma variação de 1,75%, contra 2,62% registrado no 1º trimestre 2016, acumulando no ano um índice de 4,49% abaixo do índice de 6,17% registrado em igual período de 2015. **Nos últimos doze meses o índice acumulou alta de 8,84%**, portanto, superior ao teto da meta de 6,50% a.a. estipulada pelo Governo.

O maior resultado mensal foi registrado em janeiro, quando o índice bateu 1,27%, motivado pela concentração de ajustes significativos nas tarifas transportes e alimentos. Em junho de 2016, o grupo alimentos e bebidas teve aceleração tímida de 0,78% em maio para 0,71 em junho. Dentro da classe de despesas, destacaram-se o aumento do feijão (41,78%) e o leite longa vida (10,16%), juntos foi responsável por 0,21 pontos percentual, ou 60% do índice geral. De acordo com as previsões do BACEN (Relatório Focus – 01.07.2016), a inflação deve perder força em 2016, no entanto, as expectativas apontam uma alta nos preços de 7,27%, acima, portanto, do teto da meta (6,50% a.a.) estabelecido pelo Governo.

Gráfico nº 3 – Índices de Preços Acumulados – %

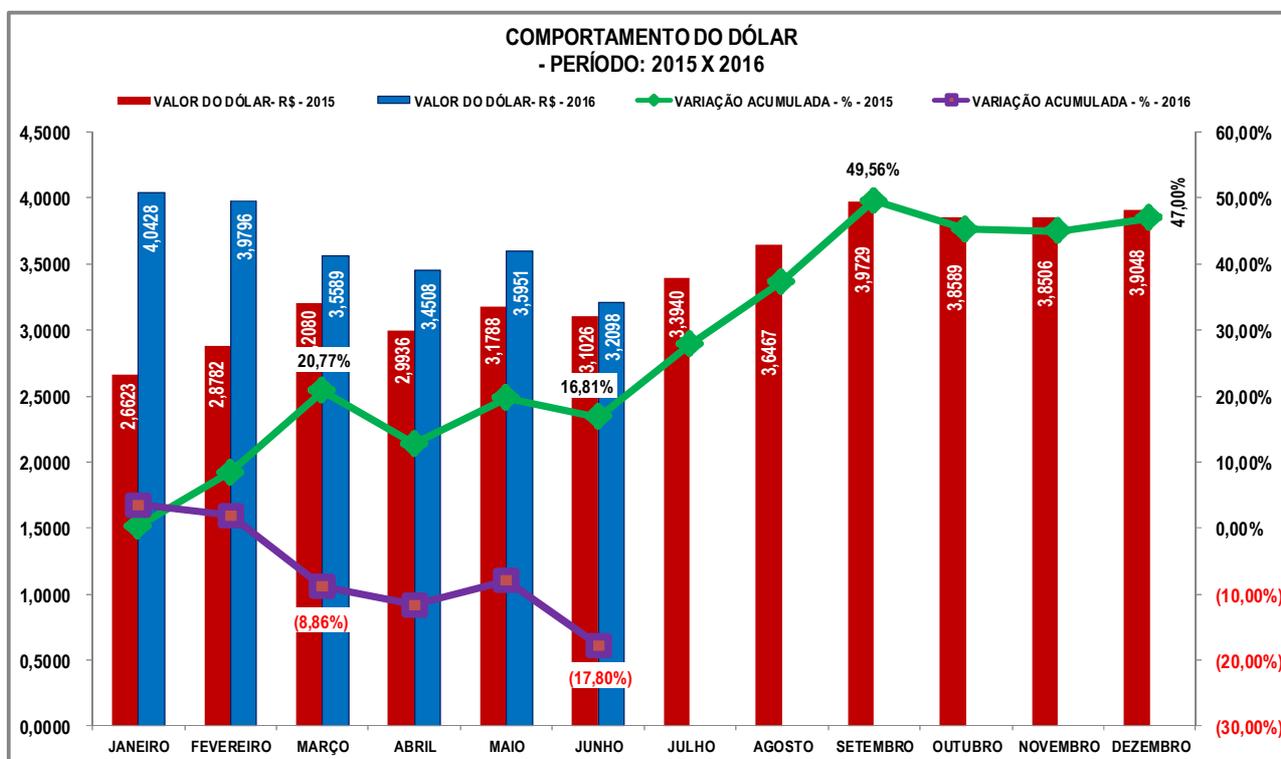


Observa-se que no decorrer do primeiro semestre de 2016, persiste o descolamento entre as variações dos índices INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e o IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), em patamar acima dos historicamente observados até 2014. Como se observa no gráfico, as variações dos índices, no encerramento do 2º semestre de 2016, deixam visível ser necessário que os investimentos atrelados em IPCA utilizem dos juros reais 0,67% para empatar com a variação do INPC.

2.3.3 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 2º trimestre de 2016 valendo R\$ 3,2098 contra R\$ 3,5589 no 1º trimestre, registrando uma queda de 9,81% no trimestre. Com este resultado, a moeda americana acumula no ano de 2016 queda de 17,80%, ante valorização de 16,81% no mesmo período de 2015, resultando substancial valorização do real. No decorrer do 2º trimestre a aposta do mercado era de que a moeda americana chegaria ao fim do ano a R\$ 3,70. No entanto, após as idas e vindas à aprovação do processo de admissibilidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff e a possível confirmação do seu afastamento definitivo, o mercado trabalha com uma projeção de R\$ 3,46. Ressalte-se que, com as perspectivas ainda de queda da moeda americana, levou os analistas e o mercado financeiro a prever que a inflação poderá ceder com maior intensidade em 2016 e 2017.

Gráfico nº 4



2.3.4 Indicadores Econômicos Financeiros - 2016

Tabela nº 1

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2016								
ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2016	VARIÇÕES NOMINAIS - 2016						NOMINAL NO ANO
		Jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	Jun/16	
IBOVESPA	(13,30%)	(0,79%)	5,91%	10,97%	7,70%	(10,09%)	0,30%	18,86%
IBRX 50	(13,08%)	(0,47%)	5,05%	10,41%	7,24%	(10,18%)	0,27%	17,75%
IBRX 50 ACUMULADO		(0,47%)	(1,19%)	15,03%	23,30%	10,80%	17,75%	
US\$ (FTAX) %	47,01%	3,53%	(1,50%)	(10,57%)	(3,04%)	4,18%	(10,72%)	(17,80%)
ODI	13,23%	1,05%	1,00%	1,10%	1,05%	1,11%	1,11%	6,68%
ODI ACUMULADO		1,05%	2,00%	3,24%	4,33%	5,40%	0,00%	
TAXA SELIC	13,28%	1,00%	1,00%	1,10%	1,00%	1,11%	1,10%	6,73%
FOUNFAÇA	8,09%	0,03%	0,00%	0,72%	0,03%	0,05%	0,71%	4,00%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO		VARIÇÕES NOMINAIS - 2016						
IQP-M (FGV)	10,64%	1,14%	1,20%	0,51%	0,33%	0,82%	1,00%	6,91%
IQP-DI (FGV)	10,88%	1,53%	0,70%	0,43%	0,30%	1,13%	1,03%	6,01%
INPC (IBGE)	11,28%	1,51%	0,05%	0,44%	0,84%	0,08%	0,47%	6,09%
IPO-SP (FIFE)	10,88%	1,37%	0,80%	0,07%	0,40%	0,57%	0,05%	6,01%
IPOA (IBGE)	10,67%	1,27%	0,90%	0,43%	0,01%	0,78%	0,35%	4,42%
META ATUARIAL (*)	17,07%	1,35%	1,00%	1,40%	0,80%	1,00%	1,43%	8,40%
TAXA INDICATIVA (**)	16,17%	1,80%	1,24%	0,73%	0,93%	1,27%	0,70%	6,91%
REFERENCIA (***)	17,40%	1,00%	1,40%	0,80%	1,00%	1,43%	0,92%	7,94%
META ACUMULADA	-	1,35%	3,34%	4,70%	5,72%	6,87%	8,40%	-
META ACUMULADA 12 MESES	-	17,40%	17,43%	17,10%	15,95%	15,87%	15,80%	-
TAXA INDICATIVA ACUMULADA	-	1,80%	3,00%	3,81%	4,78%	6,11%	6,01%	0,00%
TAXA INDICATIVA ACUMULADA 12 MESES	-	15,20%	14,97%	13,75%	13,07%	13,00%	13,33%	-
REFERENCIA ACUMULADA	-	1,00%	3,30%	4,31%	5,45%	6,00%	7,04%	-
REFERENCIA ACUMULADA 12 MESES	-	17,43%	17,19%	15,95%	15,87%	15,80%	15,52%	-
DOLAR FTAX (VENDA) US\$	3,9048	4,0428	3,0700	3,5590	3,4508	3,5051	3,2098	-

(*) INPC (sem defasagem) + 6,6% a.a.
(**) INPC + 0,6% a.a.
(***) INPC (sem defasagem) + 6,6% a.a.

Verifica-se na Tabela acima, a acentuada recuperação do mercado acionário no encerramento do primeiro semestre de 2016, bem como a valorização do real frente à queda de 17,80% da moeda americana no período. Destaca-se ainda, no que concerne aos indicadores do mercado bursátil, tendo em vista que no decorrer do exercício de 2014, por ocasião da mudança de Gestores dos Fundos de Investimentos em Ações - FIA's fez-se a opção pelo IBrX-50 como *benchmark* para os investimentos de Renda Variável nos planos administrados pela entidade. O indicador mostra-se mais adequado para carteiras de longo prazo, e seu desempenho é melhor que a carteira do IBOVESPA.

2.4 PERFORMANCE DA INDÚSTRIA DE FUNDOS DE PENSÃO – 1995 a 2015

Gráfico nº 5 – Rentabilidade São Francisco Acima da Meta Atuarial

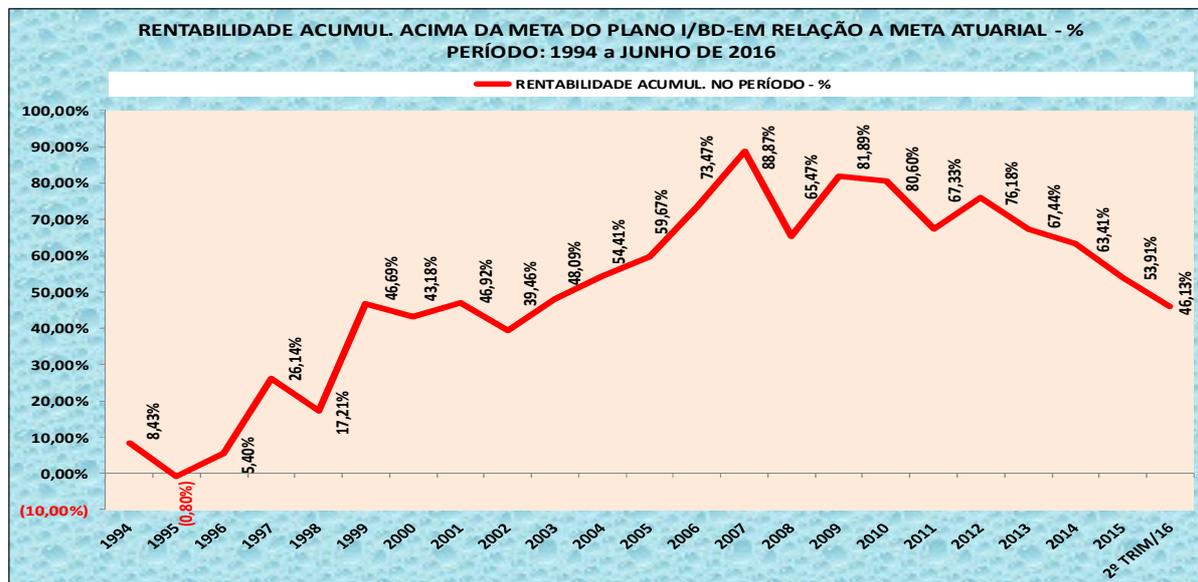


Tabela nº 2 – Evolução do Patrimônio x Rentabilidade – Acumulada – Período: 1995 a 2015

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO X RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - 1994 a JUNHO DE 2016 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 6% a.a. (3)	RENTABILIDADE REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % -	RENTABILIDADE ACIMA DA META ATUARIAL - MÊS - (2/4) - % - (5)	RENTABILIDADE ACIMA DA META ATUARIAL ACUMULADA NO PERÍODO - % - (5)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2º TRIM/16	538.907.003	8,09%	8,40%	0,17%	5,50%	(5,05%)	46,13%
ACUMULADA NO PERÍODO.....		26009,77%	16913,41%	449,03%	275,71%	46,13%	
					DESVIO PADRÃO	9,15%	

A São Francisco visando permitir que os *Stakeholder* entre eles principalmente, Participantes, Conselheiros e Colaboradores, elaborou o material aqui apresentado, comparando no mesmo período, os resultados do plano gerido pela Fundação. Assim, se poderá apreciar a “**Rentabilidade Média Acima da Meta Atuarial do Plano I/BD**”, acumulada no período de 1994 a junho de 2016.

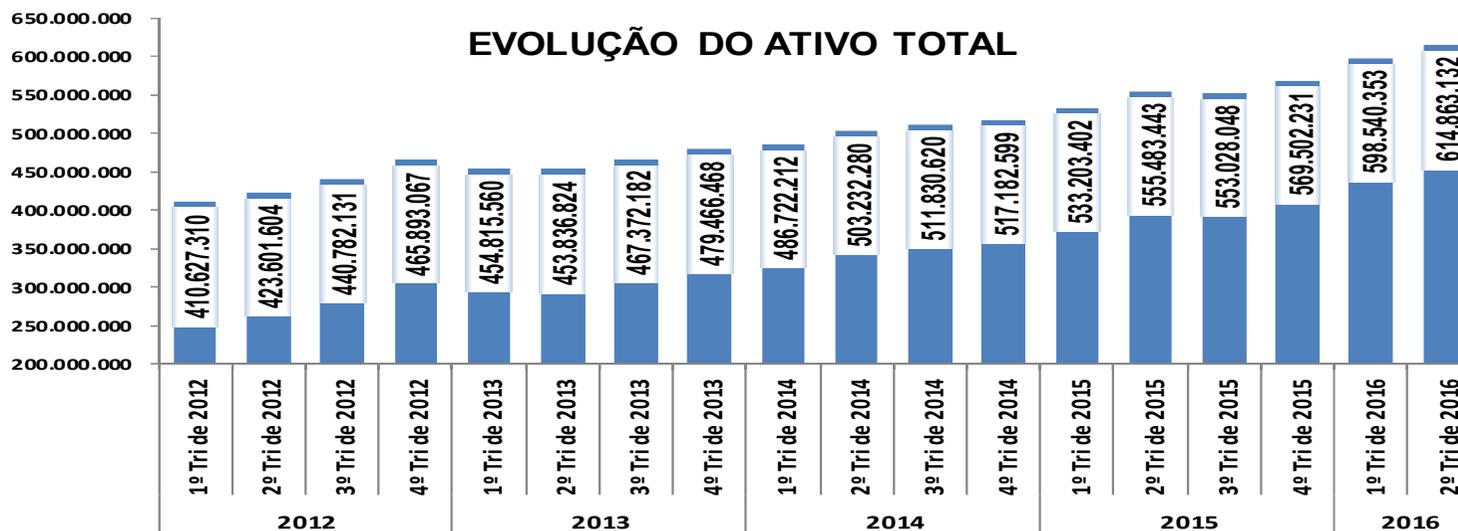
O comportamento acumulado permite a conclusão de que, apesar das condições conjunturais adversas registradas no mercado financeiro e de capitais no período de 1994 a junho de 2016, os ativos de investimentos da São Francisco no período consolidado, obteve um desempenho real excepcional de 46,13%, acima da meta atuarial no período, fruto das estratégias adotadas pelos gestores internos; a baixa concentração de recursos investidos no Segmento de Renda Variável, onde as estratégias foram manter alocada concentração próxima de 20% do total dos recursos, aliada a alocação tática e estratégica das operações de Renda Fixa.

2.4.1 Dados Globais da SÃO FRANCISCO – Recursos Sob Gestão

2.4.1.1 Evolução do Ativo Total Consolidado

Encerrado o 2º trimestre de 2016, o **Ativo Total Consolidado** (Planos I, II e PGA) atingiu o montante de R\$ 614,8 milhões, contra R\$ 569,5 milhões alçado no 4º trimestre de 2015, registrando crescimento de 7,95% no período e 10,69% em relação ao 2º trimestre de 2015.

Gráfico nº 6



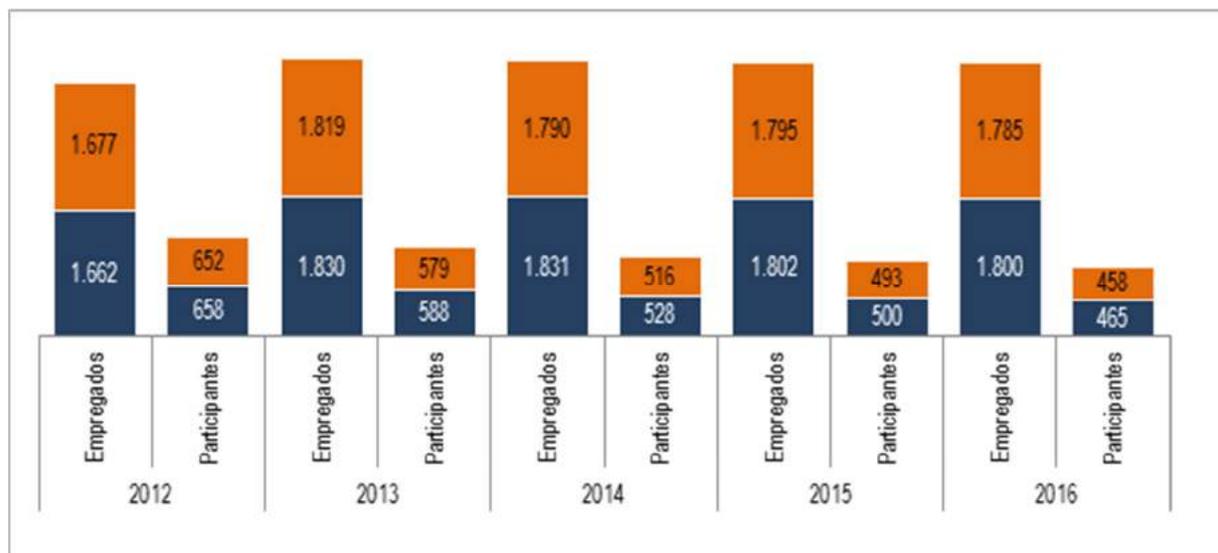
3. PLANO DE BENEFÍCIOS:

3.1 BENEFÍCIO DEFINIDO I

3.1.1 *Previdência*

3.1.1.1 Quadro Social

Gráfico nº 7 – Acompanhamento Trimestral – Empregados x Participantes



No último trimestre, 7 participantes ativos foram desligados do Plano, sendo: 3 cancelamentos a pedido, 3 falecimentos e 1 demissão.

Gráfico nº 8 – Acompanhamento Anual – Empregados x Participantes

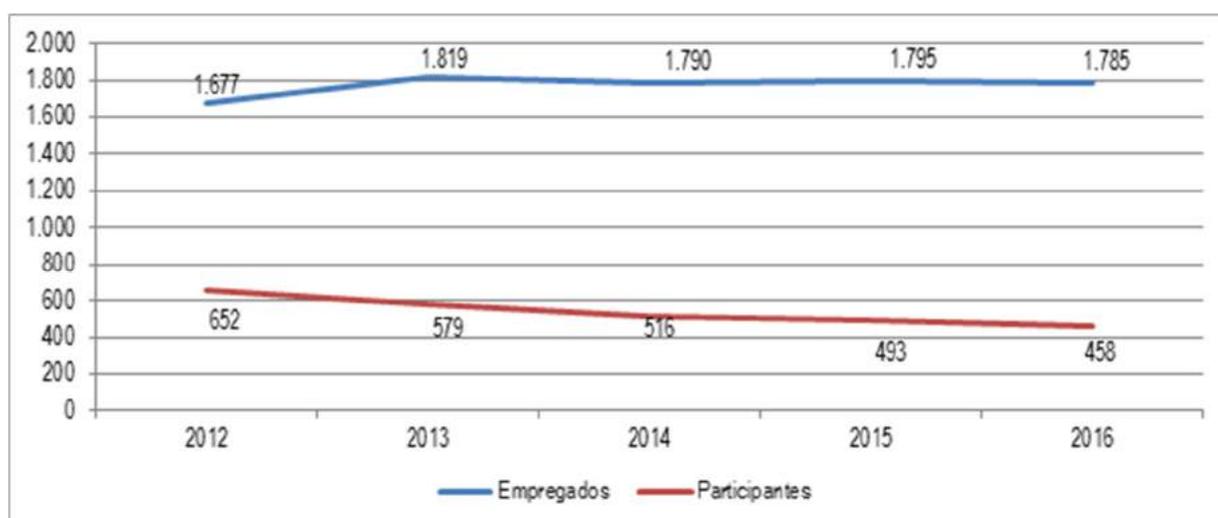


Gráfico nº 9 – Acompanhamento Trimestral – Assistidos e Pensionistas

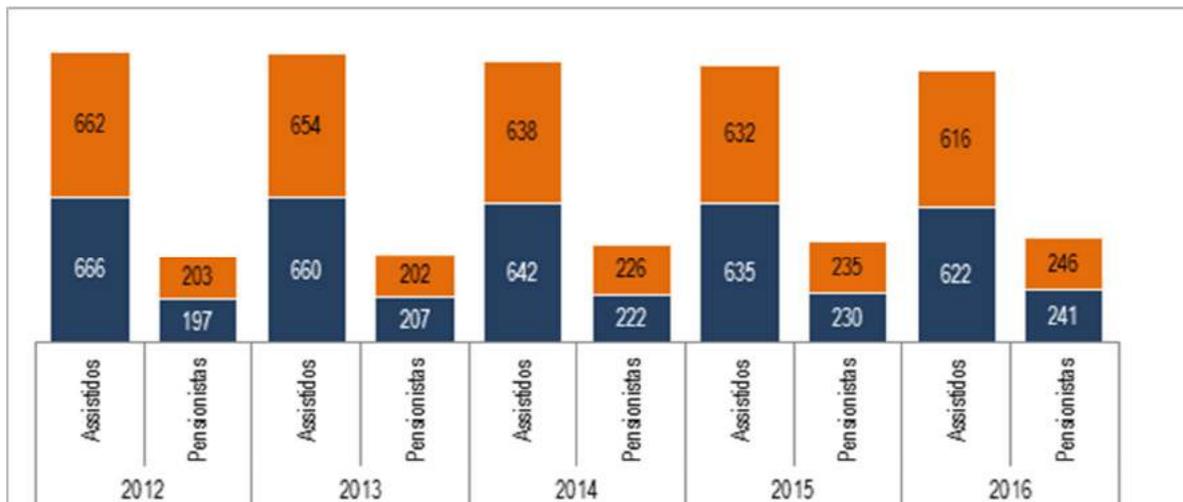


Gráfico nº 10 – Acompanhamento Anual – Assistidos e Pensionistas

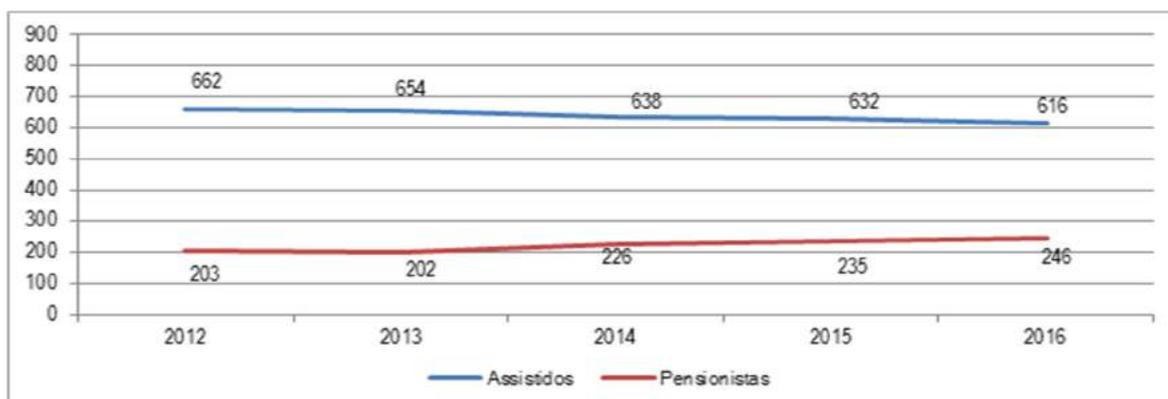
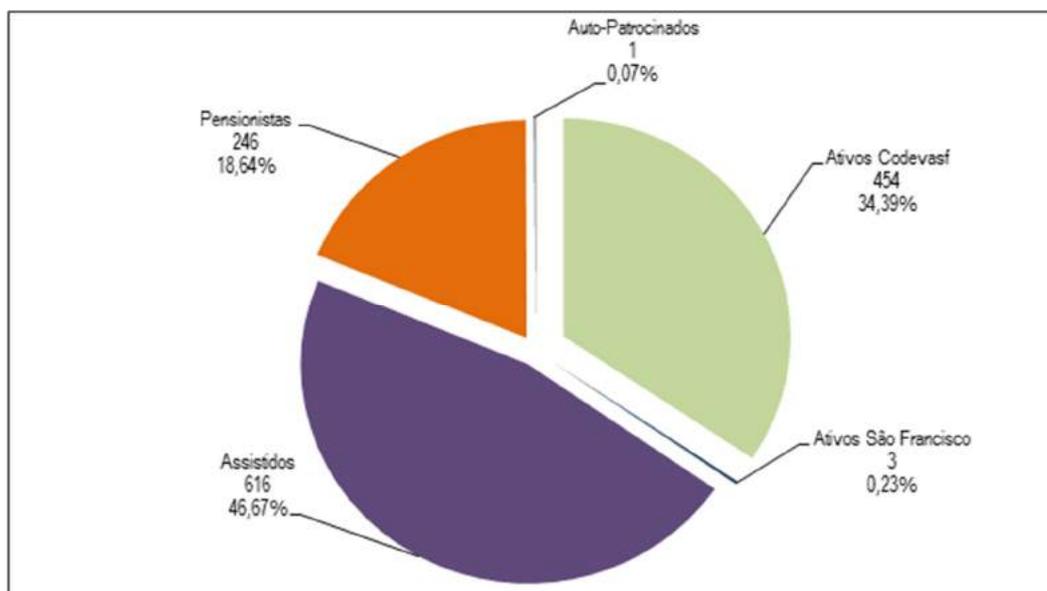
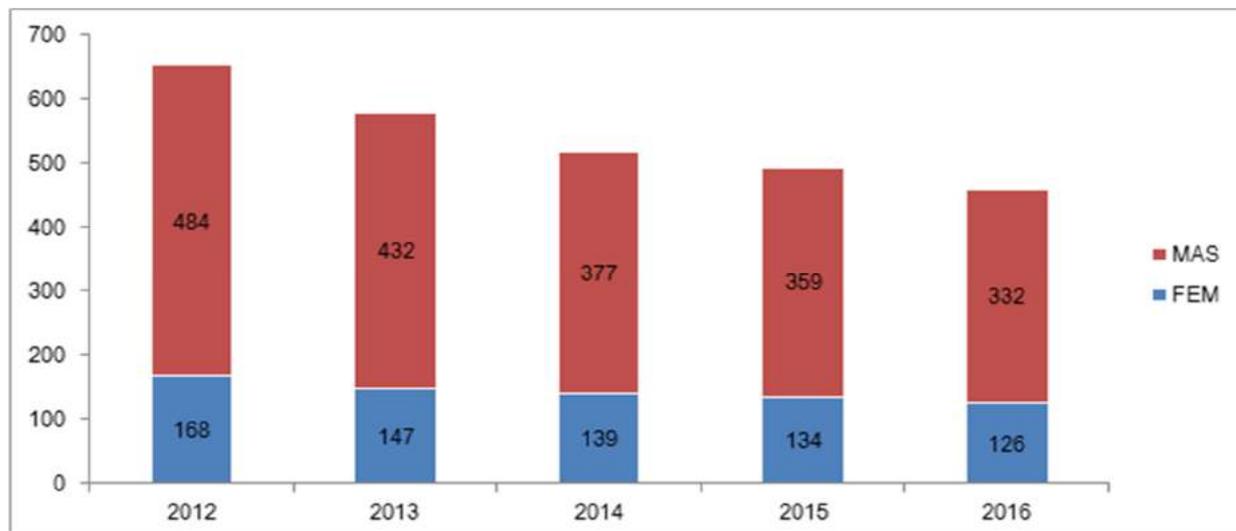


Gráfico nº 11 – Percentual Por Grupo de Filiados em Relação ao Total



3.1.1.2 Segregação Por Sexo

Gráfico nº 12 – Participantes Ativos – Trimestral



3.1.1.3 Receitas Previdenciárias

a) Contribuições Patronais Totais

Gráfico nº 13 – Acompanhamento Trimestral – Ativos e Assistidos – R\$ Mil

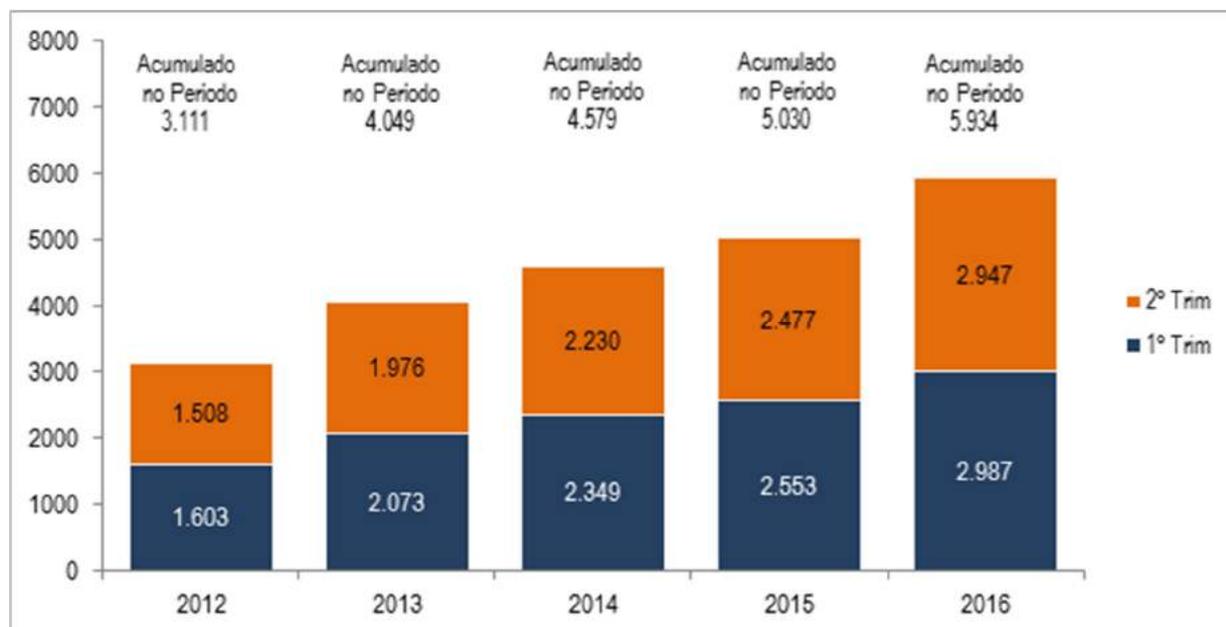
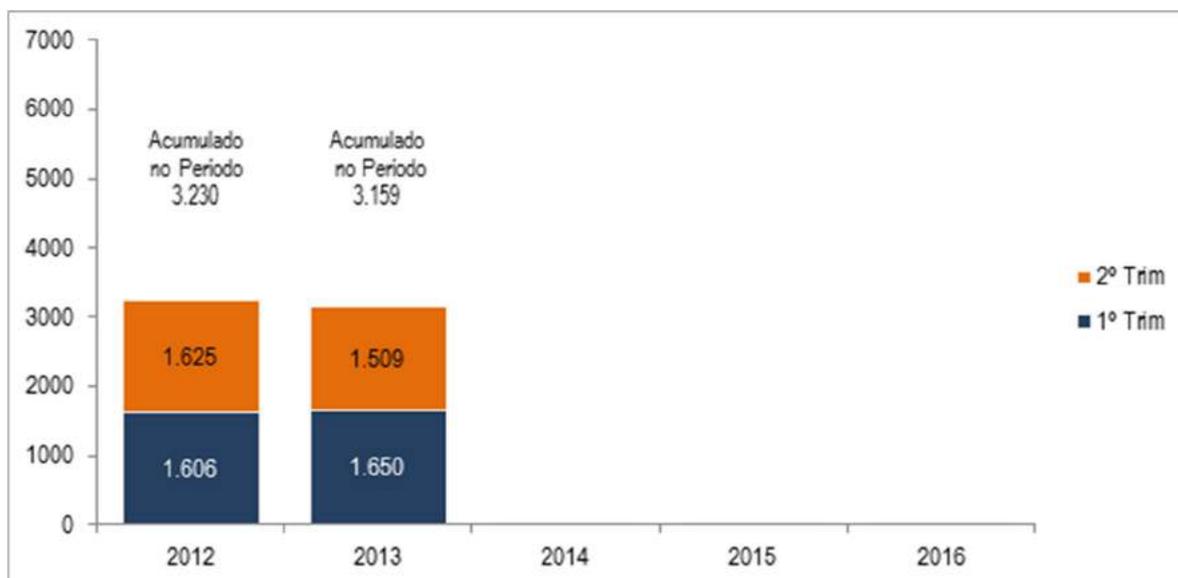


Gráfico nº 14 – Acompanhamento Trimestral – Extraordinárias Contratadas – (Tempo de Serviço Passado) – R\$ Mil



Em dezembro de 2013 foi paga a última parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.

b) Contribuições Totais de Participantes

Gráfico nº 15 – Acompanhamento Trimestral – Ativos – R\$ Mil

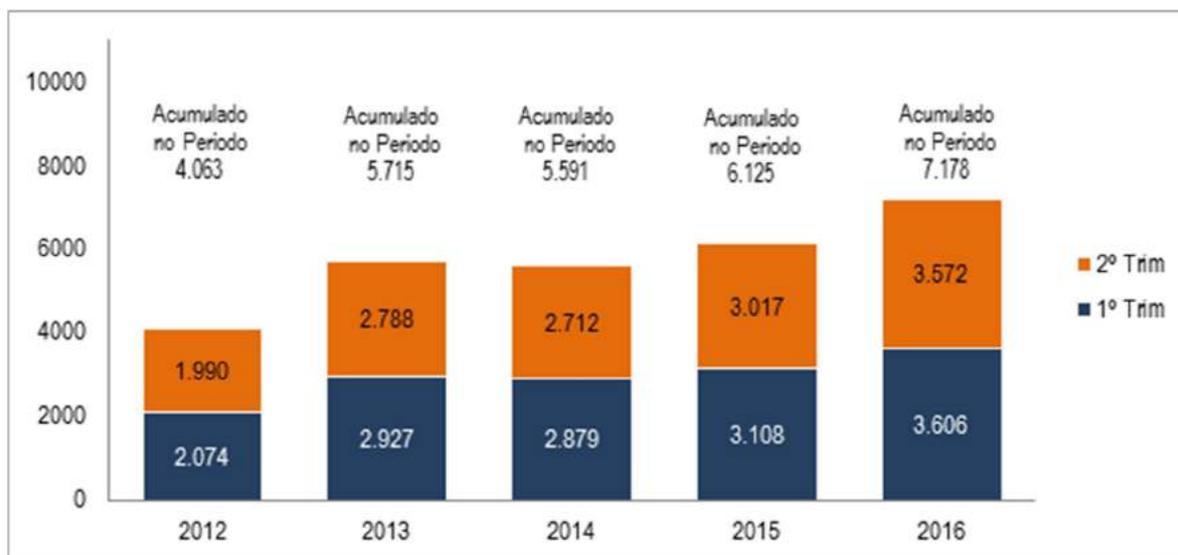


Gráfico nº 16 – Acompanhamento Trimestral – Assistidos – R\$ Mil

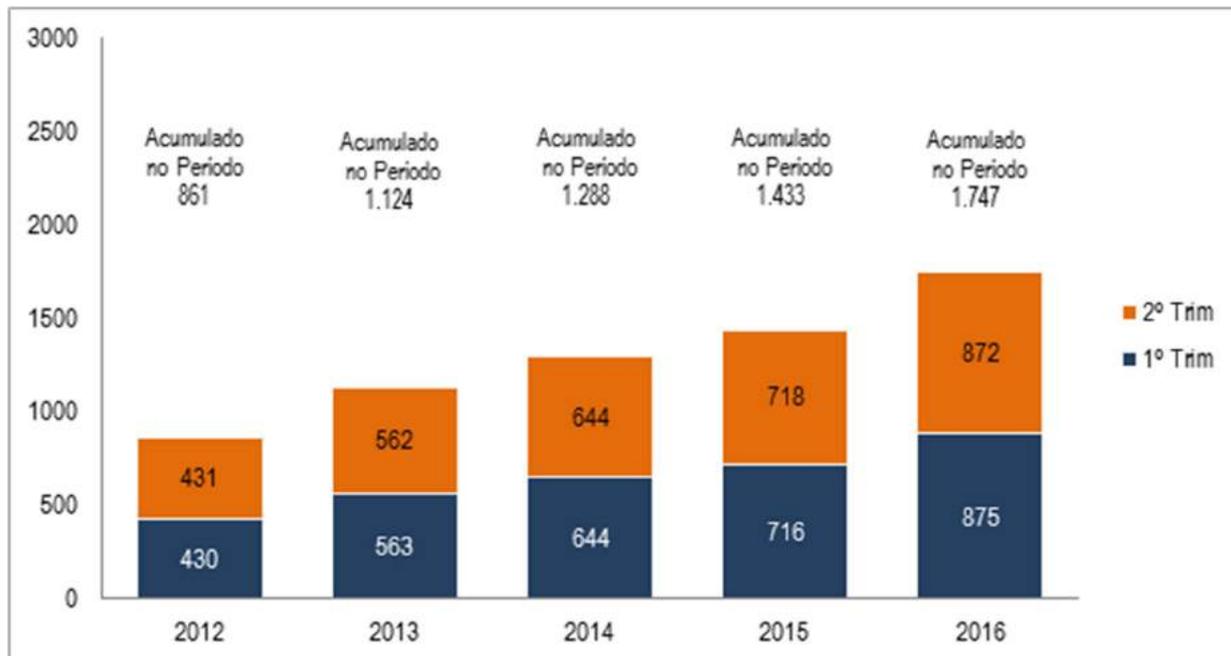
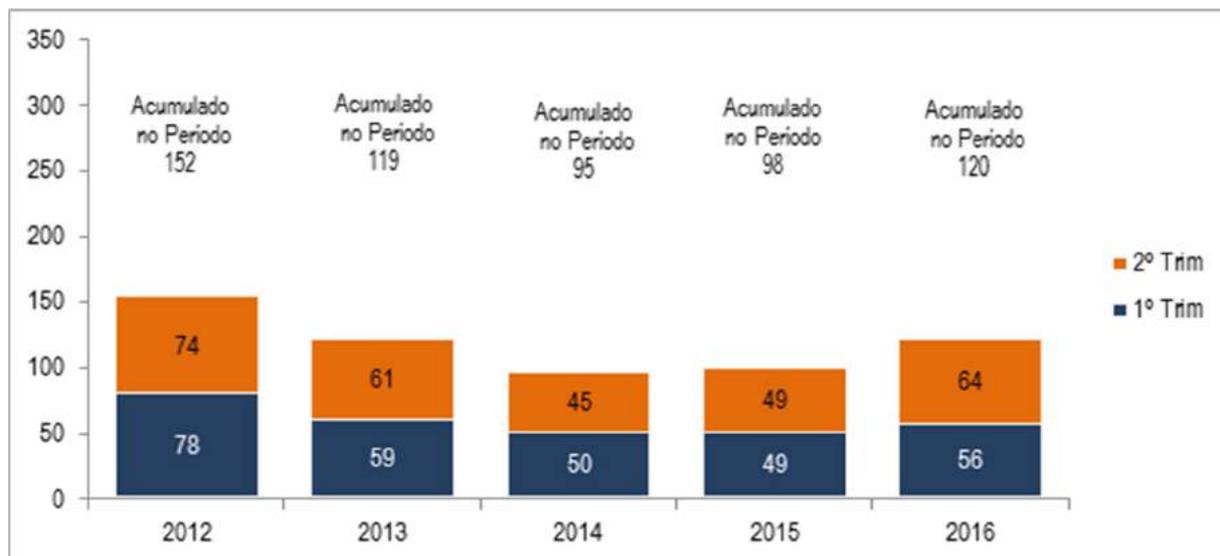


Gráfico nº 17 – Outras Contribuições – R\$ Mil



Os valores de outras contribuições correspondem às parcelas de joia atuarial e autopatrocinados.

c) Consolidados – Contribuições Totais

Gráfico nº 18 – Acompanhamento Trimestral – R\$ Mil



A partir de 2014 não há a parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.

d) Relação Contributiva Patronal x Participantes

Gráfico nº 19 – Acompanhamento Trimestral – Comparativo da Contribuição – R\$ Mil

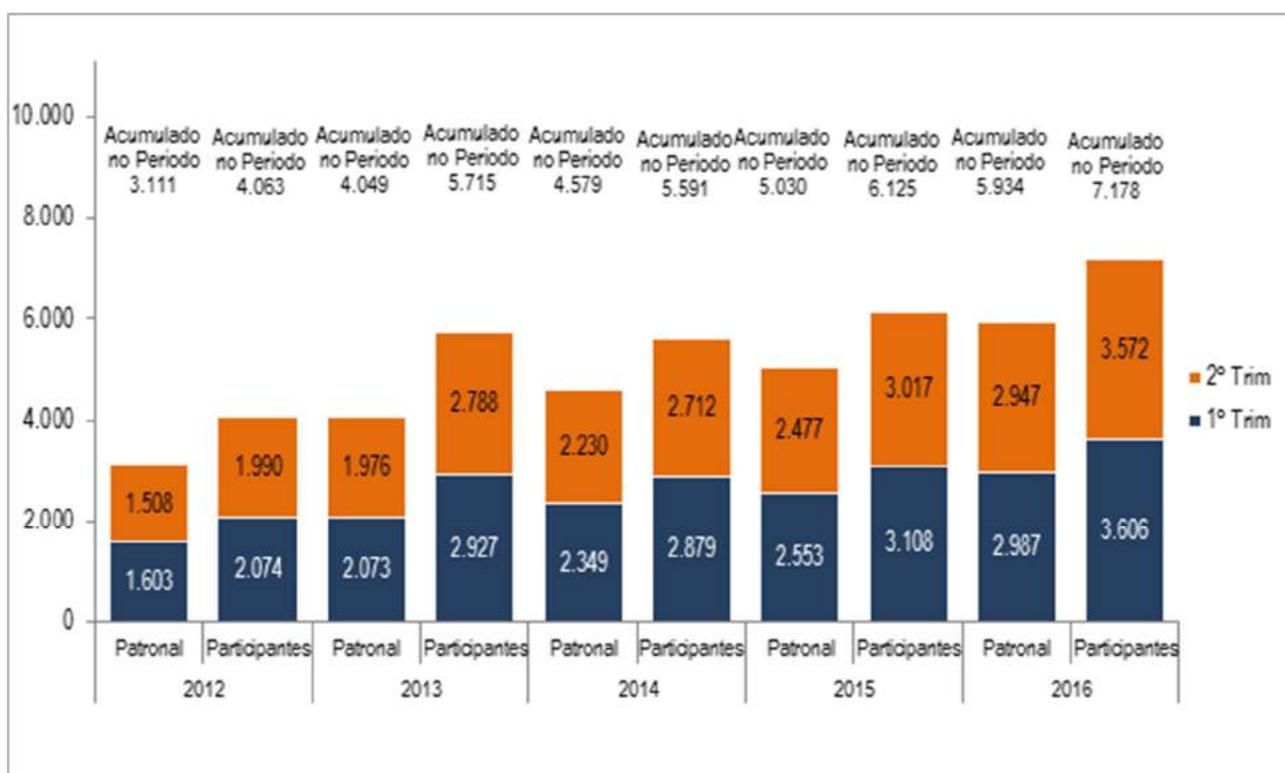
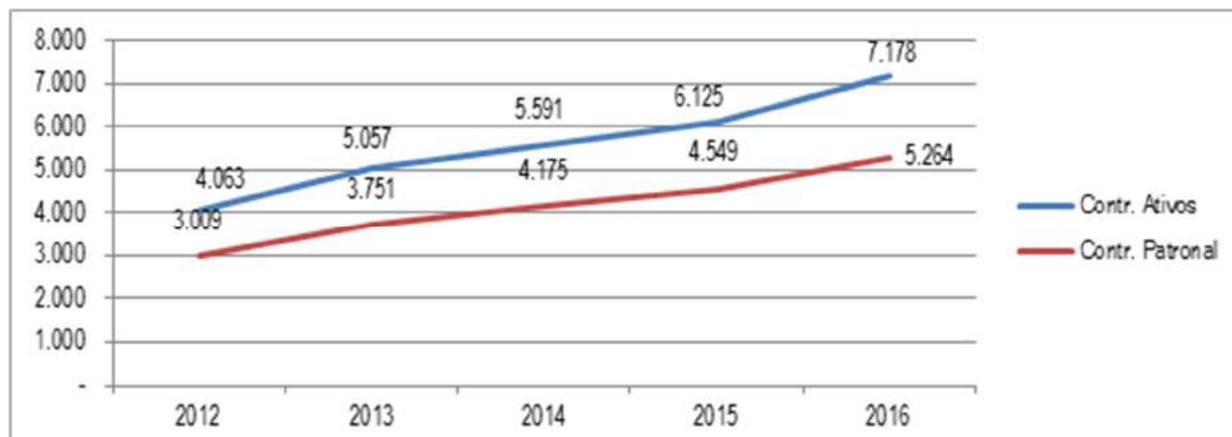
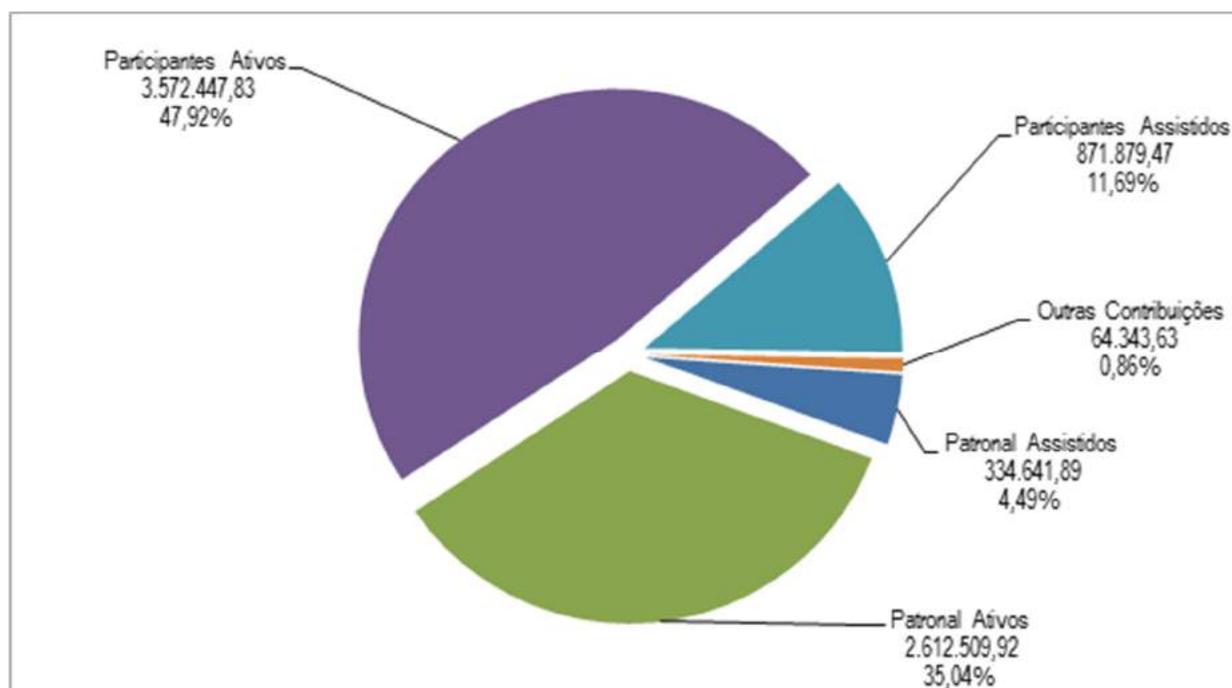


Gráfico nº 20 – Acompanhamento Anual – R\$ Mil



Em média, sobre a contribuição total, verifica-se que a contribuição patronal equivale a 42% e a contribuição do participante a 58%.

Gráfico nº 21 – Participações Percentuais



3.1.1.4 Despesas Previdenciárias

Gráfico nº 22 – Participação Por Tipo de Benefício

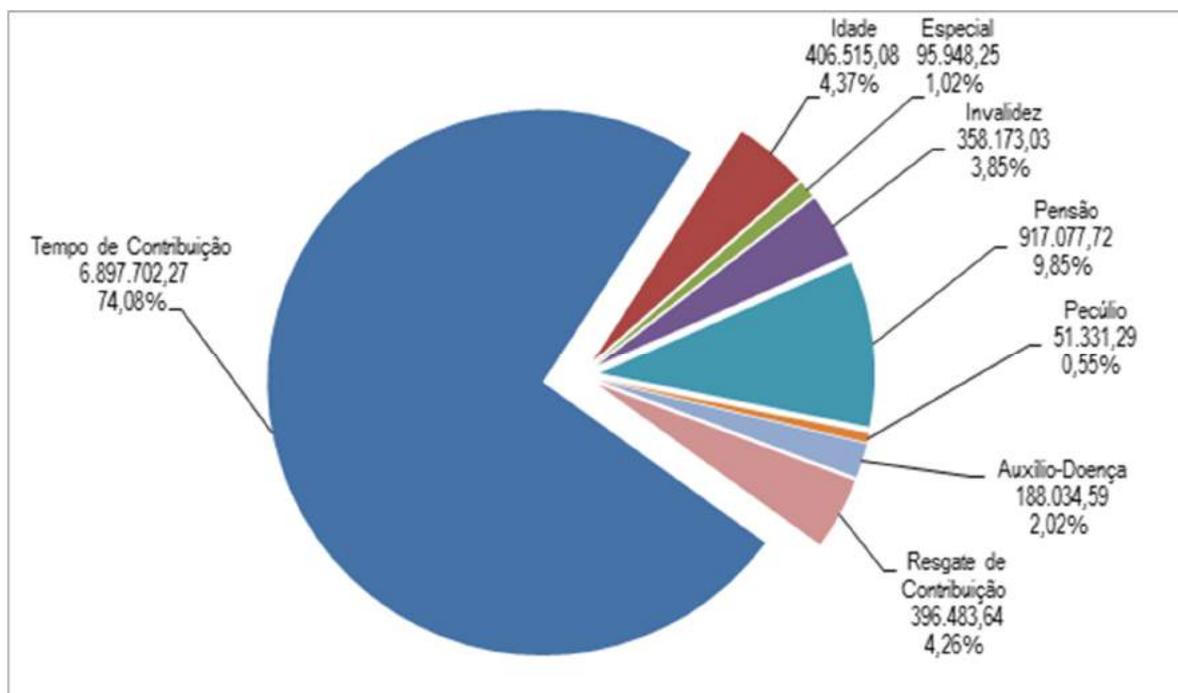
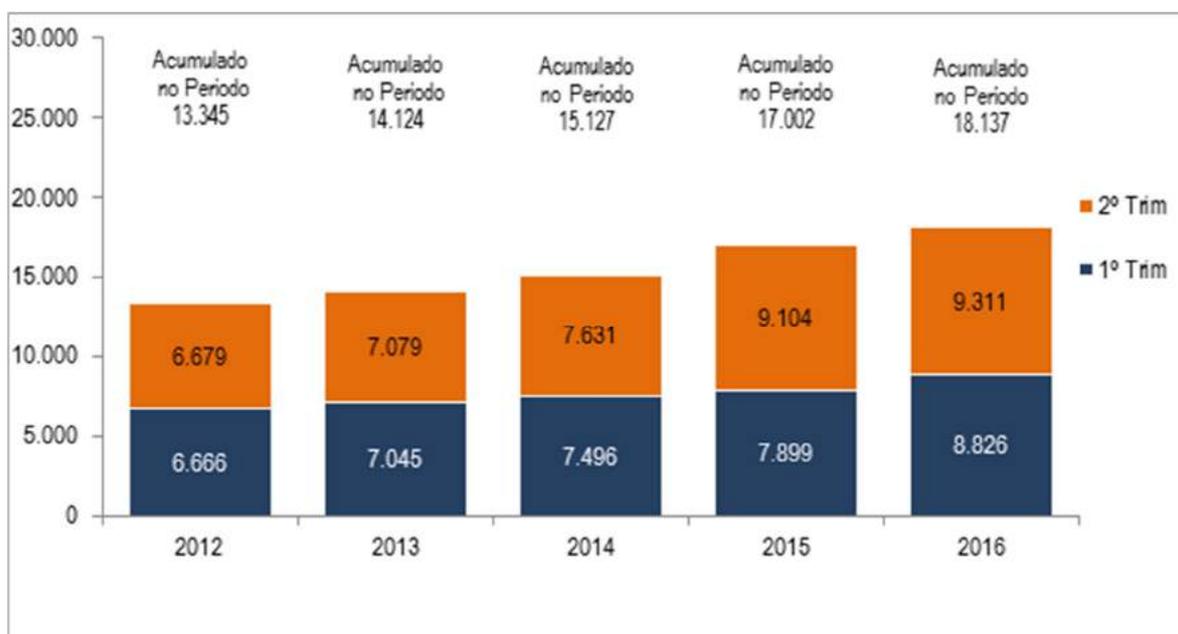
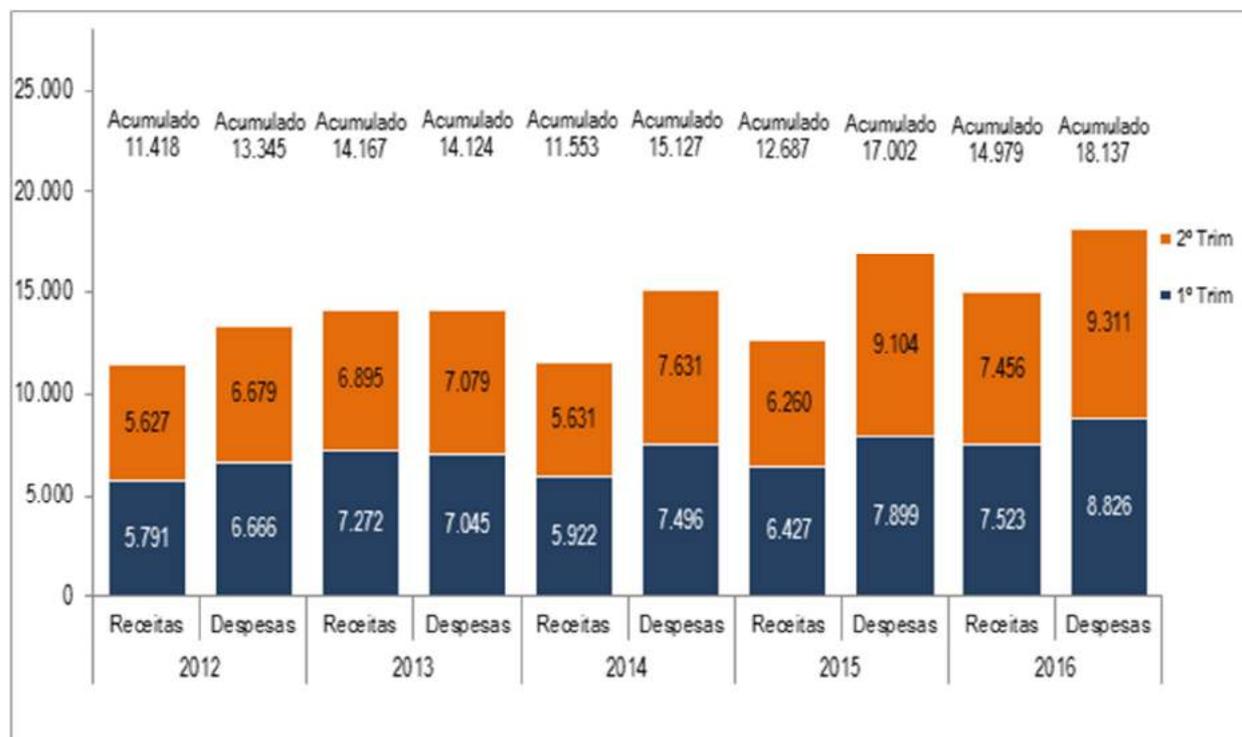


Gráfico nº 23 – Acompanhamento Trimestral – R\$ Mil



3.1.1.5 Comparativo Receitas x Despesas

Gráfico nº 24 – Acompanhamento Trimestral – R\$ Mil



3.1.2 Investimento

3.1.2.1 Enquadramento – Política de Investimento

Gráfico nº 25

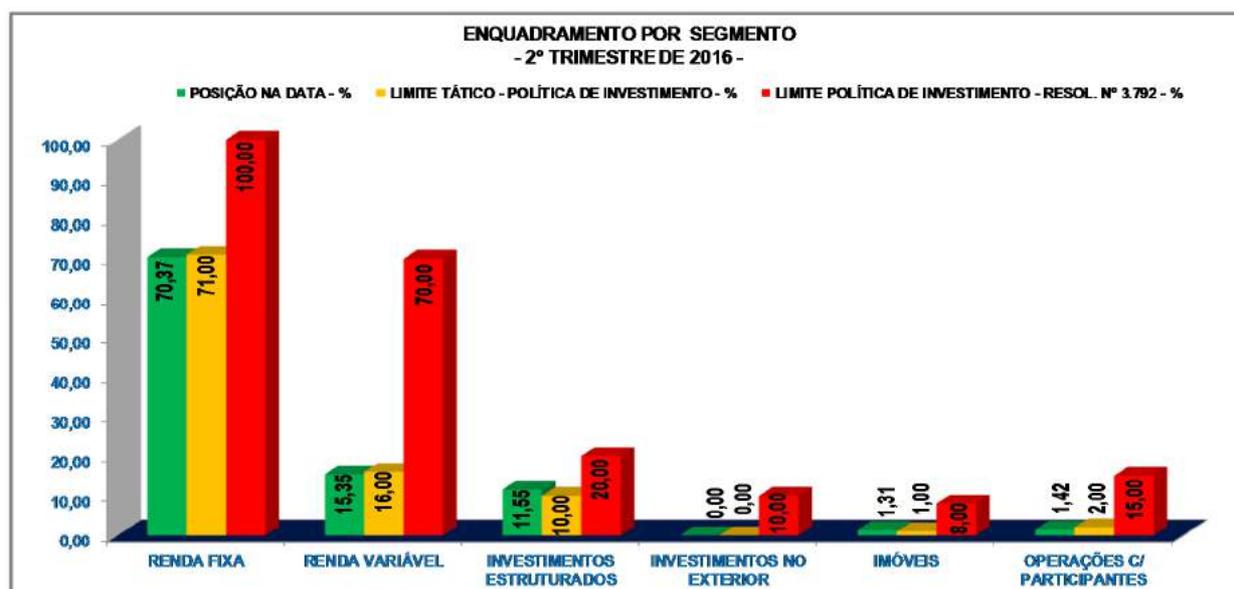


Tabela nº 3 – Enquadramento Legal

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2015 X JUNHO DE 2016 - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2015		30/06/2016		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENDA FIXA	372.582.451,09	70,51	397.027.073,57	70,37	71,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	76.213.517,36	14,42	86.620.676,42	15,35	16,00	70,00	70,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	64.501.968,77	12,21	65.143.917,09	11,55	10,00	20,00	20,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1,00
IMÓVEIS	7.236.885,49	1,37	7.397.870,82	1,31	1,00	8,00	2,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	7.873.814,87	1,49	8.028.935,34	1,42	2,00	15,00	5,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	528.408.637,58	100,00	564.218.473,24	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	2.322,93	↑ 6,78%	54.357,36				
(-) Exigível de Investimentos	-233.735,00		-280.864,64				
TOTAL DOS ATIVOS DE INVESTIMENTOS	528.177.225,51		563.991.965,96				

As inversões dos recursos da Fundação, conforme quadro acima - “**Enquadramento Legal dos Investimentos**”, corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, levando-se em conta a estrutura do passivo da São Francisco, com objetivo de alcançar rentabilidade compatível com a Meta do Plano, sem incorrer em riscos excessivos e incompatíveis com seus compromissos futuros.

No encerramento do **Segundo Trimestre de 2016**, os ativos de investimentos encontram-se em conformidade com os limites legais previstos na legislação vigente - Resolução Nº 3.792, de 24.09.2009-CMN e com a sua Política de Investimento 2016/2020, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 30.06.2016 de R\$ 564.218.473,24 contra R\$ 528.408.637,58 em 31.12.2015, registra um crescimento nominal no período de 6,78%, podendo ser observado na Tabela e Gráfico acima.

3.1.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do Plano de Benefícios I/BD, no 2º trimestre de 2016 foi de 2,88%, contra 5,07% registrada no 1º trimestre de 2016, acumulando no ano um desempenho positivo de 8,09%. Descontada a Meta Atuarial registrada nos seis primeiros meses do ano - (INPC+5,50% a.a.), que atingiu **8,40%**, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial de 0,31%, motivada, pelo baixo desempenho dos **Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis** que, no mesmo período rentabilizou apenas 0,28% e 2,05% negativos, onde mantivemos alocados no encerramento do 2º trimestre 12,86% do total dos Investimentos, contra 13,58% em dezembro de 2015. Vide Tabela acima.

Gráfico nº 26

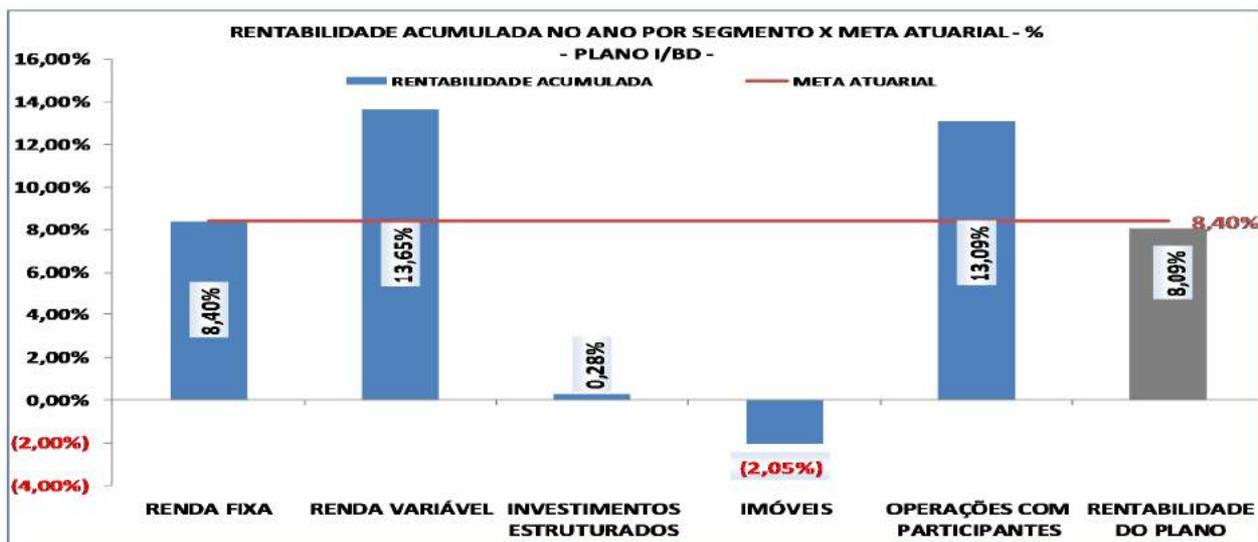


Tabela nº 4 – Rentabilidade

RENTABILIDADE DO PLANO BD				
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	2º TRIMESTRE DE 2016			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,13%	3,34%	8,40%	15,46%
RENDA VARIÁVEL	2,97%	3,10%	13,65%	2,06%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,24%)	(0,29%)	0,28%	0,54%
IMÓVEIS	(0,02%)	0,04%	(2,05%)	(2,27%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,79%	5,59%	13,09%	26,02%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,24%	2,88%	8,09%	11,12%
META ATUARIAL	1,40%	3,45%	8,40%	15,86%
DIVERGÊNCIA	(0,16%)	(0,57%)	(0,31%)	(4,74%)

O **Segmento de Renda Fixa** apresentou no 2º trimestre rentabilidade de 3,34%% - contra meta atuarial de 3,45%, isto é, 0,57% abaixo da meta. Com este resultado o Segmento acumulou no ano rentabilidade de 8,40%, contra, também, uma meta de 8,40% no mesmo período, isto é, a carteira manteve na linha d'água com o mínimo necessário para remunerar o Plano.

Apesar da continuidade das providências adotadas pelo Comitê de Investimentos nas operações de arbitragem (venda dos títulos longos e compra dos títulos curtos e vice versa) em face do ciclo de abertura da taxa de juros no curto prazo e queda nos juros de longo prazo, a Carteira de Renda Fixa constituída de 81,62% de Títulos Públicos Federais – NTN/B, continuou ao longo do 2º trimestre, penalizada pela ocorrência do processo de descasamento entre os índices de preços INPC e IPCA, este último trata-se do índice oficial de inflação do país balizador do rendimento das NTN's/B que compõe o portfólio de renda fixa da Fundação. Já o INPC corrige a maior parte dos passivos dos Planos, incluindo-se aí o Plano I/BD da São Francisco. No 2º trimestre de 2016, como dito nos aspectos gerais desse relatório, o IPCA variou 1,75% e o INPC 2,10%, gerando uma diferença de 0,35% favorável à meta e desfavorável à redução das NTN's/B precificadas para negociação.



O **Segmento de Renda Variável** constituído pelos FIA's, registrou rentabilidade positiva no 2º trimestre de 3,10%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 2,36% medida pelo índice **IBrX-50 (benchmark)**, isto é, uma variação positiva de 0,74%. Com este resultado, a carteira de Renda Variável acumulou no ano uma alta de 13,65%, contra uma alta de 17,75% do Benchmark, imputando uma divergência negativa de 4,10% - apesar da divergência desfavorável ao patrimônio, o mercado de capitais demonstrou no encerramento do primeiro semestre de 2016, fortes sinais de reversão, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos no Segmento de Renda Variável.

O **Segmento de Investimentos Estruturados** apresentou no 2º trimestre resultado negativo de 0,29%, contra variação positiva no 1º trimestre de 0,57%, acumulando no ano rentabilidade positiva de apenas 0,28%, abaixo da meta em 8,12%.

O **Segmento de Imóveis** apresentou no 2º trimestre rentabilidade positiva de 0,04% - contra meta atuarial de 3,45%, isto é, 3,41% abaixo da meta. Com este resultado, o Segmento acumulou no ano rentabilidade negativo de 2,05%, abaixo da meta em 10,45%, motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo plano com a vacância do empreendimento e as depreciações lançadas.

O **Segmento de Operações C/Participantes** apresentou no 2º trimestre rentabilidade positiva de 5,59% - contra meta atuarial de 3,45%, isto é, 2,14% acima da meta. Com este resultado, o Segmento acumulou no ano rentabilidade positiva de 13,09%, acima da meta em 4,69%.

3.1.2.3 Detalhamento por Segmento

3.1.2.3.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 70,37% do total dos Ativos de Investimentos:

Tabela nº 5 – Alocação de Recursos – Renda Fixa 2016

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO O 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/16	mai/16	jun/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 18	RENDA FIXA	397.027.073,57	100,00%	70,37%	10,4		1,14%	1,03%	1,13%	3,34%	8,40%	15,46%	1,74%	-0,01%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	324.050.928,04	81,62%	57,43%	12,2		1,19%	0,99%	1,20%	3,42%	8,65%	14,80%	2,00%	0,25%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	324.050.928,04	81,62%	57,43%	12,2	Soberano	1,19%	0,99%	1,20%	3,42%	8,65%	14,80%	2,00%	0,25%
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	33.965.342,64	8,55%	6,02%	0,8		0,99%	1,15%	1,40%	3,58%	8,57%	17,35%	1,91%	0,17%
	DPGE	8.810.970,20	2,22%	1,56%	0,4	-	0,99%	1,25%	1,50%	3,79%	8,79%	17,76%	2,14%	0,39%
	Baixo Risco de Credito									0,00%	0,00%	0,00%		
	BANCO BIC S/A (1)	0,00	0,00%	0,00%	0,0	AA- (LFRating)	1,11%	0,48%	0,00%	1,60%	6,42%	15,58%	0,94%	-0,45%
	BANCO BMG S/A (2)	0,00	0,00%	0,00%	0,0	A- (Fitch)	1,13%	1,26%	0,12%	2,53%	7,82%	16,66%	1,17%	-0,58%
	BANCO FICSA S/A (3)	0,00	0,00%	0,00%	0,0	BBB (LFRating)	0,71%	1,39%	1,46%	3,60%	8,45%	17,74%	1,79%	0,05%
	BANCO SCHAHIN S/A (4)	0,00	0,00%	0,00%	0,0	A2 (Moody's)	0,73%	0,00%	0,00%	0,73%	5,74%	14,73%	1,41%	0,01%
	DACASA FINANCEIRA	8.810.970,20	2,22%	1,56%	0,4	-	1,01%	1,15%	1,33%	3,53%	8,46%	16,48%	1,80%	0,06%
	LF	25.154.372,44	6,34%	4,46%	1,0		1,01%	1,04%	1,35%	3,44%	8,39%	16,85%	1,73%	-0,02%
	Baixo Risco de Credito									0,00%	0,00%	0,00%		
	BANCO SAFRA	18.674.559,87	4,70%	3,31%	0,3	AAA (S&P)	1,04%	0,98%	1,41%	3,47%	8,54%	17,09%	1,88%	0,13%
	BDMG	6.479.812,57	1,63%	1,15%	2,8	AAA (S&P)	0,95%	1,23%	1,15%	3,37%	8,01%	16,22%	1,36%	-0,39%
V	Emissão de Companhias Abertas	17.147.146,58	4,32%	3,04%	5,1		1,00%	1,32%	1,22%	3,58%	8,37%	17,39%	1,71%	-0,04%
	DEBENTURES	17.147.146,58	4,32%	3,04%	5,1	-	1,00%	1,32%	1,22%	3,58%	8,37%	17,39%	1,71%	-0,04%
	Médio Risco de Credito									0,00%	0,00%	0,00%		
	CEMIG - GT	7.000.119,45	1,76%	1,24%	4,1	Aa2 (Moody's)	0,92%	1,23%	1,13%	3,32%	7,83%	15,87%	1,18%	-0,57%
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE	10.147.027,13	2,56%	1,80%	5,9	Aa2 (Moody's)	1,05%	1,37%	1,28%	3,75%	8,72%	18,45%	2,06%	0,32%
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	13.377.348,27	3,37%	2,37%	4,4		1,10%	1,05%	1,50%	3,69%	8,41%	19,02%	1,75%	0,00%
	CRI	13.377.348,27	3,37%	2,37%	4,4	-	1,10%	1,05%	1,50%	3,69%	8,41%	19,02%	1,75%	0,00%
	Baixo Risco de Crédito									0,00%	0,00%	0,00%		
	BRC SECURITIZADORA	2.821.748,24	0,71%	0,50%	3,3	AAA (Fitch)	1,01%	1,26%	2,08%	4,41%	9,50%	20,78%	2,84%	1,10%
	Alto Risco de Crédito									0,00%	0,00%	0,00%		
	INFRASEC SECURITIZADORA	10.555.600,03	2,66%	1,87%	4,7	AA (LFRating)	1,12%	0,99%	1,34%	3,49%	8,12%	18,55%	18,55%	-0,28%
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	7.598.047,48	1,91%	1,35%	3,1		1,22%	1,51%	-3,66%	-1,01%	-0,79%	8,31%	-7,45%	-9,19%
	EM COTA	7.598.047,48	1,91%	1,35%	3,1	-	1,22%	1,51%	-3,66%	-1,01%	-0,79%	8,31%	-7,45%	-9,19%
	Alto Risco de Crédito (*)									0,00%	0,00%	0,00%		
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	7.598.047,48	1,91%	1,35%	3,1	AA (LFRating)	1,22%	1,51%	-3,66%	-1,01%	-0,79%	8,31%	-7,45%	-9,19%
§ 1º - IV	CÉDULA DE PRODUTO RURAL	888.260,56	0,22%	0,16%	3,1		1,12%	1,45%	1,36%	3,98%	9,19%	18,76%	2,53%	0,79%
	CPR-F	888.260,56	0,22%	0,16%	3,1	-	1,12%	1,45%	1,36%	3,98%	9,19%	18,76%	2,53%	0,79%
	Risco de Credito Especulativo									0,00%	0,00%	0,00%		
	USINAS ITAMARATI	888.260,56	0,22%	0,16%	3,1	A- (LFRating)	1,12%	1,45%	1,36%	3,98%	9,19%	18,76%	2,53%	0,79%

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

(*) Resultado da reclassificação, com base no modelo de avaliação de "Risco de Crédito" desenvolvido internamente pela Diretoria de Finanças, tomando-se por base os modelos utilizados pelas Agências Estrangeiras.

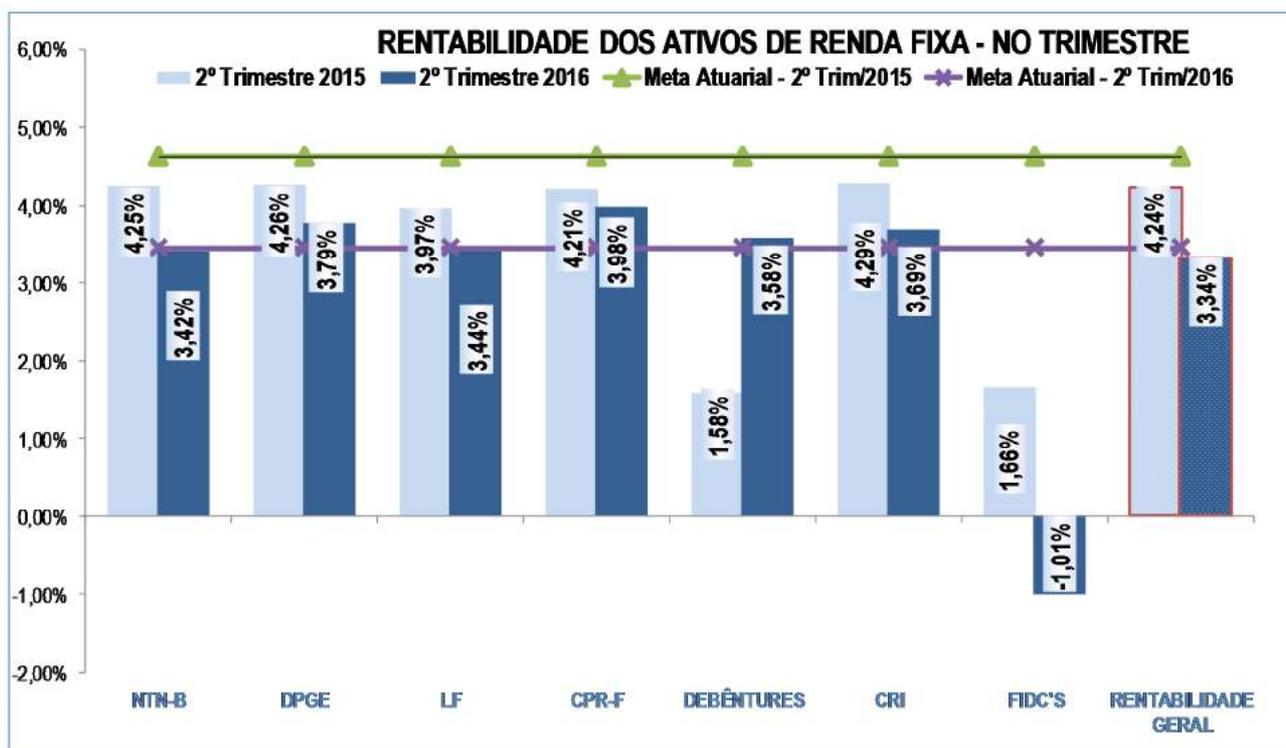
(1) VECIMENTO EM 11/05/2016

(2) VECIMENTO EM 03/06/2016

(3) VECIMENTO EM 16/06/2016

(4) VECIMENTO EM 19/04/2016

Gráfico nº 27 – Rentabilidade Nominal – Segmento de Renda Fixa
Comparando – 2º Trimestre de 2015 x 1º Trimestre de 2016



Os ativos que constituem a Carteira de Renda Fixa apresentaram rendimento inferior quando comparado com o mesmo período do ano anterior, comportamento absolutamente natural, ante o comportamento da variação dos índices de inflação do ano anterior que superam as ocorrências no primeiro semestre de 2016.

No decorrer do 2º trimestre de 2016, a taxa de curto prazo manteve-se superior a de longo prazo, permitindo mais uma vez a realização de inversões nas NTN-B nos prazos mais curtos por meio das operações de arbitragem, deixando as aplicações marcadas a “mercado”.

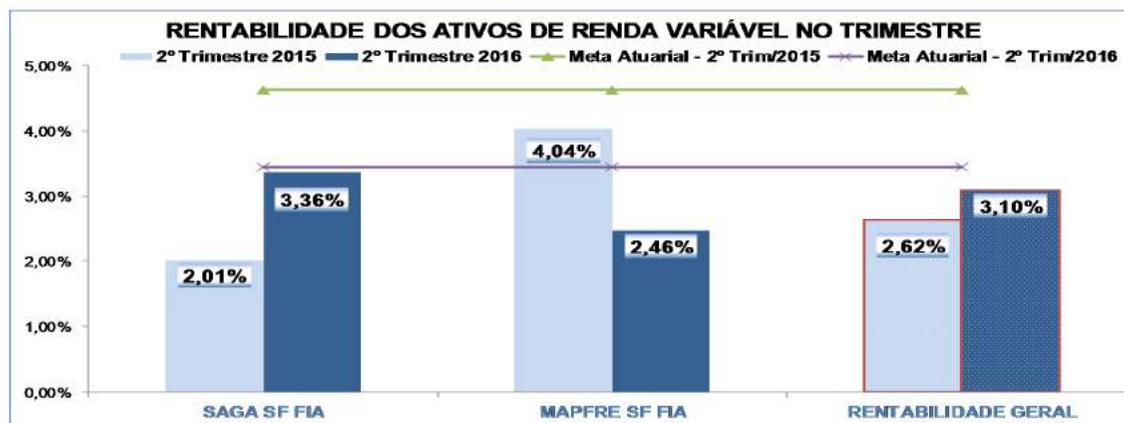
3.1.2.3.2 Renda Variável

O **Segmento de Renda Variável** encerrou o 2º trimestre de 2016 com 15,35% dos recursos, contra 14,43% registrado em dezembro de 2015. No 2º trimestre, o segmento registrou variação positiva de 3,10%, acumulando no ano variação positiva de 13,65%, contra o desempenho positivo do Benchmark no ano de 17,75% (IBrX-50). O desempenho positivo observado no período reflete as perspectivas na melhora da economia do país, com a possível confirmação da saída da presidente Dilma Rousseff, finalizando o longo processo político interno e as mazelas que trouxeram para a economia interna.

Tabela nº 6 – Alocação de Recursos – Renda Variável 2016

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO O 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/16	mai/16	jun/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	86.620.676,42	100,00%	15,35%	-	-	5,82%	-5,38%	2,97%	3,10%	13,65%	2,06%	-4,10%	5,24%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	86.620.676,42	100,00%	15,35%	-	-	5,82%	-5,38%	2,97%	3,10%	13,65%	2,06%	-4,10%	5,24%
	FUNDOS	86.620.676,42	100,00%	15,35%	-	-	5,82%	-5,38%	2,97%	3,10%	13,65%	2,06%	-4,10%	5,24%
	SAGA SF FIA	61.903.330,13	71,46%	10,97%	-	-	5,30%	-3,67%	1,90%	3,36%	12,50%	5,26%	-5,25%	4,09%
	MAPFRE SF	24.717.346,29	28,54%	4,38%	-	-	7,12%	-9,54%	5,74%	2,46%	16,66%	-5,13%	-1,09%	8,25%

Gráfico nº 28 – Rentabilidade Nominal – Segmento de Renda Variável
Comparando o 2º Trimestre de 2015 x 2º Trimestre de 2016



No encerramento do 2º trimestre de 2016, a cabeça dos investidores ainda era marcada pelas incertezas, no entanto, o mercado acionário trabalhou com certo otimismo, motivado pela indicação da nova equipe econômica e a confirmação do vice-presidente Michel Temer no Palácio do Planalto a partir da aprovação da admissibilidade do *Impeachment* da presidente afastada, Dilma Rousseff. Neste contexto, continuou de forma acentuada no segundo trimestre de 2016, a reversão das perdas registradas no mercado acionário, tornando, mais uma vez a mola propulsora para a evolução dos preços das ações.

Como se verá na análise dos fundos, individualmente, onde estão alocados os recursos do segmento, onde os gestores da **Saga** mantiveram o comportamento prudencial de formar defesas para evitar maiores perdas se adviesse alguma queda, já os gestores da **Mapfre** mantiveram a postura de acompanhar mais “coladamente” o desempenho do *benchmark*.

É exatamente o *mix* de postura que reforça a necessidade de existência, na composição da carteira, ambos os investimentos e nas proporções em que se encontram, conforme veremos a seguir.

3.1.2.3.2.1 Fundos de Investimentos em Ações – FIA's

A performance alçada dos Fundos de Investimentos em Ações - FIA's, relativo ao 2º trimestre de 2016, encontram-se no quadro abaixo comparado ao desempenho do 2º trimestre de 2015:

Tabela nº 7 – Desempenho dos FIA's – Comparativo 2º Trim./2016 x 2º Trim./2015

DESEMPENHO - FIA's		
DESCRIÇÃO	2º TRIM/2016	2º TRIM/2015
SEGMENTO RV	3,10%	2,62%
SAGA SF FIA	3,36%	2,01%
MAPFRE SF	2,46%	4,04%
IBrX-50	2,36%	3,68%
META	3,45%	4,63%

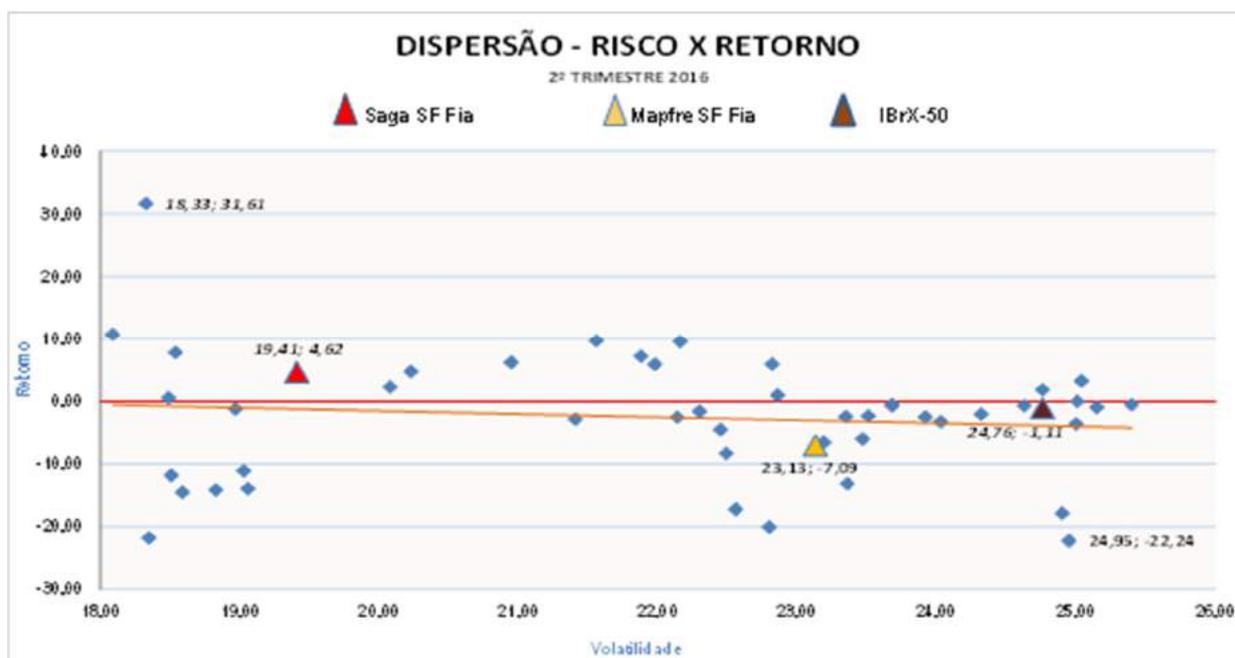
Com as novas decisões do Governo interino de Michel Temer, ou seja, nova gestão, as perspectivas melhoram de acordo com o ponto de vista do mercado. Uma delas, bem elogiada, foi à equipe econômica empossada, a qual desfruta de boa base técnica e excelência. As medidas efetivadas até o momento refletiram de forma positiva e coerente mediante a situação econômica do país, pois, o cenário ficou mais realista e as decisões, por sua vez, ficaram aderentes as necessidades, possibilitando ao mercado previsibilidade às variáveis econômicas e assim, eliminou, em parte, o intervencionismo estatal.

O comportamento do desempenho do segmento neste trimestre é superior ao segundo trimestre de 2015, alcançando 90% da meta, enquanto no segundo trimestre de 2015, esta relação era de apenas 56%. Em relação ao *Benchmark* o segmento obteve 131%, contra 71% registrada no segundo trimestre de 2015.

Em termos anuais o desempenho foi de 13,65%, contra 17,75% do IBrX-50, o que corresponde a 77% do *Benchmark*, superando a meta em 162%. Dada às interpretações negativas quanto ao cenário político econômico, as posições dos fundos eram essencialmente defensivas, motivo pelo qual o desempenho ficou inferior ao seu *Benchmark*.

Em uma avaliação mais apurada, isto é o acompanhamento das gestões dos fundos, segundo a relação **Risco versus Retorno**, utiliza-se de dados coletados desde 30/04/2014, quando ocorreu a troca de gestores, até 30/06/2016. Promove-se, então, a seleção da amostra da Indústria de Fundos tendo por base os seguintes parâmetros: (i) o valor de patrimônio entre R\$ 20,0 e R\$ 60,0 milhões; (ii) constar do regulamento atendimento à Resolução N° 3.792; (iii) volatilidade superior a 18%; (iv) classificação ANBIMA como FIA's e (v) Correlação de no mínimo 80% com o IBrx-50. O resultado da aplicação do filtro é a identificação de 48 Fundos, dispendo os em gráfico de dispersão os resultados dos fundos selecionados, conforme gráfico abaixo:

Gráfico nº 29 – Dispersão Risco x Retorno



Antes de avaliar a indústria de Fundos, cabe breve comparação em relação aos Fundos **Saga e o Mapfre**. O primeiro, vem apresentando menor volatilidade frente ao Mapfre e o IBRX-50, sendo que o Mapfre apresentou menor volatilidade em relação ao índice, contudo, desempenho inferior.

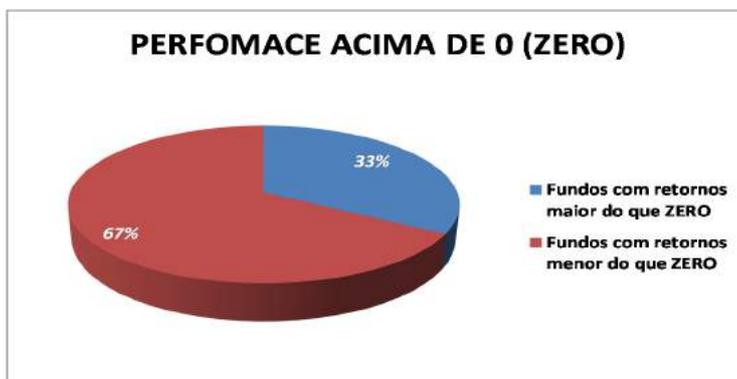
Em relação à indústria de Fundos de Ações, ou seja, a amostra selecionada, o Saga encontra-se em um quadrante do gráfico onde se concentra os fundos com melhor desempenho e menor volatilidade, já o Mapfre, em um quadrante onde concentra as maiores volatilidade e menores retornos.

Em termos de resultados, o Saga apresentou desempenho de 4,62% para uma volatilidade de 19,41%; Mapfre -7,09 para uma volatilidade de 23,13%, considerando os dados desde do início das gestões dos fundos até o trimestre atual (maio de 2014 a junho de 2016).

A amostra revela, quando observado a linha de tendência (cor laranja) do Gráfico, quanto maior a volatilidade menor o desempenho alçado pelos fundos da amostra. Dentre os fundos selecionados, o melhor desempenho do período foi de 31,61% com volatilidade de 18,33% e o pior desempenho foi de -22,24% com uma volatilidade de 24,95%.

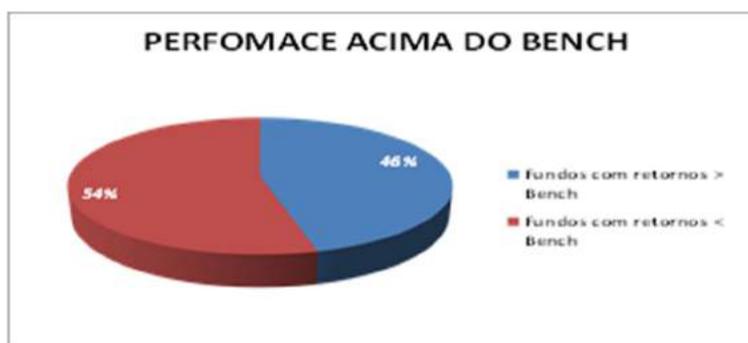
Como pode ser observado no gráfico acima, poucos fundos conseguiram retornos acima do *Benchmark*, constatando assim, que a estratégia em uma posição defensiva, ou seja, menos aderente ao *Benchmark* frente ao cenário comentado, foi acertada.

A grande maioria da amostra dos fundos apresentou desempenho negativo, conforme gráfico abaixo:



Observa-se da amostra que apenas 1/3 (um terço) obtiveram retornos acima de 0 (zero)

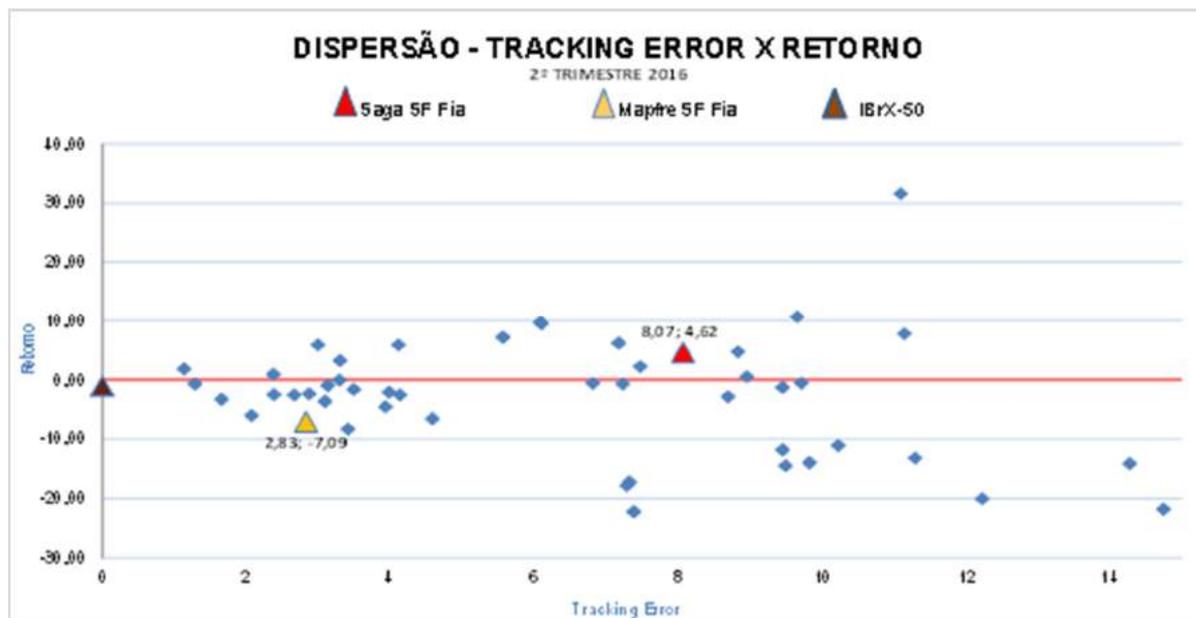
Outra informação que pode ser extraída é a proporção dos fundos que superarão o Benchmark. O gráfico abaixo expressa essa proporção:



Nesta relação, a assimetria é menor, tendo pouco mais da metade dos fundos permanecido abaixo do *Benchmark*. Na avaliação das relações retorno sobre unidade de risco, a mesma fica prejudicada uma vez que os Fundos que compõe a amostra, a maioria apresentou desempenho negativo. A análise do *Tracking Error*¹ dos fundos que compõe a amostra observa-se que a maioria dos fundos que apresentaram maiores *Tracking Errors*, obtiveram melhores desempenhos frente ao Benchmark. O gráfico abaixo demonstra está relação:

¹ Em finanças, o tracking error é uma medida de quão perto uma carteira segue o índice ao qual é aferido, neste caso, o índice que serve de base para o seu cálculo é o IBrX-50.

Gráfico nº 30 – Tracking Error x Retorno



Muitas carteiras são geridas para um ponto de referência, normalmente um índice, no caso acima, a seleção baseou-se na escolha de fundos que tivessem no mínimo 80% de correlação com o *IBRX-50*.

São esperadas que algumas carteiras replicarem o retorno de um índice exatamente (por exemplo, um fundo de índice), enquanto outros são esperados para gerenciar ativamente a carteira desviando-a ligeiramente do índice, a fim de gerar retornos mais consistentes. Assim, o *Tracking Error* é uma medida do desvio do valor de referência. O fundo de índice em questão teria um erro de rastreamento perto de zero, enquanto uma carteira gerida ativamente, normalmente, teria um erro de tracking mais elevado.

Dividindo retorno da carteira ativa por erro do acompanhamento de carteira dá a relação da informação, que é uma medida de desempenho ajustada ao risco.

Após os esclarecimentos acima, observa-se do gráfico acima que os Fundos, Saga e Mapfre, apresentaram TE bastante distintos. O Saga está localizado em um quadrante de Fundos com melhores resultados e com maiores TE's, o Mapfre, por sua vez, está localizado em um quadrante onde se concentra Fundos com menores TE's, contudo, desempenho menores.

Estes aspectos revelam que a gestão do Saga é mais ativa do que o Mapfre, tendo em vista que o mercado de ações passa por um momento de elevada volatilidade. Assim, de acordo com a amostra, os fundos que apresentaram melhores desempenho, escolheram uma estratégia de não se correlacionar com o seu *Benchmark*. Nas gestões Saga e Mapfre, o primeiro se posicionou defensivamente frente ao *IBRX-50* em determinado momento de grande volatilidade, enquanto o Mapfre se posicionou de forma mais passiva, ou seja, próxima ao índice.

No resultado final da análise, o gestor Saga tem confirmada a estratégia definida pela **Fundação São Francisco** em reunião, adotar uma postura defensiva frente a um cenário mais volátil e incerto. O gestor Mapfre vem adotando uma estratégia diferente, apostando em uma relação mais próxima do índice, que por sua vez, adicionando mais volatilidade a carteira e não agregou desempenho a mesma. Portanto, o gestor Saga vem trabalhando mais junto a Fundação, compartilhando informações e discutindo estratégias de defesas, assim, mais ativo do que o Mapfre.

A posição frente ao cenário político ainda continua incerta, que por sua vez, a posição adotada pelos gestores ainda continuaram a versa ao risco, ou seja, menos aderente ao seu *Benchmark*, mantendo os seus TE's.

Cabe salientar, que parte da perda de rentabilidade está associada aos custos envolvidos na administração que, como antevisto em nossas argumentações junto ao órgão fiscalizador (PREVIC), a segregação em grupo econômico distinto, entre Gestor, Administrador e Custodiante, acarretaria perdas da “Economia de Escala”, uma vez que a taxa de administração consome parte significativa dos resultados das gestões. Convém lembrar que o *Benchmark* não possui custos, tendo sua rentabilidade expressa somente em função das cotações das ações que o compõem.

Tabela nº 8 – FIA's da Amostra Selecionada

Classificação por Desempenho					
Nº	Nome	Retomo Mai/14 a Jun/16	Volatilidade Anual Mai/14 a Jun/16 - Anual	Tracking Error/base anual Abr14 a Jun/16	Patrimônio Jun/16
1	Xp Dividendos FIA	31,61	18,33	11,1	34.253
2	Af Invest Div FIA Bdr Nivel I	10,70	18,09	9,66	32.156
3	FIA Gap Valor Pernambuco	9,67	21,56	6,09	45.876
4	Frg FIA Gap	9,52	22,16	6,11	57.592
5	Canepa Master FIA	7,77	18,54	11,15	34.223
6	Gerdau Previden da FIA 04	7,19	21,88	5,57	44.520
7	FIA Sabesprev BBM Valuation	6,18	20,95	7,18	33.020
8	FIA Bells	5,90	22,82	3	29.017
9	FIA Rva Emb II	5,88	21,98	4,12	41.531
10	Fprv ARX Meio FIA Prev	4,73	20,23	8,84	52.760
11	Saga Sf FIA	4,62	19,41	8,07	58.808
12	Rt Equinox Acoes FI	3,21	25,04	3,31	49.927
13	Frg FIA Q	2,23	20,08	7,48	46.653
14	Rt Solstice Acoes FI	1,82	24,76	1,14	56.282
15	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	0,93	22,86	2,38	46.081
16	Fprv Quest Galvota FIA	0,51	18,49	8,96	59.190
17	Blackrock Inst Ibovespa FIA	-0,06	25,01	3,3	32.629
18	Safra Setorial Bancos FIA	-0,57	25,40	9,72	30.615
19	Caixa FIA Brasil Ibovespa	-0,60	23,68	6,82	41.723
20	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	-0,71	23,68	7,24	26.503
21	HSBC FI em em Acoes Ibovespa Gestao	-0,72	24,63	1,29	48.919
22	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	-0,99	25,15	3,14	23.517
23	Ibrx-50	-1,11	24,76	0	-
24	Bosch Brasil VIII FIA Prevl	-1,66	22,30	3,5	35.377
25	Suvinil FIA	-1,27	18,97	9,46	36.106
26	FIA Multiply Variabl e	-2,08	24,32	3,99	37.246
27	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	-2,35	23,51	2,88	30.368
28	Santander FI Ativo II Acoes	-2,50	23,35	2,39	22.766
29	Luxor Acoes FI	-2,57	23,92	2,67	37.070
30	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	-2,58	22,14	4,14	39.139
31	Safra Dividendos FIA	-2,89	21,41	8,7	40.077
32	Wa Ibovespa Ativo FIA	-3,31	24,03	1,66	22.669
33	Porto Seguro Acoes Master FI Prev	-3,64	25,00	3,1	58.118
34	Santander FIA Mirante Ibrx	-4,56	22,45	3,94	45.405
35	HSBC FIA Salubre	-6,03	23,47	2,08	46.916
36	BNP Paribas FIA Mirante Ibrx	-6,59	23,19	4,59	56.521
37	Mapfre Sf FIA	-7,09	23,13	2,83	26.053
38	Franklin Templeton Ibx FIA	-8,33	22,49	3,42	52.068
39	BB Top Acoes Dividendos Ativo FI	-11,11	19,03	10,23	20.060
40	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-11,81	18,51	9,46	45.210
41	Fachesf Dividendos FIA	-13,19	23,36	11,3	38.777
42	Az Legan Brasil FIA	-13,97	19,06	9,83	32.571
43	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	-14,15	18,83	14,28	35.856
44	Caixa FIA Cerrado Sustentabilidade	-14,52	18,59	9,5	51.559
45	Santander FI Dividendos Top Acoes	-17,25	22,56	7,33	56.008
46	HSBC FIA Dividendos Master	-17,87	24,90	7,29	54.041
47	Sul America Total Return FIA	-20,07	22,80	12,23	52.428
48	Serpros FIA III Ibov Ativo	-21,80	18,35	14,75	51.112
49	HSBC FIA Dividendos	-22,24	24,95	7,39	22.843

Tabela nº 9 – Classificação Por Tracking Error

Classificação por Tracking Error					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Jun/16	Volatilidade Anual Mai/14 a Jun/16 - Anual	Tracking Error base anual Abr14 a Jun/16	Patrimônio Jun/16
1	Serpros FIA III Ibov Ativo	-21,80	18,35	14,75	51.112
2	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	-14,15	18,83	14,28	35.856
3	Sul America Total Return FIA	-20,07	22,8	12,23	52.428
4	Fachesf Divide ndos FIA	-13,19	23,36	11,3	38.777
5	Canepa Master FIA	7,77	18,54	11,15	34.223
6	Xp Divide ndos FIA	31,61	18,33	11,1	34.253
7	BB Top Acoes Dividendos Ativo FI	-11,11	19,03	10,23	20.060
8	Az Legan Brasil FIA	-13,97	19,06	9,83	32.571
9	Safra Setorial Bancos FIA	-0,57	25,4	9,72	30.615
10	Af Invest Div FIA Bdr Nive II	10,70	18,09	9,66	32.156
11	Caixa FIA Cerrado Sustentabilidade	-14,52	18,59	9,5	51.559
12	Suvinil FIA	-1,27	18,97	9,46	36.106
13	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-11,81	18,51	9,46	45.210
14	Fprv Quest Gaivota FIA	0,51	18,49	8,96	59.190
15	Fprv ARX Melro FIA Prev	4,73	20,23	8,84	52.760
16	Safra Dividendos FIA	-2,89	21,41	8,7	40.077
17	Saga Sf FIA	4,62	19,41	8,07	58.808
18	Frg FIA Q	2,23	20,08	7,48	46.653
19	HSBC FIA Dividendos	-22,24	24,95	7,39	22.843
20	Santander FI Dividendos Top Acoes	-17,25	22,56	7,33	56.008
21	HSBC FIA Divdendos Master	-17,87	24,9	7,29	54.041
22	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	-0,71	23,68	7,24	26.503
23	FIA Sabesprev BBM Valuation	6,18	20,95	7,18	33.020
24	Caixa FIA Brasil Ibovespa	-0,60	23,68	6,82	41.723
25	Frg FIA Gap	9,52	22,16	6,11	57.592
26	FIA Gap Valor Pernambuco	9,67	21,56	6,09	45.876
27	Gerdau Previdencia FIA 04	7,19	21,88	5,57	44.520
28	BNP Paribas FIA Mirante Ibrx	-6,59	23,19	4,59	56.521
29	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	-2,58	22,14	4,14	39.139
30	FIA Rva Emb II	5,88	21,98	4,12	41.531
31	FIA Multiply Variable	-2,08	24,32	3,99	37.246
32	Santander FIA Mirante Ibrx	-4,56	22,45	3,94	45.405
33	Bosch Brasil VIII FIA Previ	-1,66	22,3	3,5	35.377
34	Franklin Templeton Ibx FIA	-8,33	22,49	3,42	52.068
35	Rt Equinox Acoes FI	3,21	25,04	3,31	49.927
36	Blackrock Inst Ibovespa FIA	-0,06	25,01	3,3	32.629
37	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	-0,99	25,15	3,14	23.517
38	Porto Seguro Acoes Master FI Prev	-3,64	25	3,1	58.118
39	FIA Bells	5,90	22,82	3	29.017
40	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	-2,35	23,51	2,88	30.368
41	Mapfre Sf FIA	-7,09	23,13	2,83	26.053
42	Luxor Acoes FI	-2,57	23,92	2,67	37.070
43	Santander FI Ativo II Acoes	-2,50	23,35	2,39	22.766
44	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	0,93	22,86	2,38	46.081
45	HSBC FIA Salubre	-6,03	23,47	2,08	46.916
46	Wa Ibovespa Ativo FIA	-3,31	24,03	1,66	22.669
47	HSBC FI em em Acoes Ibovespa Gestao	-0,72	24,63	1,29	48.919
48	Rt Solstioe Acoes FI	1,82	24,76	1,14	56.282
49	Ibrx-50	-1,11	24,76	0	-

3.1.2.3.3 Investimentos Estruturados

Nesse segmento estão alocados 11,55% do total dos Ativos de Investimentos:

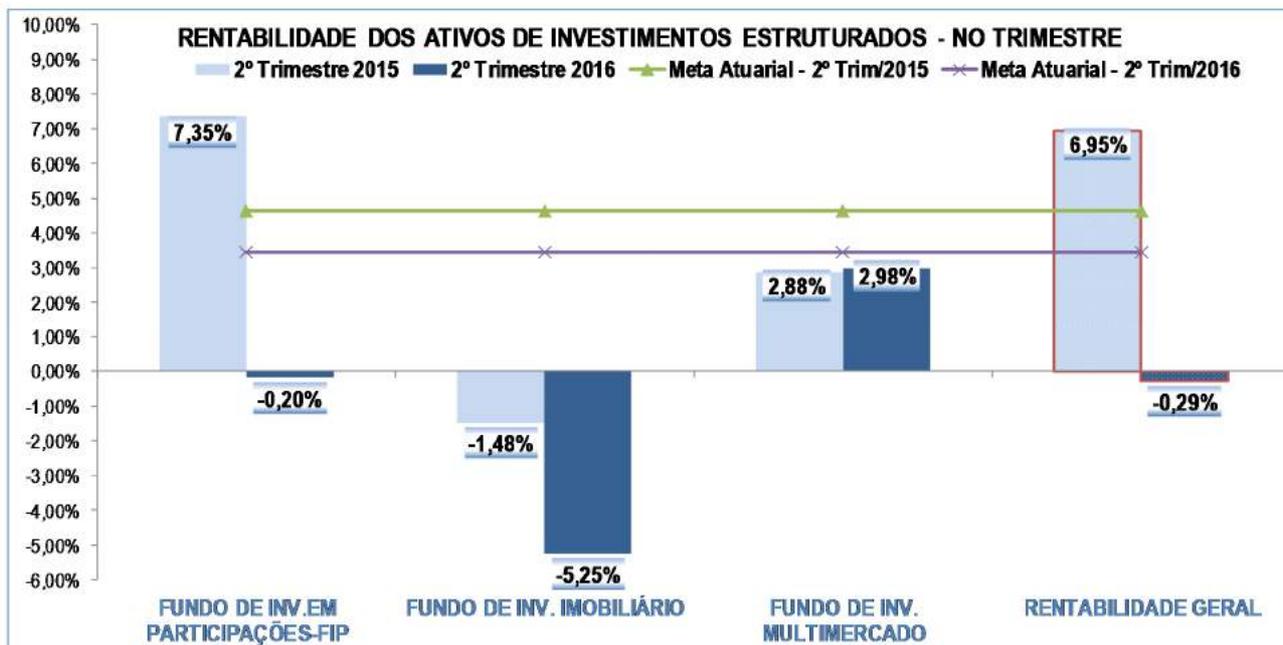
Gráfico nº 31 – Alocação de Recursos Por Ativo



Tabela nº 10 – Alocação de Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO O 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/16	mai/16	jun/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	65.143.917,09	100,00%	11,55%	12,0		-0,08%	0,03%	-0,24%	-0,29%	0,28%	0,54%	-6,38%	-8,13%
I	Fundos de Investimento em Participações	59.170.391,70	90,83%	10,49%	12,0		-0,06%	-0,07%	-0,07%	-0,20%	-0,38%	-0,78%	-7,04%	-8,78%
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	44.752.221,99	68,70%	7,93%	15,5	-	-0,04%	-0,04%	-0,04%	-0,12%	-0,24%	-0,45%	-6,90%	-8,64%
	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP - (GESTOR: ÁTICO ASSET MANAGEMENT)	14.418.169,71	22,13%	2,56%	1,2	-	-0,12%	-0,15%	-0,14%	-0,41%	-0,79%	-1,72%	-7,44%	-9,19%
III	Fundos de Investimento Imobiliário	3.010.421,38	4,62%	0,53%	-	-	-0,99%	1,12%	-5,36%	-5,25%	7,01%	-4,20%	0,36%	-1,39%
	MEMORIAL OFFICE - COINVALORES DTVM	3.010.421,38	4,62%	0,53%	-	-	-0,99%	1,12%	-5,36%	-5,25%	7,01%	-4,20%	0,36%	-1,39%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	2.963.104,01	4,55%	0,53%	-	-	0,93%	0,95%	1,07%	2,98%	6,32%	13,08%	-0,34%	-2,08%
	SAGA SNAKE FIM	2.963.104,01	4,55%	0,53%	-	-	0,93%	0,95%	1,07%	2,98%	6,32%	13,08%	-0,34%	-2,08%

Gráfico nº 32 – Rentabilidade Nominal – Segmento de Investimentos Estruturados Comparativo Entre o 2º Trimestre de 2015 x 2º Trimestre de 2016



O destaque desse segmento é o desempenho do FII que entre o fechamento de 2015 e 31/03/2016, teve suas cotas negociadas no mercado secundário com aumento de 10%. Além dessa variação de preço, na apuração de rentabilidade se juntam os rendimentos creditados a entidade pela distribuição dos aluguéis líquidos recebidos pelo Fundo.

Energia PCH - FIP / Projeto Juruena:

Gráfico nº 33 – Participação dos Cotistas no Fundo

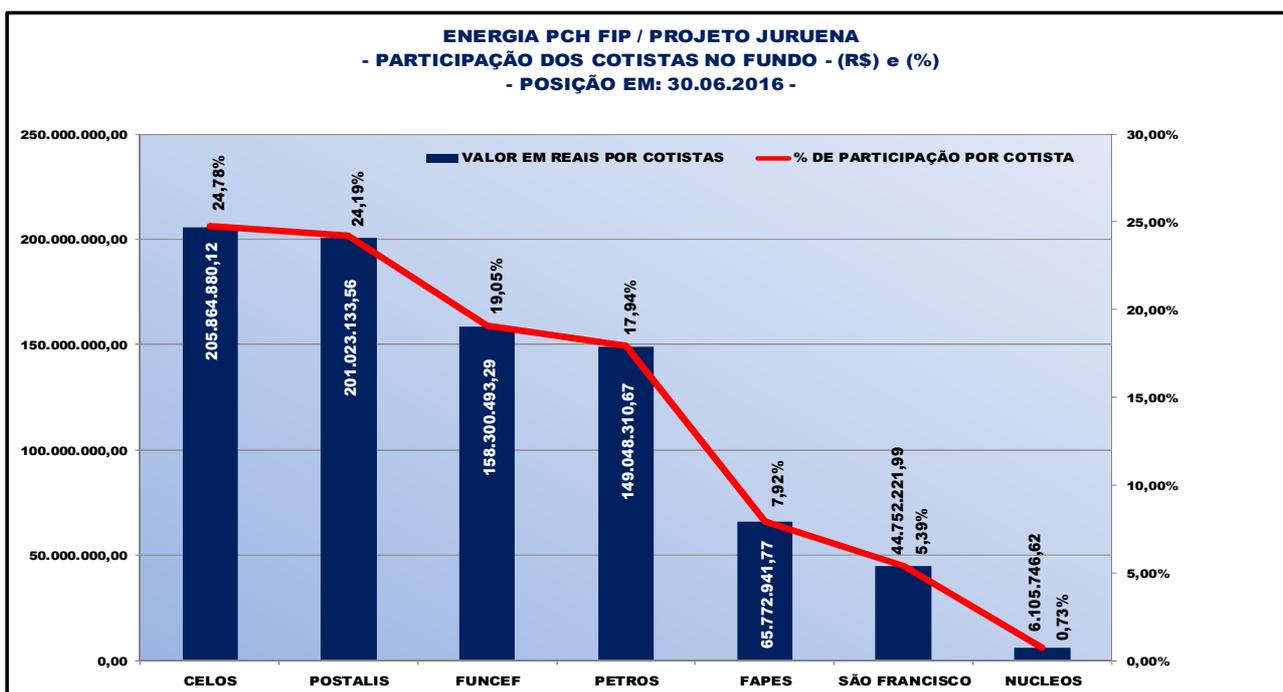


Tabela nº 11 – Participação dos Cotistas no Fundo

ENERGIA PCH - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - FIP / PROJETO JURUENA POSIÇÃO EM 30.06.2016				
ITENS	COTISTAS	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR - R\$ -	%
1	CELOS	1.078,70	205.864.880,12	24,78%
2	POSTALIS	1.053,33	201.023.133,56	24,19%
3	FUNCEF	829,47	158.300.493,29	19,05%
4	PETROS	780,99	149.048.310,67	17,94%
5	FAPES	344,64	65.772.941,77	7,92%
6	SÃO FRANCISCO	234,49	44.752.221,99	5,39%
7	NUCLEOS	32,00	6.105.746,62	0,73%
TOTAL GERAL.....		4.353,62	830.867.728,02	100%
VALOR DA COTA EM 30.06.2016: R\$ 190.845,350995				

Em 30 de junho de 2016, encontrava-se alocado no **Energia PCH - FIP/Juruena** o valor de R\$ 44.752.221,99 ou 7,93% do total dos ativos de investimentos. A renovação da outorga para as usinas, como constante das condições contratuais, encontra-se prevista para 2032. O retorno aos cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a se houver a renovação da outorga, caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a.

Na data de 20 de junho de 2016, em reunião formal dos cotistas, foi consolidada definitivamente a mudança do gestor do **Energia PCH - FIP/Juruena**, encerrando a gestão compartilhada: sai a **Infra-Asset Management** e consolida a **Vinci Partners** na gestão do Fundo, encerrando o longo processo de transição *due diligence* entre os gestores, com objetivo de confirmar os dados disponibilizados.

Vislumbra-se frente ao o novo gestor, uma série de ações imediatas a serem desenvolvidas dentro do Fundo: Nomeação de novos conselheiros (Diretor Geral; Diretor Técnico e Gerente Administrativo); Alterações do Regulamento; Melhoria de processos nas companhias (auditoria contábil e Práticas de procedimentos); Contratação de Assessor Legal Estratégico; Elaboração de Relatórios Trimestrais; Endereçar a compra dos Minoritários (LINCA); Contratação de Novo Operador de O&M; Repactuação do Financiamento da CEF; Arbitragem: Execução e possível negociação com a TECNIMONT (Epcista); Ações com a Eletrobrás/UBF e os aportes para pagamento das obrigações do FIP.

Portanto, encerrado o 2º trimestre de 2016, as condições do **Energia PCH FIP/Juruena** estão voltadas para o novo gestor, com boas perspectivas, dada a realização das ações imediatas e a consolidação das prioridades elencadas. Acredita-se que a implementação dos processos de governança da nova gestão, poderá resgatar no médio prazo a liquidez do Fundo, atribuindo aos Cotistas uma porta de saída do ativo.

FIP - Geração de Energia - Ático:

- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.



- **Rentabilidade Alvo:** IPCA + 10,50% ao ano. Seu prazo de existência está programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento deve ser finalizado em 2018. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, tendo em vista que ainda se está no prazo dos investimentos, ou seja, sem geração líquida de caixa para distribuição.

Encerrado o 2º trimestre de 2016 encontrava-se alocado no **FIP - Geração Energia/ Ático** o valor de R\$ 14.418.169,71 ou 2,52% do total dos ativos de investimentos. O Fundo registrou no 2º trimestre rentabilidade negativa de 0,41%, acumulando no ano uma variação negativa de 0,79%, isto é, 9,19% abaixo da meta atuarial do Plano.

O fundo possui, enquanto na fase de investimento, despesas de manutenção de sua estrutura. São esses gastos os geradores da rentabilidade negativa. Quando houver nova avaliação dos ativos ou entrarem em operação as empresas investidas, a rentabilidade se dará pelo resultado das empresas componentes do seu portfólio.

Fundo de Investimento Imobiliário - Memorial Office Building:

No decorrer de 2014/2015 o Comitê Estratégico de Investimentos - CEI deliberou pela alienação das cotas do Fundo, mesmo abaixo do valor contábil. Ocorre que a liquidez do ativo em bolsa, dado o cenário de alta de juros de curto e médio prazo, é bastante reduzida, e vem dificultando a venda do total das cotas. Porém, o processo de alienação encontra-se em andamento.

O Fundo registrou no 2º trimestre de 2016 rentabilidade negativa de 5,25%, acumulando no ano uma variação positiva de 7,01%, ante a meta atuarial de 8,40%, gerando uma variação negativa no período de 1,39%. Entretanto se adotado a ocorrência de preços em 31/12/2014 quando as cotas valiam R\$ 122,81, agora, em 30/06/2016 passaram a valer R\$ 101,91 - uma perda de 17,02%.

A Diretoria de Finanças mantém contatos com várias corretoras buscando viabilizar a venda de todas as cotas detidas pelo Plano, entretanto o mercado continua desinteressado pelo ativo. A seguir a Tabela das vendas realizadas no período de março de 2015 a junho de 2016:

Tabela nº 12 – Vendas das Cotas do FII – Memorial Office – 2015/2016

ALIENÇÃO DE COTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO - FII / MEMORIAL OFFICE				
DATA	QUANTIDADE	VENDA	PREÇO MÉDIO - R\$ -	FINANCEIRO - R\$ -
26/03/2015	30.303	-	123,00	3.727.269,00
27/03/2015		100	120,00	12.000,00
27/04/2015		50	119,50	5.975,00
30/03/2016		13	110,00	1.430,00
27/06/2016		300	104,00	31.200,00
29/06/2016		300	104,00	31.200,00
TOTAL DE VENDAS.....		763	107,21	81.805,00
SALDO.....	29.540	-	102,30	3.021.942,00



Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake:

Trata-se de um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia, são os motivos principais para seu uso. Ponto relevante, ainda, reside no fato de que a alocação de recursos nele é próxima de zero.

As aplicações do Plano no Fundo registraram rentabilidade positiva de 2,98% no 2º trimestre de 2016, acumulando no ano uma variação de 6,32%, ante uma meta atuarial de 8,40%, registrando uma variação negativa no período de 2,08%. Entretanto, deve-se levar em consideração que esse desempenho não é absolutamente representativo no todo do investimento do Plano, dado que em diversas datas o valor investido nele aproximou-se de “0” (zero), sendo isso um dos motivos a fazer com que o retorno se mantenha inferior à meta. Em 30.06.2016 encontrava-se alocado no ativo 0,53% do total dos ativos de investimentos.

A Cota do Fundo variou 3,42% no 2º trimestre de 2016, contra 3,36% do CDI, ou seja, desempenho comparado de 101,74%, ou seja, desempenho de 100% do *benchmark*. Porém, não foi o que as nossas aplicações renderam, motivada exclusivamente pela movimentação de recursos realizada, haja vista servir o veículo como meio de facilitar somente a gestão do fluxo de caixa.

3.1.2.3.4 Imóveis

Nesse segmento estão alocados 1,31% do total dos Ativos de Investimentos. A administração da carteira imobiliária prende-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA, não havendo novas aplicações no segmento. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação do imóvel, desde que as condições de mercado assim permitam.

Tabela nº 13 – Alocação de Recursos – Imóveis 2016

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO O 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/16	mai/16	jun/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 22	IMÓVEIS	7.397.870,82	100,00%	1,31%	-	-	0,07%	-0,01%	-0,02%	0,04%	-2,05%	-2,27%	-8,71%	-10,46%
II	Imóveis para Aluguel e Renda	7.397.870,82	100,00%	1,31%	-	-	0,07%	-0,01%	-0,02%	0,04%	-2,05%	-2,27%	-8,71%	-10,46%
	FERNANDEZ PLAZA	7.397.870,82	100,00%	1,31%	-	-	0,07%	-0,01%	-0,02%	0,04%	-2,05%	-2,27%	-8,71%	-10,46%

Gráfico nº 34 – Rentabilidade Nominal – Segmento de Imóveis – Comparativo Entre o 2º Trimestre de 2015 x 2º Trimestre de 2016

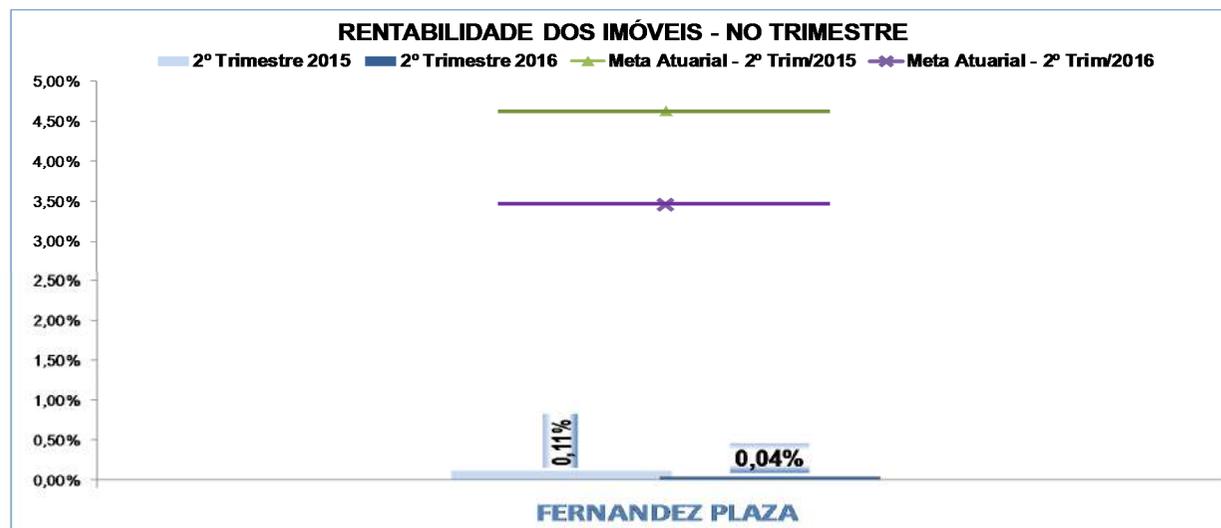


Gráfico nº 35 – Acompanhamento dos Resultados – Imóveis

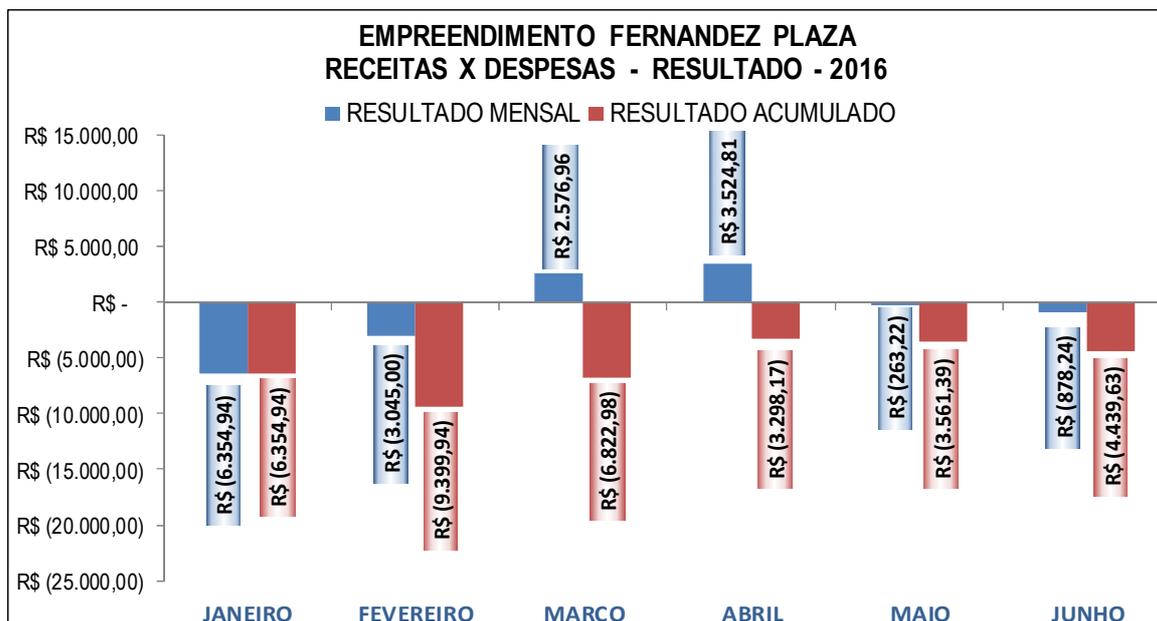


Tabela nº 14 – Taxa de Ocupação e Ocorrências

FERNANDEZ PLAZA - OCORRÊNCIAS NO TRIMESTRE								
PERÍODO: 2º TRIMESTRE DE 2016								
QUANTIDADE SALAS OCUPADAS	TAXA DE OCUPAÇÃO	ALUGUEL - R\$ -		IPTU - R\$ -		CONDOMÍNIO - R\$ -		TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
		RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	
27	48,21%	72.633,24	0,00	22.271,16	0,00	48.440,30	0,00	7.263,34

QUANTIDADE SALAS DESOCUPADAS	TAXA DE DESOCUPAÇÃO	IPTU - R\$ -	CONDOMÍNIO - R\$ -
29	51,79%	17.575,98	43.526,52

Encerrado o 2º trimestre de 2016, a “taxa de ocupação” foi de 48,21%, contra 50,00% no encerramento do 1º trimestre de 2016, registrando uma queda de 1,79%, motivada pela desativação de escritórios e pequenas empresas com as quais havia contrato de locação com a entidade.

Segundo o administrador (**José Alberto Imóveis Ltda.**), ainda alimentada pelo processo recessivo na economia do país, a retração da demanda continua acentuada para a região, devido ao elevado desaquecimento das atividades econômicas da cidade, associada à concorrência de novos empreendimentos, com espaços físicos modernos e novos atrativos para os ocupantes. Importante identificar que o administrador continua em busca de novos interessados nos espaços disponíveis 29 (vinte e nove) salas, atendendo as condições previstas no Contrato de Intermediação de Locação e Administração de Imóveis firmados com a Fundação São Francisco.

Quanto à situação relativa ao firmamento do competente registro para que se possa iniciar as vendas das unidades, conforme já ficou definido e consignado na Política de Investimento do plano, ainda não foi possível.

3.1.2.3.5 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 1,42% do total dos Ativos de Investimentos.

Tabela nº 15 – Alocação de Recursos – Operações C/Participantes 2016

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO O 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/16	mai/16	jun/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
													S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 23	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	8.028.935,34	100,00%	1,42%	-		1,98%	1,72%	1,79%	5,59%	13,09%	26,02%	6,43%	4,68%
I	Empréstimos	8.028.935,34	100,00%	1,42%	-		1,98%	1,72%	1,79%	5,59%	13,09%	26,02%	6,43%	4,68%

Tabela nº 16 – Concessões no 2º Trimestre de 2016

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS					
PERÍODO: ABRIL A JUNHO 2016 - R\$ -					
	SIMPLES		EMERGÊNCIA		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
ABRIL	8	92.827,50	1	5.108,19	97.935,69
MAIO	2	31.564,21	1	5.008,24	36.572,45
JUNHO	7	52.808,39	2	15.409,81	68.218,20
TOTAL	17	177.200,10	4	25.526,24	202.726,34

O valor de concessão no 2º trimestre de 2016 alçou o valor de R\$ 202.726,34, contra R\$ 465.877,76 do 1º trimestre de 2016, registrando uma redução de 56,49% na demanda, ou ainda, em termos de valor médio por participante, o trimestre encerra com R\$ 11.925,08 contra R\$ 13.702,29 do trimestre anterior, registrando uma variação negativa de 12,97%. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, desse último trimestre, tiveram os valores contratados menores que no trimestre anterior.

Tabela nº 17 – Saldos Quantitativos da Carteira de Empréstimos – 2º Trim./2016:

SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS										
CONTRATOS FIRMADOS		QTD. MUTUÁRIOS		QTD. MUTUÁRIOS C/+3 PREST. VENCIDAS		QTD. NEGOCIAÇÕES ADM		MONTANTE INADIMPLIDO		
Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Var. %
Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	
374	366	347	339	27	27	28	28	R\$ 2.089.492,00	R\$ 2.275.035,87	8,88%

Tabela nº 18 – Composição do Saldo Líquido dos Empréstimos – 2º Trim./2016:

COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO			
DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO FECHAMENTO DO		
	Anterior	Atual	%
SALDO ANTERIOR	7.585.072,97	8.138.384,09	7,29%
LIQ. ACRES. DO TRIM.	553.311,12	-109.448,75	-
VAL. CARTEIRA	8.138.384,09	8.028.935,34	-1,34%
PROV. PERDA	-2.467.821,53	-2.743.494,62	11,17%
VAL.LIQ. CART	5.670.562,56	5.285.440,72	-6,79%

Mantem-se a observação quanto à definição de que a “Provisão para Perda” está relacionada à exigência determinada pela Resolução Nº 8 do CNPC de 2011, mas, é mais que pouco provável a sua efetiva ocorrência, haja vista que o recebimento só ocorrerá em algum momento mais a frente; ou por saída do participante com o pedido de resgate de sua reserva ou pela sua entrada em benefício. No primeiro caso há cláusula contratual em que o participante consignou a sua reserva como garantia do mútuo; no segundo, devido ao conseqüente lançamento em folha de benefício dos valores mensais das prestações, devidamente atualizadas. A base de cálculo do montante a provisionar consiste dos valores vencidos e a vencer, e sobre eles incide percentual definido de acordo com o tempo de inadimplência, entre a primeira ocorrência e o momento atual de seu cálculo.

Gráfico nº 36 – Demanda de Empréstimos Acumulada Por Ano – Período: 2012 a Junho de 2016

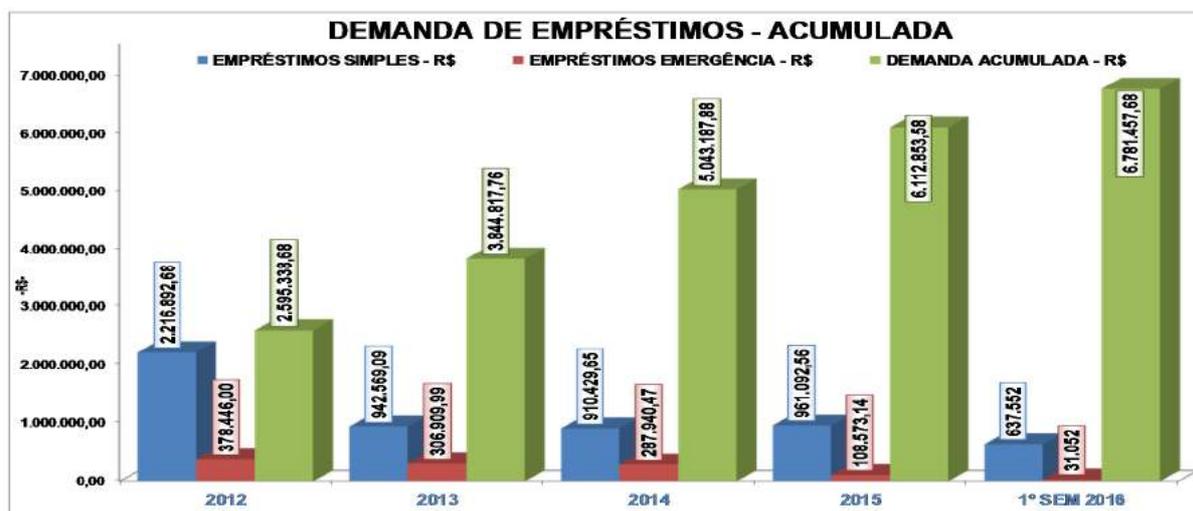


Tabela nº 19 – Demanda de Empréstimos – Acumulada no Ano – Período: 2012 a Junho de 2016

MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
1º SEM 2016	49	637.552	6	31.052	55	668.604,10	6.781.457,68

Gráfico nº 37 – Demanda de Empréstimos no Trimestre

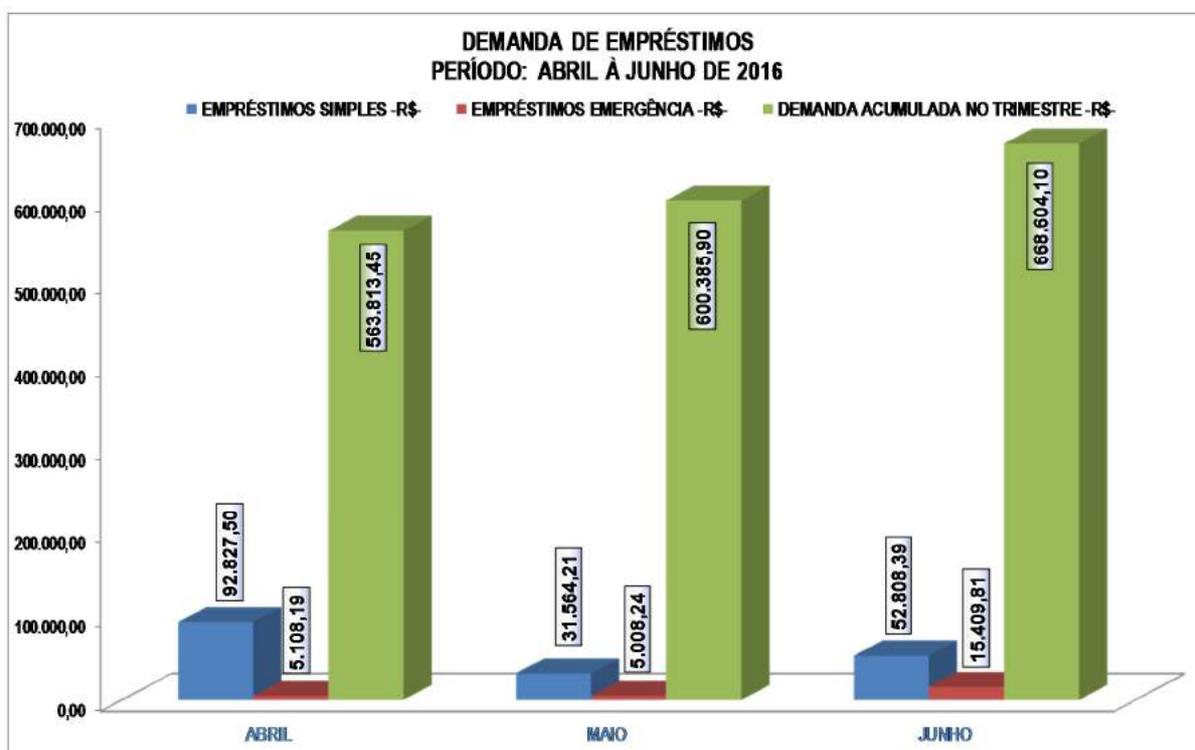
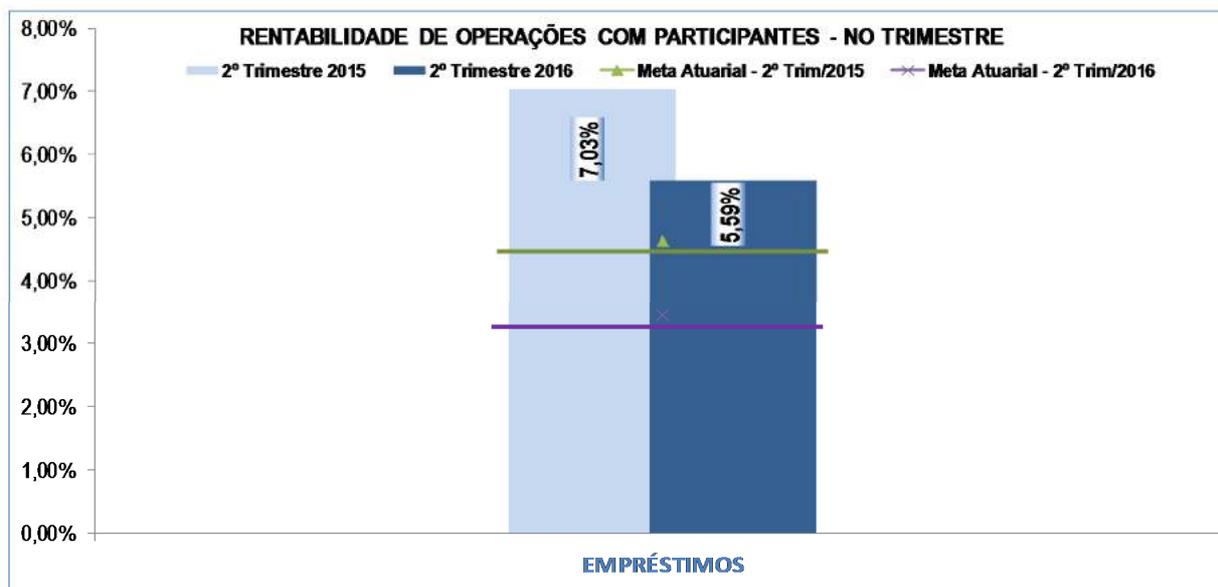


Gráfico nº 38 – Rentabilidade Nominal – Comparativo 2º Trimestre de 2015 X 2º Trimestre de 2016



O **Segmento de Operações C/Participantes** apresentou no 2º trimestre rentabilidade positiva de 5,59% - contra meta atuarial de 3,45%, isto é, 2,14% acima da meta. Com este resultado, o Segmento acumulou no ano rentabilidade positiva de 13,09%, acima da meta em 4,69%.

3.1.2.4 Controle de Avaliação de Riscos

“Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses”.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP: - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

3.1.2.4.1 Divergência Não Planejada - DNP

Foi verificado que no encerramento do 1º trimestre de 2016 a **Divergência Não Planejada - DNP** apresentou indicadores negativos para:

- Regras I: **Segmento de Imóveis** (DNP Negativa, doze meses consecutivos);
- Regra II: **Segmentos de Investimentos Estruturados e Renda Variável** (DNP Negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses);

Antes das devidas explicações sobre a infringência verificadas cumpre esclarecer: - o processo de cálculos da DNP é realizado pelo Banco Custodiante (Itaú-Unibanco S/A) em atendimento a cláusula do contrato de prestação de serviços assinado com a Fundação São Francisco, porém, a entidade elabora minuciosa averiguação quanto a sua consistência, como continuidade do seu controle interno.

Tabela nº 20 – Divergência Não Planejada

PLANO I - BD													REFERÊNCIA: JUNHO DE 2016		
Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses													Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
SEGMENTO	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16			
Renda Fixa	-0,18%	-0,69%	-0,11%	0,34%	0,07%	0,23%	0,19%	-0,17%	0,09%	0,25%	-0,06%	-0,30%	-0,35%	0,29%	1,81%
Renda Variável	-3,91%	-7,20%	-2,67%	1,05%	0,24%	-4,62%	-3,25%	1,27%	7,45%	4,93%	-6,47%	1,54%	-11,65%	4,49%	-29,05%
Estruturado	-0,73%	-0,89%	-0,98%	-1,04%	-0,98%	-1,81%	-1,51%	-1,17%	-1,46%	-0,97%	-1,06%	-1,67%	-14,28%	0,34%	-31,51%
Imóveis	-1,18%	-1,02%	-0,73%	-0,94%	-1,28%	-1,76%	-1,60%	-3,67%	-1,54%	-0,82%	-1,10%	-1,45%	-17,10%	0,78%	12,56%
Empréstimos	0,93%	0,90%	1,01%	0,55%	0,49%	0,36%	0,92%	0,10%	1,21%	1,09%	0,63%	0,36%	8,54%	0,35%	27,76%
PLANO	-0,99%	-1,75%	-0,60%	0,26%	-0,05%	-0,78%	-0,53%	-0,14%	0,95%	0,83%	-1,19%	-0,19%	-4,19%	0,80%	-8,88%

META ATUARIAL :..... INPC + 5,5% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos de Imóveis e Estruturados apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Renda Variável e Estruturados.

Explicações:

(i) Segmento de Imóveis:

A Fundação São Francisco no processo de alocação de recursos no Segmento Imobiliário, à época presumia, como constava dos estudos dos projetos apresentados, elevada consistência na rentabilidade, segurança, solvabilidade e liquidez futura, frente às condições do cenário macroeconômico vividas pelo país e, via com expectativa, o crescimento na demanda das plantas de Escritórios e Projeções Comerciais (Shoppings, etc.).

As expectativas e premissas de viabilidade econômico-financeira dos projetos adquiridos não se confirmaram ao longo do tempo, resultando, assim, em elevado custo financeiro de carregamento das posições imobiliárias para o Plano I/BD.

A Carteira de Aluguéis e Renda acumulou no período dos últimos doze meses, encerrada em junho de 2016 - DNP Negativa, conforme quadro acima, devido ao aumento acentuado das ofertas físicas de novos empreendimentos e a queda observada na demanda por locação de imóveis na cidade de Salvador-BA, onde se localizam os imóveis que lastreiam a carteira.

- **Estratégia:**

No período de vigência da Política de Investimento 2016/2020, além de não destinar recursos para o Segmento de Imóveis, manterá política visando diminuir a vacância das salas e a busca de soluções e alternativas para o desfazimento dos investimentos que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico, e liberação de sua escritura.

(ii) Segmento de Renda Variável:

No período analisado, o mercado acionário apresentou desempenho abaixo da meta motivado diretamente pelos aspectos conjunturais políticos e econômicos, na visão interna, porém, apresentando elevado processo de recuperação no 2º trimestre de 2016. Na visão externa, os mercados ampliaram o nervosismo ante o plebiscito no Reino Unido sobre o “Brexit” (Abreviatura para “Saída Britânica”), que se confirmou a retirada do Reino Unido da União Europeia, sem deixar de lado as preocupações com a economia dos Estados Unidos e China, que emanam sinais de problemas à frente.

Além das colocações acima cabe argumentar que as gestões dos fundos existentes até abril de 2014 apresentavam forte correlação ao mercado acionário, perseguindo o IBOVESPA, logo, os impactos sofridos por eles refletem-se na avaliação dos 36 meses. As estratégias das novas gestões, focadas em posições defensivas nos momentos de stress do mercado acionário, aliviaram a performance negativa. Trouxeram menor volatilidade as cotas, do que as verificadas no índice de referência, o que denota a diminuição dos riscos de mercado.

O mercado acionário reportando ainda um cenário volátil, contudo, ante a perspectiva da saída do governo do Partido dos Trabalhadores, apresentou um otimismo cauteloso e, o IBrX-50 registrou no 2º trimestre desempenho de 2,36%, enquanto o Segmento de Renda Variável 3,10%, ou seja, este último superou o Benchmark do período, contudo, não superou a meta de 3,45%. É esse comportamento errático que impede a retirada de recursos da bolsa, pois, pequenos sinais de melhoria podem trazer grandes alavancagens nos preços das ações. Como é impossível prognosticar a data em que se dará a alta, ou se a mesma será permanente, num ambiente como o que se vive, o melhor comportamento é aquele que diz: - quem está dentro não sai e, quem está fora não entra.

- **Estratégia:**

Considerada adequada para os objetivos do Plano no longo prazo, segue a concentração definida por estudo de ALM. Os desempenhos gerados pelos aspectos conjunturais estão impactando o resultado global da estratégia, no entanto, não há ação imediata a ser tomada.

As gestões dos FIA's estão devidamente ajustadas à Política de Investimento estabelecida nos seus Regulamentos, e mais, os retornos gerados, analisado na relação Risco x Retorno, estão com indicadores até melhores que àqueles obtidos pela indústria, conforme demonstrado no item próprio deste relatório.

(iii) *Segmento de Investimentos estruturados:*

Energia PCH-FIP:

Detentor de 68,70% dos valores investidos no Segmento constitui-se, assim, como o maior responsável pela geração de retorno para do Segmento, tem como ativos as cotas das usinas hidrelétricas de Juruena. A Diretoria de Finanças participa ativamente na busca de alternativas para possibilitar o desinvestimento, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. Há também movimentação dos cotistas para viabilizar a gestão mais eficiente do fundo e das empresas investidas, como a contratação da Vinci Partners em substituição da Infra Asset - Asset management, fato que se confirmou em 20.06.2016, tendo o novo gestor, várias ações imediatas, de forma a melhorar as condições de gestão e liquidez do fundo.

FIP Ático – Geração de Energia:

Representando 22,13% do Segmento suas cotas refletem as reavaliações das ações da Bolt Energia S/A, principal ativo do Fundo. Seu desempenho acumula no 2º trimestre de 2016 variação negativa de 0,41%, acumulando no ano rentabilidade negativa de 0,79% - contra uma meta de 8,40%, com diferença de variação de 9,19% em relação a meta. Vale ressaltar que ainda não terminou o período previsto para a realização de todo o investimento e, seu desinvestimento, está previsto para ocorrer em 2017/2018, que segundo a Ático, até o momento, se encontra sem alteração de cronograma. A percepção da Diretoria de Finanças é de que se a economia entrar em rota desenvolvimentista, o objetivo será cumprido e o resultado poderá ser bastante auspicioso. Caso contrário, sem uma definição clara quanto ao comportamento das contas públicas, ou certa aversão, como houve nos últimos anos, ao ingresso de recursos externos, pode ocorrer a necessidade de dilação do prazo para o desfazimento dos ativos, logo, a impossibilidade de resgate das cotas no horizonte indicado.

Fundo de Investimento Imobiliário – Memorial Office:

Corresponde a 4,62% do Segmento e sua cotação é realizada em Bolsa, já que o ativo está marcado a “mercado”. Mesmo com receitas geradas a partir dos aluguéis do imóvel, suas cotas vêm apresentando perdas de desempenho acentuadas, motivadas pelo aumento da taxa de vacância, 54% no 2º trimestre de 2016 contra 27% registrada no 1º trimestre de 2016. O que se viu no trimestre de 2016 foi à ocupação do empreendimento sofrer elevada retração, motivada diretamente pela não renovação dos Contratos de locação vencidos, com as empresas ocupantes do empreendimento sofrendo a forte retração da economia brasileira em 2016.

As cotas do ativo possuem baixa liquidez em bolsa e esse tem sido o grande entrave para a sua eliminação do portfólio, mas, o esforço continua e, a conta gotas, ocorre a alienação de parcelas desse investimento. Como se percebe, a questão da liquidez deverá embasar, doravante, com maior acuidade, a orientação dos investimentos, haja vista a maturidade do plano.

- **Estratégia:**

Energia PCH-FIP:

Por se tratar de investimentos com visão de longo prazo e os projetos já finalizados, produzindo e vendendo energia, a Política de Investimento de 2016/2020 previu a sua permanência no portfólio, uma vez que não se espera no contexto econômico dos próximos anos, ao menos até final de 2018, alteração que permita a venda dos ativos do fundo, com apropriação da mais valia na ordem conveniente. Outro sim, a mudança do gestor para a **Vinci Partners**, pode ensejar algum interesse maior por parte de investidores externos. Seja como for, não se pode, objetivamente, realizar a venda do ativo no momento atual.

FIP - Ático Geração de Energia:

O projeto encontra-se em período de investimento. Assim como o fundo anterior, não há mercado para a realização da venda do ativo, tendo em vista estar este no mesmo mercado do anterior, logo, padecendo das mesmas causas que levaram todo o setor a perda de preço.

Outro motivo importante que deve ser declinado consiste no fato de que o fundo ainda se encontra no período de investimento padecendo, dessa forma, do comportamento do que o mercado definiu como curva J (jota). Diante dos dados do fundo há que se esperarem as alterações de mercado para a realização da venda em momento mais propício.

Fundo de Investimentos Imobiliários – FII (Memorial Office):

Detentor de 0,53% dos Ativos de Investimentos no 2º trimestre de 2016, contra 0,60% registrada no 1º trimestre. A queda deveu-se iminentemente pela alienação das cotas deliberada pelo Comitê de Investimento. Contudo, a baixa liquidez dificulta à venda integral das cotas, mas, a Diretoria de Finanças continua no esforço de promover a venda fracionada sempre que o mercado a tornar possível. A seguir a Tabela das vendas realizadas no período de março de 2015 a junho de 2016:

3.1.2.5 Operações Coursadas

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas envolvendo a compra e venda de NTN's. Operações de arbitragem de vencimentos vêm agregando ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2016/2020.

As operações realizadas no decorrer no 1º e 2º trimestre de 2016, consistiram mais fortemente em concentrar os investimentos em papéis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

Cumprindo a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresentamos, abaixo, a Tabela das Operações Coursadas com Títulos Públicos Federais no Plano I-BD no decorrer do primeiro e 2º trimestre de 2016 as quais, se antecipa, respeitaram o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - **“Mercado Secundário de Títulos Públicos”**.

Tabela nº 21 – Operações Cursadas – Exercício de 2016

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2016						
PLANO II - CD / CODEPREV						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
02/02/2016	NTN-B 2019	5,5165	5,5000	5,5344	5,2700	1.592.423,59
22/03/2016	NTN-B 2023	5,9512	5,1712	5,7777	5,3100	955.935,92
	NTN-B 2035	5,9595	5,2311	5,7341	5,5500	7.077.912,95
15/04/2016	NTN-B 2019	5,9555	5,2400	5,5975	5,3400	435.253,04
TOTAL.....						10.361.526,50
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
07/01/2016	NTN-B 2035	6,9205	7,3235	7,5955	7,1500	543.430,70
02/02/2016	NTN-B 2035	7,0140	7,4541	7,8549	7,2500	2.797.494,01
04/03/2016	NTN-B 2016	6,9402	7,3257	7,7531	7,1000	945.693,50
22/03/2016	NTN-B 2016	6,9555	7,3520	7,9543	7,3000	5.032.447,44
20/04/2016	NTN-B 2021	5,5171	5,2500	5,5451	5,1500	743.454,45
15/05/2016	NTN-B 2017	5,7215	5,0950	5,3745	5,0300	1.073.043,37
15/06/2016	NTN-B 2030	5,7202	5,1234	5,4030	5,0300	795.972,12
TOTAL.....						15.237.535,69

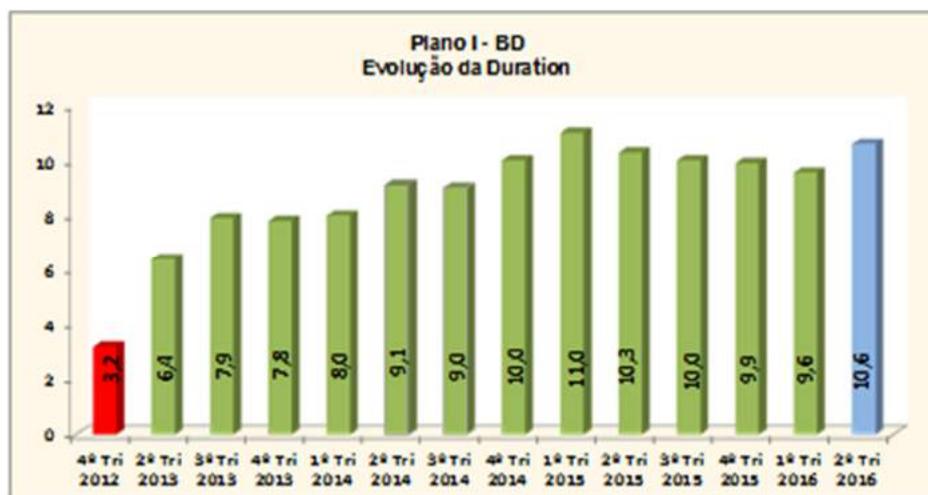
Todas as taxas negociadas na compra das NTN-B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos de análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade os fatos ocorridos.

3.1.2.6 Duration do Plano

O acompanhamento do indicador é apresentado pelo total dos ativos contidos no Segmento de Renda fixa, entretanto, quando da elaboração dos elementos obrigatórios definidos pela PREVIC, esta leva em consideração somente a carteira de NTN's marcadas na curva.

Gráfico nº 39 – Duration do Plano

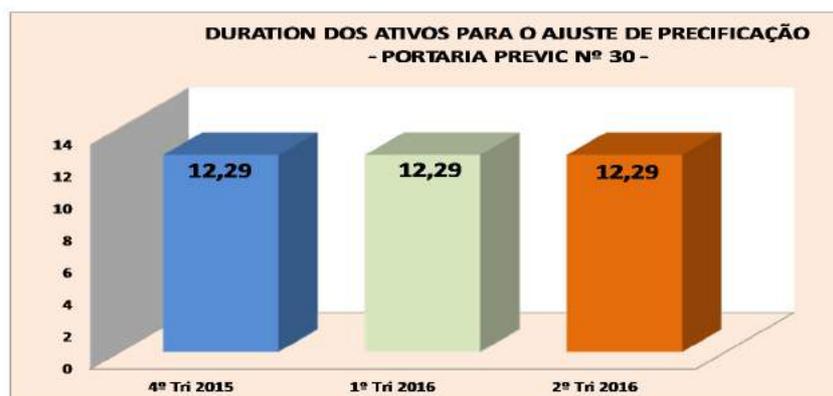


No encerramento do 2º trimestre de 2016 o índice alcançou 10,6 anos, contra 10,3 anos do mesmo período de 2015. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos (2016 a 2050), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender a exigência do fluxo de caixa do passivo.

3.1.2.7 Duration – Portaria Previc Nº 30, de 21.01.2016:

Conforme comentado no Relatório do 1º Trimestre de 2016 - item 3.1.6, apresentamos a seguir a *Duration* dos títulos selecionados para ajustes de precificação, marcados na “Curva”, constantes da carteira com objetivo de atender a **Portaria PREVIC Nº 30, de 21.01.2016**, que, Grifo nosso: “Dispõe sobre a forma e prazo de envio das informações para apuração da duração do passivo referida na Resolução nº 18, de 28 de março de 2006 e do ajuste de precificação referido na Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, bem como referidos na Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, relativamente à avaliação atuarial decorrente de fato relevante”. Destacamos que a Instrução Previc Nº 19 enfatiza que a duração do fluxo dos títulos públicos objetos de ajustes, deve ser inferior à duração do fluxo do passivo. Ressaltamos ainda, que o fluxo dos ativos selecionados foi descontado à taxa de juros real de 5,50% a.a., taxa utilizada para avaliação atuarial.

Gráfico nº 40 – Duration – Portaria Previc Nº 30



3.1.2.8 Acompanhamento Orçamentário

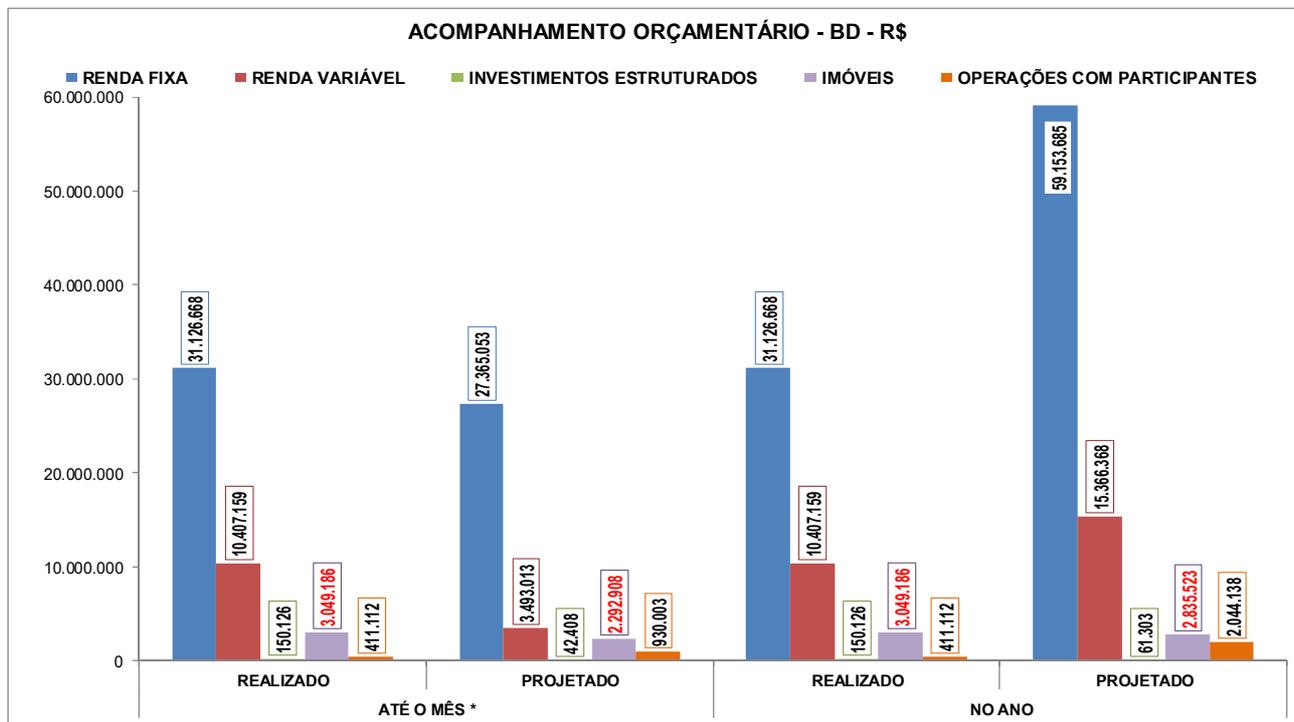
Tabela nº 22 – Receitas Líquidas dos Investimentos

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS DOS INVESTIMENTOS									
JUNHO / 2016									
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD									
	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	4.427.672,81	4.564.519,30	97,00%	31.126.668,07	27.365.052,73	113,75%	31.126.668,07	59.153.685,48	52,62%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	3.806.101,70	3.633.241,71	104,76%	23.991.815,50	20.212.168,90	118,70%	23.991.815,50	45.015.484,94	53,30%
EMISSÃO OU COBRIGANÇA DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	490.857,62	427.155,98	114,91%	4.694.669,85	4.045.727,71	116,04%	4.694.669,85	6.014.099,08	78,06%
DPGE	159.327,83	124.327,88	128,15%	3.049.185,77	2.292.908,35	132,98%	3.049.185,77	2.835.523,33	107,54%
LF	331.529,79	302.828,10	109,48%	1.645.484,08	1.752.819,36	93,88%	1.645.484,08	3.178.575,75	51,77%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	209.545,34	209.619,69	99,96%	1.360.580,40	1.434.487,12	94,85%	1.360.580,40	2.737.906,41	49,69%
DEBENTURES	209.545,34	209.619,69	99,96%	1.360.580,40	1.434.487,12	94,85%	1.360.580,40	2.737.906,41	49,69%
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	197.758,08	146.094,91	135,36%	1.064.696,22	867.749,01	122,70%	1.064.696,22	1.748.092,06	60,91%
CRN	197.758,08	146.094,91	135,36%	1.064.696,22	867.749,01	122,70%	1.064.696,22	1.748.092,06	60,91%
CÉDULA DE PRODUTOS RURAIS	11.915,55	11.870,64	100,38%	74.838,21	66.117,05	113,19%	74.838,21	109.780,34	68,17%
CPR	11.915,55	11.870,64	100,38%	74.838,21	66.117,05	113,19%	74.838,21	109.780,34	68,17%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-288.505,48	136.536,37	É DESPESA	-59.932,11	738.802,94	É DESPESA	-59.932,11	3.528.322,65	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-288.505,48	136.536,37	É DESPESA	-59.932,11	738.802,94	É DESPESA	-59.932,11	3.528.322,65	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	2.496.672,04	632.212,16	394,91%	10.407.159,06	3.493.013,12	297,94%	10.407.159,06	15.366.367,60	67,73%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	2.496.672,04	632.212,16	394,91%	10.407.159,06	3.493.013,12	297,94%	10.407.159,06	15.366.367,60	67,73%
FUNDOS DE AÇÕES	2.496.672,04	632.212,16	394,91%	10.407.159,06	3.493.013,12	297,94%	10.407.159,06	15.366.367,60	67,73%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-185.867,73	3.866,42	É DESPESA	150.126,20	42.408,06	354,00%	150.126,20	61.303,23	244,89%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-38.567,71	0,00	É DESPESA	-217.194,64	0,00	É DESPESA	-217.194,64	0,00	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	-203.760,34	0,00	É DESPESA	187.299,28	0,00	NA	187.299,28	0,00	NA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	56.460,32	3.866,42	1460,27%	180.021,56	42.408,06	424,50%	180.021,56	61.303,23	293,66%
IMÓVEIS	-20.229,09	-12.917,62	É DESPESA	-145.418,21	-73.119,93	É DESPESA	-145.418,21	-150.739,77	É DESPESA
IMÓVEIS PARA ALUGUELE RENDA	-20.229,09	-12.917,62	É DESPESA	-145.418,21	-73.119,93	É DESPESA	-145.418,21	-150.739,77	É DESPESA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	33.563,57	173.187,49	19,38%	411.112,05	930.002,87	44,21%	411.112,05	2.044.138,42	20,11%
EMPRÉSTIMOS	33.563,57	173.187,49	19,38%	411.112,05	930.002,87	44,21%	411.112,05	2.044.138,42	20,11%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-222.226,12	-252.131,62	88,14%	-1.411.217,71	-1.428.605,34	98,78%	-1.411.217,71	-2.869.138,95	49,19%
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	10.122,51	0,00	NA	44.197,71	0,00	NA	44.197,71	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	6.539.707,99	5.108.736,13	128,01%	40.582.627,17	30.328.751,51	133,81%	40.582.627,17	73.605.616,01	55,14%

(I) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

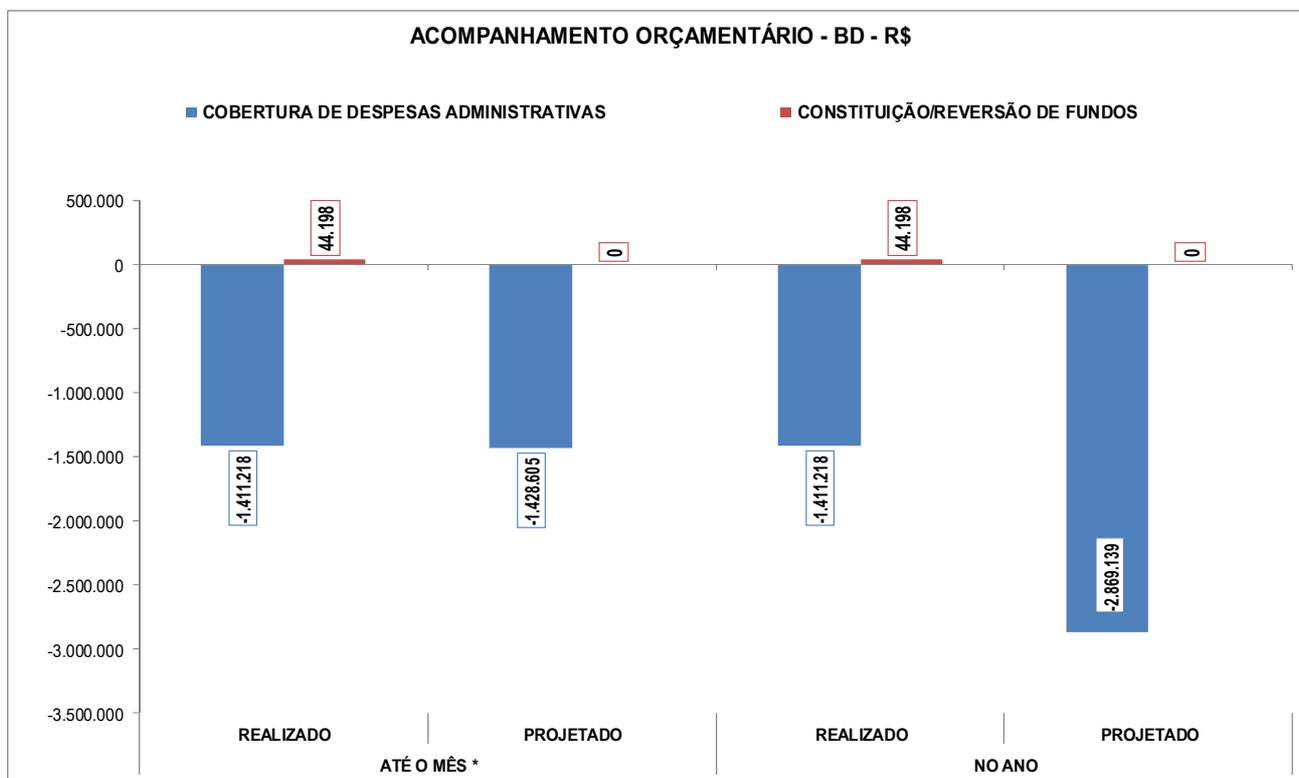
(II) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

Gráfico nº 41 – Receitas dos Investimentos – Realizado x Projetado – 2º Trimestre 2016



(*) Último mês do Trimestre

Gráfico nº 42 – Custeio Administrativo do Investimento e Formação de Fundo – Realizado x Projetado



(*) Último mês do Trimestre

Comentários:

O Fluxo dos Investimentos realizados no encerramento do 2º Trimestre de 2016 totalizou R\$ 40.582.627,17 contra o valor orçado de R\$ 30.328.751,51, representando 133,81% do previsto. Esse reflexo advém do rendimento dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável: **(i) No Segmento de Renda Fixa** esperava-se uma receita de R\$ 31,1 contra R\$ 27,3 motiva pelas operações de arbitragem realizadas na carteira de Títulos Públicos Federais-NTN/B e o fechamento das taxas de curto prazo, levaram o portfólio a valorizar-se acima do previsto, perfazendo diferença positiva de R\$ 3,8 milhões, e **(ii) No Segmento de Renda Variável** no qual se esperava R\$ 3,4 milhões de receitas, dado a recuperação do mercado de ações ocorrido no 1º e 2º trimestre de 2016, foi realizado R\$ 10,4 milhões, o que reporta diferença de R\$ 7,0 milhões. Observou também que, com exceção do **Segmento de Imóveis**, nos demais segmentos, as realizações superam as previsões.

Com relação aos custeios verifica-se pequena divergência, resultado da forma de rateio dos gastos da entidade com a gestão dos investimentos, porém, não se trata de fato relevante e impactante para o resultado final. Já com relação a formação de fundo, é preciso que se diga antes, que o fundo é destinado a cobertura quando dos falecimentos de participantes mutuários, dos valores por ele devido à carteira de empréstimo. Assim, o desembolso não interfere diretamente no resultado dos investimentos, pois, há recursos armazenados nesse fundo.

3.1.2.9 Compliance

A São Francisco, com objetivo de inserir fidedignamente o processo das “Melhores Práticas de Investimentos”, apresenta a seguir, a introdução do modelo de “**Compliance**” desenvolvido pela Diretoria de Finanças, visando permitir aos Participantes, Órgãos Colegiados (Conselhos Deliberativo e Fiscal) e Colaboradores, entender a conformidade da gestão dos Planos com as Leis e Regulamentos externos e internos, os quais os gestores estão diretamente responsáveis pela sua adequação e implantação nos controles internos das EFPC.

O termo “**compliance**” tem origem no verbo em inglês “to comply”, que significa numa tradução livre “agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido”. Sinteticamente estar em “compliance” é estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos.

Com o advento da introdução da Supervisão Baseada em Risco - SBR levada a cabo pela PREVIC, a exigência de conformidade tornou-se mais que um desejo das Fundações, haja vista que o cumprimento da regulamentação, seja interno e ou externa, é uma exigência do órgão fiscalizador.

Portanto, no âmbito das EFPC's existem várias normas a serem conformadas, porém, a de maior obrigatoriedade para os ativos de investimentos, consiste na Resolução N° 3.792 - CMN, que **“Dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar”**.

Nesse sentido, a Diretoria de Finanças estabeleceu definições para uma primeira fase na implantação do “**Compliance**” em relação à citada Resolução, a ser observada para cada plano. O foco da implantação é obter controle sobre a conformidade relativa às exigências quanto à alocação dos recursos, considerando consolidados os ativos da carteira própria e aqueles existentes na carteira dos diversos fundos de investimentos.

A fundamentação para esse início pode ser observada pelo conteúdo dos artigos da Resolução Nº 3.792-CMN, abaixo citados:

Art. 35. Os investimentos classificados no segmento de **Renda Fixa** devem observar, em relação aos recursos de cada plano, os seguintes limites:

I – até cem por cento em cada um dos seguintes ativos:

- a) *Títulos da dívida pública mobiliária federal; ou*
- b) *Cotas de fundos de investimentos admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, na forma regulamentada pela CVM, cujas carteiras visem refletir as variações e rentabilidade de índice de referência de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública federal interna;*

*II – até oitenta por cento no conjunto dos ativos classificados no segmento de renda fixa, **excluídos os ativos constantes do Inciso I deste artigo**, observados adicionalmente os limites estabelecidos no inciso III; e*

III – até vinte por cento em cada uma das seguintes modalidades:

- a) *(CCB). (CCCB) e notas promissórias;*
- b) *(NCE). (CCE);*
- c) *(FIDC) e (FICFIDC);*
- d) *(CRI);*
- e) *(CCI);*
- f) *(CPR). (CDCA). (CRA) e warrant agropecuário (WA); ou*
- g) *Coniunto dos demais títulos e valores mobiliários de emissão de companhias abertas, excetuando-se as debêntures, ou de companhias securitizadora.*

Art. 36. Os investimentos classificados no segmento de **Renda Variável** devem observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até setenta por cento, observados adicionalmente os seguintes limites:

*I – até setenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no **segmento Novo Mercado da BM & FBovespa**;*

*II – até sessenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento **Nível 2 da BM & FBovespa**;*

*III – até cinquenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento **Bovespa Mais da BM & FBovespa**;*

*IV – até quarenta e cinco por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento **Nível 1 da BM & FBovespa**;*



V – até trinta e cinco por cento em ações de emissão de companhias abertas não mencionadas nos itens I a IV, bem como em cotas de fundos de índice referenciados em ações admitidas à negociação em bolsa de valores;

VI – até vinte por cento em títulos e valores mobiliários de emissão de SPE; e

VII – até três por cento nos demais investimentos classificados no segmento de renda variável.

Parágrafo único - *Devem ser computados, no limite estabelecido no inciso VI, os valores prestados em garantia pela EFPC em obrigações contraídas por SPE na qual tenha participação. (Incluído pela Resolução BACEN nº 3.846, de 25 de março de 2010).*

Art. 47. *Os investimentos realizados por meio de fundos de investimentos e de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos devem ser consolidados com as posições das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites estabelecidos nesta Resolução.*

Chama-se a atenção os itens I e II do Art. 35, onde no primeiro existe a possibilidade de deter até 100% de um único ativo, que neste caso são os títulos públicos federais, em relação aos demais ativos de Renda Fixa, o legislado fixou o limite de 80% dentro do conjunto do segmento, deduzindo os títulos da dívida pública federal.

Não obstante, o item III trouxe limites mais restritivos em relação ao conjunto dos ativos, 20% para alista expressa acima.

A atenção imperativa para a interpretação acima, torna-se superveniente quando contemplada com a obrigatoriedade trazida no Art. 47. O artigo determina que as posições de ativos detidas nos fundos de investimentos devem se somar as posições das carteiras próprias e ou administradas, para efeito de apuração dos limites estabelecidos na Resolução, e que podem ser mais restritivos nas Políticas de Investimentos de cada plano gerido pela entidade.

É importante salientar que o acompanhamento desenvolvido, até o presente momento, quanto ao enquadramento dos investimentos dos planos, sempre foi à bússola empregada pela Fundação São Francisco, entretanto, ao se programar o compliance no seu contexto mais justo, não há como não apurar o enquadramento sem a abertura dos Fundos de Investimentos.

Portanto, terminada a implantação da primeira fase do compliance já é possível conhecer na exata medida, como se comportam o enquadramento, tal como exigido pela legislação vigente, a saber:

Tabela nº 23 – Posição Consolidada Por Segmento – Plano I/BD

SEGMENTOS E VEÍCULOS	POSIÇÃO CONSOLIDADA	LIMITES DOS SEGMENTOS SOBRE INVESTIMENTOS TOTAL E LIMITES DOS VEÍCULOS POR SEGMENTO		RESTANTE
		ENQUADRAMENTO APURADO	LIMITES AJUSTADOS*	
RENDA FIXA	405.889.074,64	72,07%	100,00%	27,93%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	332.855.239,40	59,10%	100%	40,90%
OUTROS - RENDA FIXA	73.033.266,26	12,97%	80,00%	67,03%
DPGE	8.810.970,20	1,56%	80%	78,44%
LF	25.168.180,29	4,47%	80%	75,53%
DEBENTURES	17.147.148,58	3,04%	80%	76,96%
FIDC + FIC-FIDC	7.641.360,36	1,36%	20%	18,64%
CRI	13.377.348,27	2,38%	20%	17,62%
CPR + CDCA + CRA + WA	888.260,56	0,16%	20%	19,84%
RENDA VARIÁVEL	80.194.577,03	14,24%	70%	55,76%
NOVO MERCADO	42.021.609,61	7,48%	70%	62,54%
NÍVEL II	235.839,70	0,04%	60%	59,96%
BOVESPA MAIS	-	0,00%	50%	50,00%
NÍVEL I	23.077.733,68	4,10%	45%	40,90%
SEM SEGMENTO + ETF'S	14.231.682,80	2,53%	35%	32,47%
SEM SEGMENTO	12.712.686,89	2,26%	36%	32,74%
ETF'S	1.519.005,91	0,27%	20%	19,73%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	62.301.168,67	11,06%	20%	8,94%
PARTICIPAÇÕES	59.290.747,27	10,53%	20%	9,47%
FII	3.010.421,40	0,53%	10%	9,47%
IMÓVEIS	7.051.790,67	1,25%	8%	6,75%
ALUGUEL E RENDA	7.051.790,67	1,25%	8%	6,75%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.734.158,81	1,37%	15%	13,63%
EMPÉSTIMOS	7.734.158,81	1,37%	15%	13,63%

* LIMITES AJUSTADOS: correspondem aos limites estabelecidos na legislação ajustado a situação da carteira, ou seja, descontada a posição dos investimentos em títulos públicos.

RENDA FIXA:

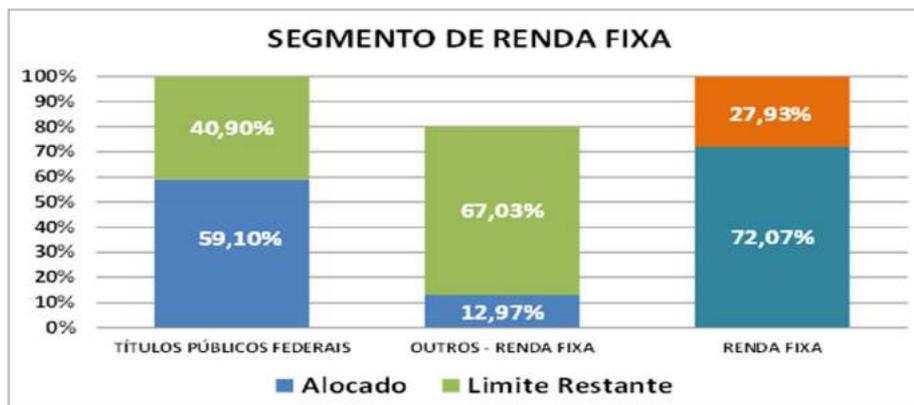
Após a consolidação dos Fundos de Investimentos com a carteira interna, fica revelada a alocação limite e a falta ainda existente ou o imperativo de ajuste.

O Segmento de Renda Fixa detém 72,07% dos recursos alocados, sendo que 59,10% encontram-se expostos em títulos públicos federais (NTN-B).

O limite para os demais ativos, itens II e III especificados no quadro acima como “Outros - Renda Fixa” está aderente aos limites contidos na legislação, que, no entendimento desta Fundação, reflete baixa exposição a estes veículos de investimentos. Entre estes ativos destacam-se como maior exposição às Letras Financeiras - LF's e as Debêntures, com 4,47% e 3,04%, respectivamente, ambas classificadas como baixo risco de crédito.

O gráfico abaixo reflete com maior sensibilidade as posições alocadas dentro do Plano:

Gráfico nº 43 – Segmento de Renda Fixa – Enquadramento Apurado

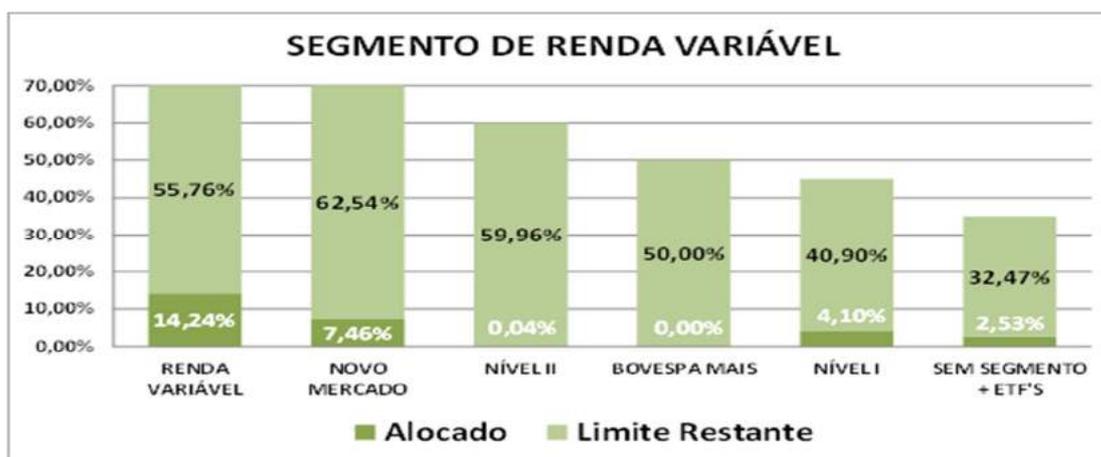


RENDA VARIÁVEL:

Verificando as conformidades do **Segmento de Renda Variável**, os destaques são os limites por nível de governança. As regras de governança vão além das obrigações que as companhias têm perante a Lei das Sociedades por Ações, visam trazer maior transparência às gestões da Cias; melhoria nas suas relações com os investidores; permite identificar com maior acurácia a longevidade do negócio, além de apresentar maior respeito ao meio ambiente. Dessa forma as suas ações são mais bem avaliadas do que as demais, e refletem o menor risco a que o investidor está exposto.

Considerando a posição consolidada relativamente às carteiras dos Fundos de Investimentos, FIA's, o gráfico abaixo revela com melhor sensibilidade os dados consignados na Tabela:

Gráfico nº 44 – Segmento de Renda Variável – Enquadramento Apurado



Os Fundos de Investimentos, **SAGA e MAPFRE**, que compõem diretamente o Segmento de Renda Variável (*Fundos Exclusivos com cláusula de discricionariedade*), observa-se que mantêm alocações segundo os níveis de governança de acordo com os limites estabelecidos na legislação vigente, com larga margem para atingir o limite. Portanto, não há riscos de desconformidades por desenquadramento passivo, nas condições em que se encontram concentrados os investimentos.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS:

Este Segmento pode receber alocações de investimentos em até 20% dos recursos dos planos, sendo observado, ainda, até 10% em Fundos Imobiliários e 10% em Fundos Multimercados.

O gráfico abaixo reflete a alocação atual e a folga existente para se atingir o limite permitido pela Política de Investimento 2016/2020:

Gráfico nº 45 – Segmento de Investimentos Estruturados – Enquadramento Apurado

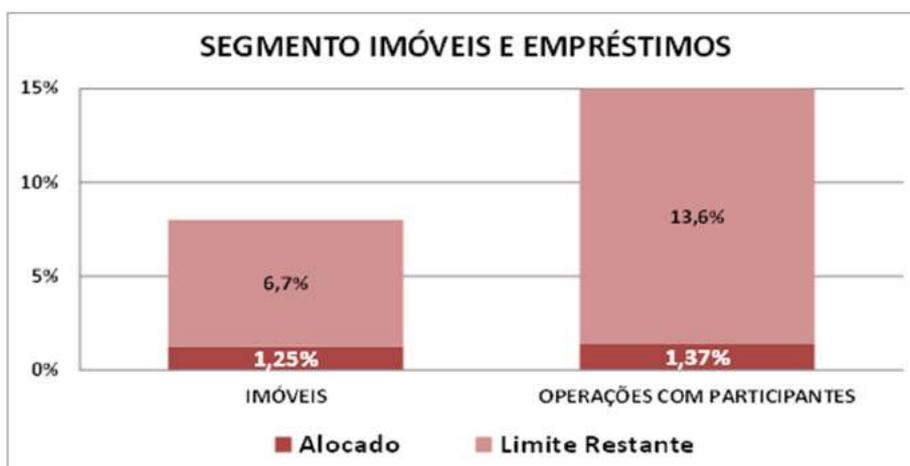


IMÓVEIS E OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES:

Em relação aos recursos do plano no Segmento de Imóveis, o limite estabelecido pela legislação vigente é de 8%, enquanto às Operações com Participantes/Empréstimos, o mesmo é de 15% dos recursos investidos no plano.

O gráfico abaixo apresenta a alocação atual e a folga existente para atingir os respectivos limites:

Gráfico nº 46 - Segmento de Imóveis e Empréstimos - Enquadramento Apurado



3.1.3 Contabilidade
Quadro nº 1 – Balanço Patrimonial

ATIVO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	PASSIVO	Período Junho/2016	Período Junho/2015
DISPONÍVEL	54.357,36	17.301,17	EXIGÍVEL OPERACIONAL	25.261.444,10	15.486.763,83
REALIZÁVEL	579.950.518,96	534.730.195,48	Gestão Previdencial	24.980.579,46	15.227.064,73
Gestão Previdencial	4.819.465,17	4.354.583,04	Investimentos	280.864,64	259.699,10
Gestão Administrativa	13.175.849,72	13.079.290,05			
Investimentos	561.955.204,07	517.296.322,39	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	733.417,88	909.948,54
Títulos Públicos	324.050.928,04	235.596.295,60	Gestão Previdencial	-	176.530,66
Créditos Privados e Depósitos	65.378.098,05	110.361.824,42	Investimento	733.417,88	733.417,88
Fundos de Investimento	159.362.640,99	155.691.855,87			
Investimentos Imobiliários	7.397.870,82	7.400.611,94	PATRIMÔNIO SOCIAL	554.010.014,34	518.350.784,28
Empréstimos e Financiamentos	5.285.440,72	7.765.509,11	Patrimônio de Cobertura do Plano	538.907.003,20	503.287.490,73
Depos. Jud. Recursais	480.225,45	480.225,45	Provisões Matemáticas	536.424.488,49	523.639.096,67
			Benefícios Concedidos	333.910.191,10	378.947.742,83
			Benefícios a Conceder	202.514.297,39	312.017.307,64
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(167.325.953,80)
			Equilíbrio Técnico	2.482.514,71	(20.351.605,94)
			Resultados Realizados	2.482.514,71	(20.351.605,94)
			(+) Superávit Técnico Acumulado	2.482.514,71	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(20.351.605,94)
			Fundos	15.103.011,14	15.063.293,55
			Fundos Administrativos	13.175.849,72	13.079.290,05
			Fundos dos Investimentos	1.927.161,42	1.984.003,50
TOTAL DO ATIVO	580.004.876,32	534.747.496,65	TOTAL DO PASSIVO	580.004.876,32	534.747.496,65

A Demonstração Contábil do Balanço Patrimonial apresenta o Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Social e tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial da Entidade em determinada data. Representa, portanto, a posição estática.

No Balanço acima dentro do ativo, podemos destacar o aumento dos investimentos em Títulos Públicos, o crescimento de 37,55% vem da troca de papéis em créditos privados para esses títulos do Governo.

Outro investimento que merece ser ressaltado é o de Empréstimos e Financiamentos, seu decréscimo de 31,94% decorre do fato de que foi identificado, que o saldo do Relatório de “Valor Atualizado” do Sistema de Empréstimos estava duplicado com o de “Prestações em Atraso” na conta de inadimplentes, corrigido o fato, os saldos foram devidamente ajustados em agosto de 2015.

No passivo dentro do grupo de contas do Exigível Operacional, a Gestão Previdencial teve um acréscimo de 64,05%, esse fato é devido em grande parte, a correção do saldo de valores a restituir dos participantes que deixaram o plano e ainda não sacaram sua reserva.

Já com relação ao Exigível Contingencial o valor de R\$ 176 mil, foi devolvido pela Justiça ao plano, essa quantia estava como depósito recursal no processo AR 2014.00629305.

Uma conta que merece destaque dentro do passivo são as Provisões Matemáticas, ressalto que foram feitas duas reavaliações pelo atuário, uma em dezembro de 2015 e a outra em junho deste ano. Juntando-se ao fato de que o fluxo dos investimentos ajudou nesta reversão, que passou de R\$ 20 milhões de déficit, para um superávit de R\$ 2 milhões, tendo uma variação de 112%.

Quadro nº 2 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO		Período Junho/2016	Período Junho/2015	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	504.816.102,62	473.598.928,52	6,59
	1. Adi�es	56.833.523,08	50.534.887,93	12,46
(+)	Contribui�es	16.197.710,23	13.727.248,74	18,00
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	40.582.627,17	36.807.639,19	10,26
(+)	Reversão Líquida de Contingência - Gestão Previdencial	53.185,68	-	100,00
	2. Destina�es	(22.742.622,50)	(20.846.325,72)	9,10
(-)	Benefícios	(21.950.707,10)	(20.105.073,87)	9,18
(-)	Custeio Administrativo	(791.915,40)	(741.251,85)	6,83
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	34.090.900,58	29.688.562,21	14,83
(+/-)	Provisões Matemáticas	25.549.919,47	29.467.177,13	(13,29)
(+/-)	Superávit / Déficit Técnico do Exercício	8.540.981,11	221.385,08	3.757,98
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	538.907.003,20	503.287.490,73	7,08
	C) Fundos não previdenciais	15.103.011,14	15.063.293,55	0,26
(+/-)	Fundos Administrativos	13.175.849,72	13.079.290,05	0,74
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.927.161,42	1.984.003,50	(2,87)

A Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido apresenta o fluxo financeiro das Adi es e Destina es e Acréscimos/Decréscimo no Ativo Líquido.   um importante demonstrativo, uma vez que permite entender os efeitos das movimentac es de recursos, identificando de onde vieram e a que foram destinados.

Observando o quadro acima ressalta-se na parte das Adi es a Reversão Líquida de Contingências teve um aumento de 100% devido ao desbloqueio de judicial de um valor de R\$ 33 mil e R\$ 20 mil referente a juros referente ao processo AR 2014.00629305, devolvido em 2016.

Outra conta que sofreu uma varia o considerável foi no Superávit/Déficit que aumentou 3.757%, este fato reflete o bom desempenho dos investimentos.

Quadro n  3 – Demonstrac o do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	Variacão (%)
1. Ativos	580.004.876,32	534.747.496,65	8,46
Disponível	54.357,36	17.301,17	214,18
Recebível	17.995.314,89	17.433.873,09	3,22
Investimento	561.955.204,07	517.296.322,39	8,63
Títulos Públicos	324.050.928,04	235.596.295,60	37,55
Créditos Privados e Depósitos	65.378.098,05	110.361.824,42	(40,76)
Fundos de Investimento	159.362.640,99	155.691.855,87	2,36
Investimentos Imobiliários	7.397.870,82	7.400.611,94	(0,04)
Empréstimos e Financiamentos	5.285.440,72	7.765.509,11	(31,94)
Depos.Jud. Recursais	480.225,45	480.225,45	-
2. Obriga�es	25.994.861,98	16.396.712,37	58,54
Operacional	25.261.444,10	15.486.763,83	63,12
Contingencial	733.417,88	909.948,54	(19,40)
3. Fundos não Previdenciais	15.103.011,14	15.063.293,55	0,26
Fundos Administrativos	13.175.849,72	13.079.290,05	0,74
Fundos dos Investimentos	1.927.161,42	1.984.003,50	(2,87)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	538.907.003,20	503.287.490,73	7,08
Provisões Matemáticas	536.424.488,49	523.639.096,67	2,44
Superávit/Déficit Técnico	2.482.514,71	(20.351.605,94)	(112,20)



Instrumento destinado a apresentar consolidadamente os grandes grupos de contas em que se acumularam ou de onde se retiraram os recursos ao longo do exercício.

Ativos

Recebível:

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 974 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.184 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 1.210 mil.
- d) Adiantamentos – R\$ 1.446 mil;

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de junho/2016 para serem liquidadas no mês de julho/2016, as quais respeitam o regime de competência.

Gestão Administrativa:

O valor apropriado corresponde integralmente à participação do Plano no Fundo Administrativo. O Fundo tem um saldo positivo de R\$ 13.175 mil em junho.

Obrigações

Gestão Previdencial:

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 172 mil;
- b) Contribuição para Custeio do PGA – R\$ 113 mil;
- c) Credores Diversos de Benefícios – R\$ 23.238 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de junho/2016, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de julho/2016.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de julho/2016.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 23.238 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate.

Gestão dos Investimentos:

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 30 mil;
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 224 mil;

O valor de R\$ 224 mil corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês junho/2016 e liquidado em julho/2016.

Exigível Contingencial

O valor de R\$ 733 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

Quadro nº 4 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

DESCRIÇÃO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	Varição (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	566.829.026,60	521.668.206,60	8,66
1. Provisões Matemáticas	536.424.488,49	523.639.096,67	2,44
1.1. Benefícios Concedidos	333.910.191,10	378.947.742,83	(11,88)
Benefício Definido	333.910.191,10	378.947.742,83	(11,88)
1.2. Benefício a Conceder	202.514.297,39	312.017.307,64	(35,10)
Benefício Definido	202.514.297,39	312.017.307,64	(35,10)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	(167.325.953,80)	(100,00)
(-) Déficit equacionado	-	(167.325.953,80)	(100,00)
(-) Patrocinador(es)	-	(70.018.517,86)	(100,00)
(-) Participantes	-	(30.956.601,06)	(100,00)
(-) Assistidos	-	(66.350.834,88)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	2.482.514,71	(20.351.605,94)	(112,20)
2.1. Resultados Realizados	2.482.514,71	(20.351.605,94)	(112,20)
Superávit Técnico Acumulado	2.482.514,71	-	100,00
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(20.351.605,94)	(100,00)
3. Fundos	1.927.161,42	1.984.003,50	(2,87)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.927.161,42	1.984.003,50	(2,87)
4. Exigível Operacional	25.261.444,10	15.486.763,83	63,12
4.1. Gestão Previdencial	24.980.579,46	15.227.064,73	64,05
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	280.864,64	259.699,10	8,15
5. Exigível Contingencial	733.417,88	909.948,54	(19,40)
5.1. Gestão Previdencial	-	176.530,66	(100,00)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	733.417,88	733.417,88	-

Instrumento destinado a apresentar as Provisões Matemáticas, a Reserva de Contingência, as Operações com Fundos e os Exigíveis Operacional e Contingencial.

No demonstrativo acima, verifica-se que na conta de Provisões Matemáticas a Constituir encontra-se zeradas, o motivo foi o equacionamento do déficit.

Outro fato que merece ser destacado está no Exigível Operacional, onde a Gestão Previdencial teve um acréscimo de 64,05%. Esse fato se deve à correção do saldo de valores a restituir dos participantes que deixaram o plano e ainda não sacaram sua reserva.

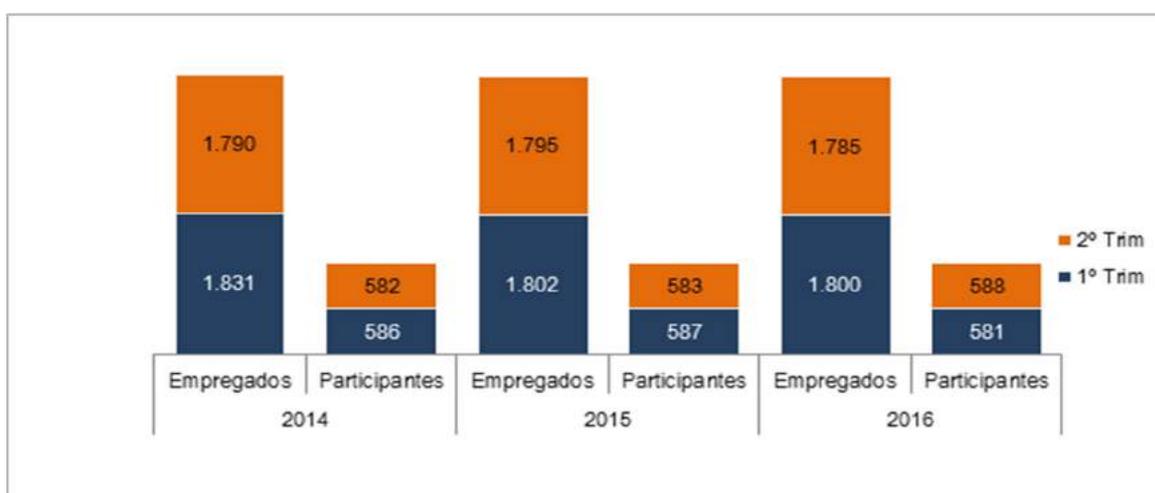
No equilíbrio técnico a conta que sofreu uma variação considerável foi no Superávit/Déficit que aumentou 3.757%, este fato reflete o bom desempenho dos investimentos.

3.2 CODEPREV

3.2.1 Previdência

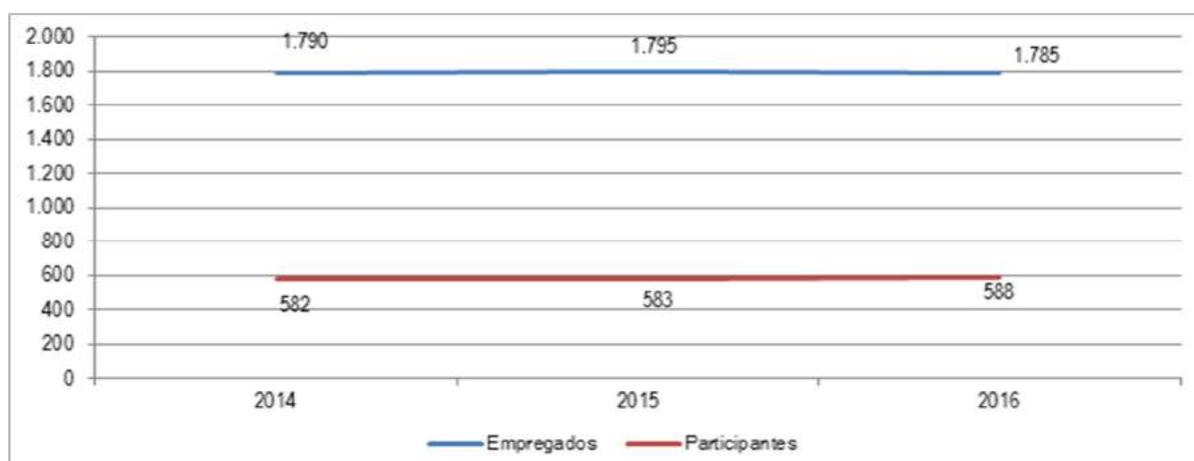
3.2.1.1 Quadro Social

Gráfico nº 47 – Acompanhamento Trimestral – Empregados x Participantes



No último trimestre, houve 9 pedidos de inscrição no plano e 2 cancelamentos a pedido.

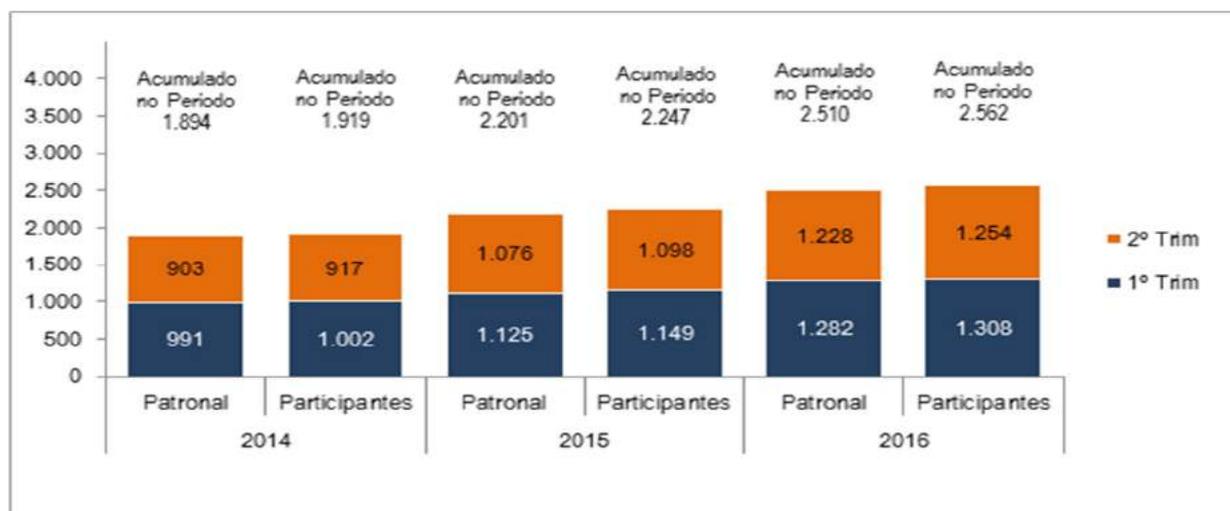
Gráfico nº 48 – Acompanhamento Anual – Empregados x Participantes



3.2.1.2 Receitas Previdenciárias

a) Relação Contributiva Patronal x Participantes

Gráfico nº 49 – Acompanhamento Trimestral – Comparativo da Contribuição – R\$ Mil



O total de contribuições maior dos participantes em relação ao das patronais, deve-se a que 17 participantes do Codeprev contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora que é de 8%.

3.2.1.3 Despesas Previdenciárias

No 2º trimestre de 2016 não houve gastos com institutos previdenciários ou benefícios.

3.2.2 Investimento

3.2.2.1 Enquadramento – Política de Investimento

Gráfico nº 50

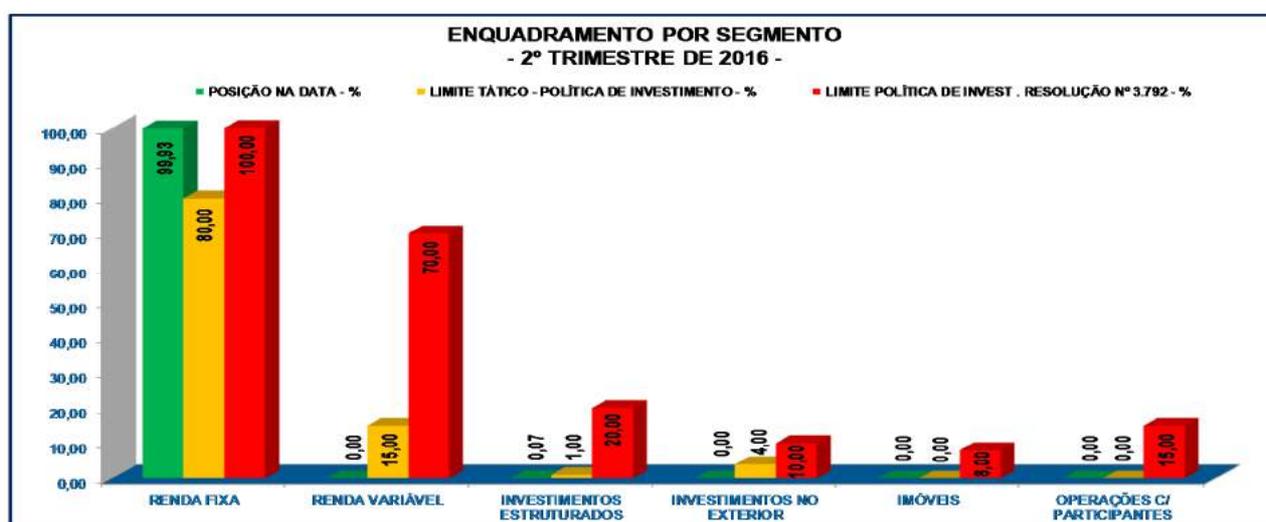


Tabela nº 24 - Enquadramento Legal

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2015 X JUNHO DE 2016 - PLANO DE BENEFÍCIO II/CD - CODEPREV							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31/12/2015		30/06/2016		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENDA FIXA	21.477.156,41	99,45	28.937.277,43	99,93	80,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	70,00	20,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	118.907,40	0,55	20.391,53	0,07	1,00	20,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	10,00	10,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	21.596.063,81	100,00	28.957.668,96	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	510,54	↑ 34,09%	19.462,86				
(-) Exigível de Investimentos	-2.852,56		-34.578,01				
TOTAL DOS ATIVOS DE INVESTIMENTOS	21.593.721,79		28.942.553,81				

As inversões dos recursos conforme tabela acima corresponde às decisões estratégicas e táticas de investimentos. O objetivo da gestão é alcançar rentabilidade compatível com a “**Taxa Indicativa do Plano**” (INPC+3,50%), premissa veiculada no simulador de adesão, considerada como objetivo primário da gestão cotejada na tabela. No entanto, a SÃO FRANCISCO visa obter rentabilidade maior, tendo como referência, aquela indicada na Política de Investimento, que é INPC + 5,50% a.a. A estrutura atual dos investimentos está concentrada especificamente nos Segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados. Assim, no encerramento do **2º Trimestre de 2016**, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2016/2020, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 2º Trimestre 2016 o valor total de R\$ 28.957.668,96 contra R\$ 21.596.063,81 em dezembro de 2015, registrando um crescimento nominal no ano de 34,09%. Ainda muito impactado pela entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado.

Tabela nº 25 – Alocação de Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO			abr/16	mai/16	jun/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	28.937.277,43	100,00%	99,93%	100%	100%	100%	7,8		0,87%	1,29%	1,19%	3,39%	11,24%	18,86%	4,58%	3,30%	4,33%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	28.937.277,43	100,00%	99,93%	100,00%	100,00%	100,00%	7,8		0,87%	1,29%	1,19%	3,39%	11,24%	18,86%	4,58%	3,30%	4,33%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	28.937.277,43	100,00%	99,93%	-	-	-	7,8	Soberano	0,87%	1,29%	1,19%	3,39%	11,24%	18,86%	4,58%	3,30%	4,33%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20.391,53	100,00%	0,07%	0%	20%	20%	-		1,06%	1,05%	1,05%	3,19%	6,68%	13,94%	0,02%	-1,26%	-0,24%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	20.391,53	100,00%	0,07%	0,00%	10,00%	10,00%	-		1,06%	1,05%	1,05%	3,19%	6,68%	13,94%	0,02%	-1,26%	-0,24%
	SAGA SNAKE FIM	20.391,53	100,00%	0,07%				-		1,06%	1,05%	1,05%	3,19%	6,68%	13,94%	0,02%	-1,26%	-0,24%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		28.957.668,96		100,00%				7,8		0,88%	1,28%	1,19%	3,39%	11,23%	18,83%	4,57%	3,29%	4,32%

Quanto à alocação de recursos no encerramento do 2º trimestre de 2016, observa-se que o Plano completa dois anos e sete meses de atividades e gestão. Na condução da gestão financeira do plano, dado tratar-se de um plano relativamente jovem, devido ao pequeno valor acumulado e as condições mercadológicas, não houve, ainda, programação voltada à assunção de Riscos de Crédito e a volatilidade dos ativos bursáteis. No entanto, a Diretoria de Finanças em conjunto com o Comitê Estratégico de Investimentos - CEI, observa-se de perto o comportamento do mercado e a reversão nas condições macros do país, havendo alterações julgadas perceptíveis, no sentido da retomada do crescimento econômico e a confiança dos investidores na condução do país, o plano já acumula reservas totais que permitem a redistribuição da macro alocação, com a correspondente incorporação de mais riscos e alterações no processo tático de alocação dos recursos.

3.2.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do Plano de Benefícios II/CD, no 2º trimestre de 2016 foi de 3,39%, contra 7,59% registrada no 1º trimestre de 2016, acumulando no ano um desempenho positivo de 11,23%. Descontada a **Taxa Indicativa** registrada nos seis primeiros meses do ano - (INPC+3,50% a.a.), que atingiu **6,91%**, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa Indicativa em 4,32%.

Destaca-se por oportuno a baixa concentração de investimento no fundo multimercado, totalizando 0,07% dos ativos de investimentos, cuja finalidade é tão somente dar liquidez para eventuais saídas de participantes, tendo em vista que não é esperado para curto prazo o desembolso com pagamento de benefícios. Dessa forma, é desprezível o desempenho obtido por esse veículo.

Comparativamente, a rentabilidade da cota do fundo multimercado com o CDI, é observada desempenho médio de 102%, entretanto, a movimentação dos valores relativos aos recursos desse plano, não permite transferir tal desempenho para a carteira.

Gráfico nº 51

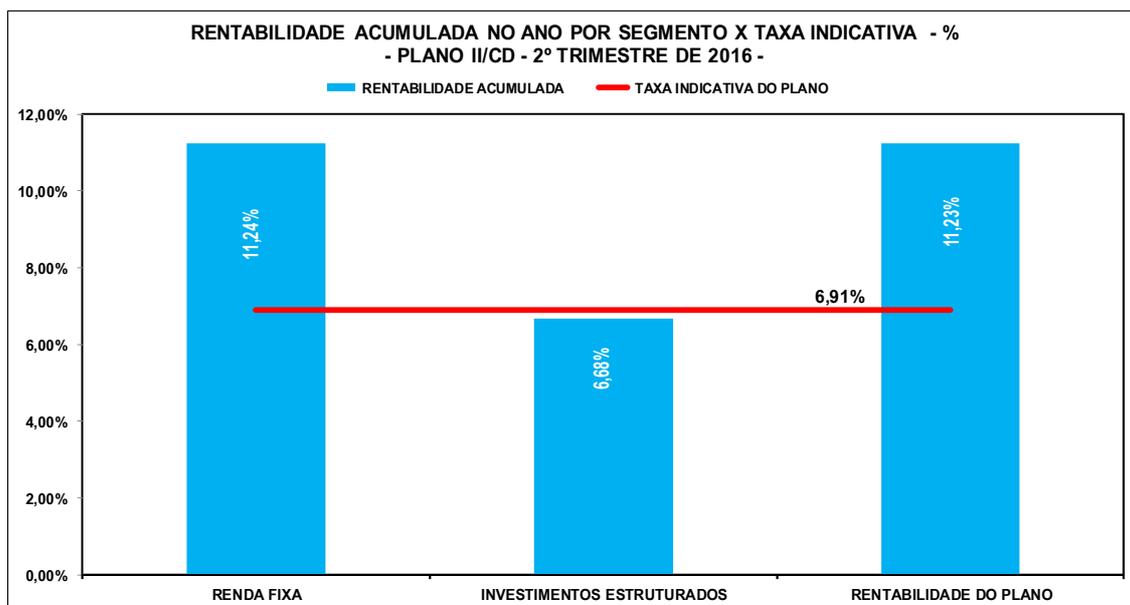


Tabela nº 26 – Rentabilidade

RENTABILIDADE DO PLANO II/CD - CODEPREV - ACUMULADA - %				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 2º TRIMESTRE 2016			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,19%	3,39%	11,24%	18,86%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,05%	3,19%	6,68%	13,94%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,19%	3,39%	11,23%	18,83%
TAXA INDICATIVA DO PLANO (*)	0,76%	2,99%	6,91%	13,33%
DIVERGÊNCIA S/TAXA INDICATIVA	0,43%	0,40%	4,32%	5,50%
(*) - TAXA INDICATIVA DO PLANO : INPC + 3,50% a.a.				

3.2.2.3 Operações Coursadas

A tabela abaixo explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas envolvendo a compra e venda de NTN's. As operações de arbitragem de vencimentos vêm agregando ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2016/2020. As operações realizadas no decorrer do 1º e 2º trimestre de 2016, consistiram mais fortemente em concentrar os investimentos em papéis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prémios em relação às primeiras.

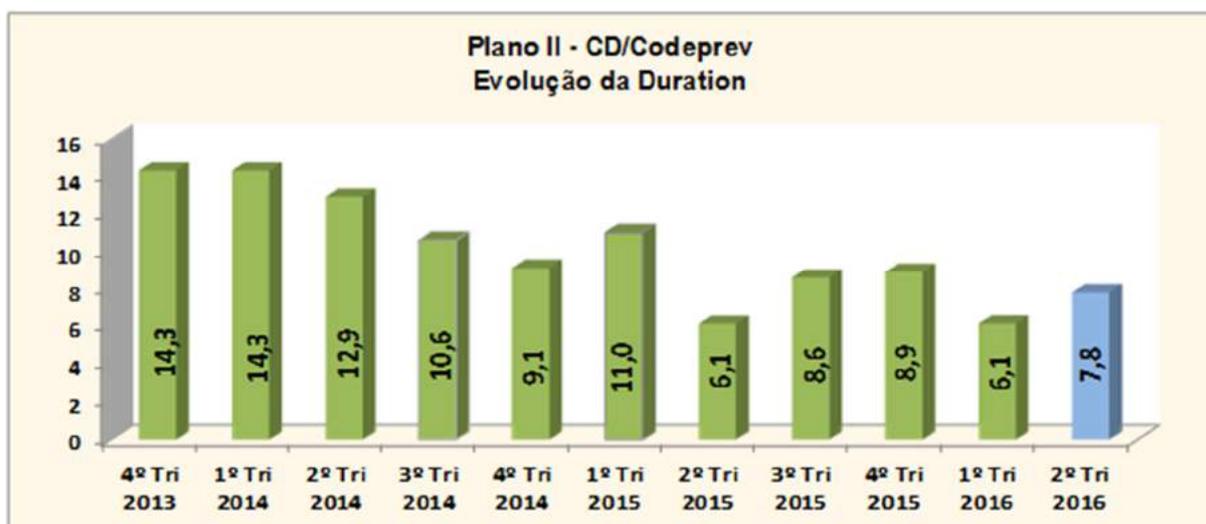
Cumprindo a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresentamos abaixo o quadro das Operações Coursadas com Títulos Públicos Federais - NTN/B no decorrer do 1º e 2º Trimestre de 2016, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”:

Tabela nº 27 – Operações Coursadas

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2016						
PLANO II - CD / CODEPREV						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
02/02/2016	NTN-B 2019	5,8165	6,3000	6,5344	6,2700	1.892.423,59
22/03/2016	NTN-B 2023	5,9812	6,1712	6,7777	6,3100	955.936,92
	NTN-B 2035	5,9896	6,2311	6,7341	6,3600	7.077.912,95
13/04/2016	NTN-B 2019	5,9655	6,2400	6,6975	6,3400	435.253,04
TOTAL						10.361.526,50
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
07/01/2016	NTN-B 2035	6,9205	7,3238	7,5956	7,1600	843.430,70
02/02/2016	NTN-B 2035	7,0140	7,4641	7,6849	7,2600	2.797.494,01
04/03/2016	NTN-B 2016	6,9402	7,3267	7,7831	7,1000	948.693,60
22/03/2016	NTN-B 2016	6,9885	7,3520	7,9643	7,3000	8.032.447,44
20/04/2016	NTN-B 2021	5,8171	6,2600	6,5481	6,1600	743.454,45
18/05/2016	NTN-B 2017	5,7215	6,0960	6,3746	6,0300	1.073.043,37
15/06/2016	NTN-B 2050	5,7202	6,1234	6,4030	6,0300	798.972,12
TOTAL						15.237.535,69

3.2.2.4 Duration

Gráfico nº 52 – Evolução da Duration – 2º Trimestre de 2016





FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

A evolução da “Duration” do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 2º trimestre de 2016 alcançou 7,8 anos contra 6,1 anos no mesmo período de 2015. A redução observada deveu-se a realização de operações de arbitragem entre os vencimentos curtos e longos, além de compra líquida dos vencimentos curtos.

A estratégia para o momento de crise atual permitiu reduzir a volatilidade dos preços dos ativos a mercado e, conseqüentemente também do valor da Cota do Plano. Assim que o ambiente permitir, fazendo com que a curva de juros da economia se comporte dentro do padrão, operações de arbitragens serão possíveis no sentido inverso, alongando o *duration* novamente. Mesmo promovendo o encurtamento do prazo médio nesse momento, é somente devido ao aspecto conjuntural, mas, reafirma-se a intenção de mantê-lo acima dos 5 (cinco) anos.

3.2.2.5 Acompanhamento Orçamentário

Tabela nº 28 – Receitas dos Investimentos

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS DOS INVESTIMENTOS									
JUNHO / 2016									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	335.753,82	326.927,70	102,70%	2.673.138,76	1.852.541,41	144,30%	2.673.138,76	4.254.369,84	62,83%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	335.753,82	326.927,70	102,70%	2.673.138,76	1.852.541,41	144,30%	2.673.138,76	4.254.369,84	62,83%
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	335.753,82	326.927,70	102,70%	2.673.138,76	1.852.541,41	144,30%	2.673.138,76	4.254.369,84	62,83%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3.460,79	759,93	455,41%	13.421,93	4.148,73	323,52%	13.421,93	8.916,03	150,54%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	3.460,79	759,93	455,41%	13.421,93	4.148,73	323,52%	13.421,93	8.916,03	150,54%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-34.578,01	-13.874,79	249,21%	-240.558,18	-82.011,39	293,32%	-240.558,18	-164.488,19	146,25%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	304.636,60	313.812,84	97,08%	2.446.002,51	1.774.678,75	137,83%	2.446.002,51	4.098.797,68	59,68%
(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.									
(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.									

O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 2º trimestre de 2016 possui valor realizado de R\$ 2.446.002,51 contra o valor orçado de R\$ 1.774.678,75 ou 137,83%, maior que o projetado. O desvio foi provocado pelo resultado final, na queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de longo prazo marcado a mercado, associada também, a compra líquida com taxas maiores que as previstas no cenário do planejamento orçamentário, exatamente devido ao fato de as taxas de juros de curto prazo terem sofrido alta e reduzido nos vencimentos mais longos.

3.2.3 Contabilidade
Quadro nº 5 – Balanço Patrimonial

ATIVO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	PASSIVO	Período Junho/2016	Período Junho/2015
DISPONÍVEL	19.462,86	14.089,49	EXIGÍVEL OPERACIONAL	59.278,24	35.426,59
REALIZÁVEL	29.781.002,12	15.852.839,24	Gestão Previdencial	24.700,23	32.362,53
Gestão Previdencial	823.333,16	724.665,03	Investimentos	34.578,01	3.064,06
Investimentos	28.957.668,96	15.128.174,21	PATRIMÔNIO SOCIAL	29.741.186,74	15.831.502,14
Títulos Públicos	28.937.277,43	14.441.760,03	Patrimônio de Cobertura do Plano	26.874.030,39	14.218.529,59
Fundos de Investimento	20.391,53	686.414,18	Provisões Matemáticas	26.874.030,39	14.218.529,59
			Benefícios a Conceder	26.874.030,39	14.218.529,59
			Fundos	2.867.156,35	1.612.972,55
			Fundos Previdenciais	2.867.156,35	1.612.972,55
TOTAL DO ATIVO	29.800.464,98	15.866.928,73	TOTAL DO PASSIVO	29.800.464,98	15.866.928,73

A Demonstração Contábil do Balanço Patrimonial apresenta o Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Social e tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial da Entidade em determinada data. Representa, portanto, a posição estática.

No ativo podemos destacar os investimentos em Títulos Públicos, o valor investido das contribuições teve um crescimento de 100,37%, outro fato que também chama a atenção é a troca de papéis de créditos privados para esses títulos do Governo que aumentou em 37,55%.

Nas obrigações o exigível operacional teve um aumento de 67,33%, fato motivado principalmente pela mudança no percentual de custeio dos investimentos do plano.

Já no patrimônio social o aumento de 87,86% acompanha o percentual de elevação do acumulo de recursos para pagamentos de benefícios.

Quadro nº 6 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	22.374.861,23	10.522.007,41	112,65
1. Adi�es	7.518.564,50	5.515.126,08	36,33
(+) Contribui�es	5.072.561,99	4.447.841,33	14,05
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencia	2.446.002,51	1.067.284,75	129,18
2. Destina�es	(152.238,99)	(205.631,35)	(25,97)
(-) Benefícios	(12,13)	(72.039,65)	(99,98)
(-) Custeio Administrativo	(152.226,86)	(133.591,70)	13,95
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.366.325,51	5.309.494,73	38,74
(+/-) Provisões Matemáticas	6.672.093,16	4.807.922,40	38,77
(+/-) Fundos Previd�nciais	694.232,35	501.572,33	38,41
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	29.741.186,74	15.831.502,14	87,86

A Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido apresenta o fluxo financeiro das Adi es e Destina es e Acréscimos/Decréscimo no Ativo Líquido.   um importante demonstrativo, uma vez que permite entender os efeitos das movimentac es de recursos, identificando de onde vieram e a que foram destinados.



Um fato a ser destacado no demonstrativo acima é o resultado positivo líquido dos investimentos que variou positivamente 129,18%.

Nas destinações o decréscimo de 25,97% advém basicamente da mudança da forma do percentual de rateio das despesas com a gestão dos investimentos.

Nos acréscimos e decréscimos do plano o aumento de 38,74% deve-se a elevação dos recursos para pagamentos de benefícios.

Quadro nº 7 – Demonstração do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	Varição (%)
1. Ativos	29.800.464,98	15.866.928,73	87,81
Disponível	19.462,86	14.089,49	38,14
Recebível	823.333,16	724.665,03	13,62
Investimento	28.957.668,96	15.128.174,21	91,42
Títulos Públicos	28.937.277,43	14.441.760,03	100,37
Fundos de Investimento	20.391,53	686.414,18	(97,03)
2. Obrigações	59.278,24	35.426,59	67,33
Operacional	59.278,24	35.426,59	67,33
5. Ativo Líquido (1-2)	29.741.186,74	15.831.502,14	87,86
Provisões Matemáticas	26.874.030,39	14.218.529,59	89,01
Fundos Previdenciais	2.867.156,35	1.612.972,55	77,76

Ativos

Recebível:

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 407 mil;
- b) Participantes – R\$ 415 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de junho/2016 para serem liquidadas no mês de julho/2016, as quais respeitam o regime de competência.

Investimentos:

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B.

Obrigações e Ativo líquido

Nas obrigações o exigível operacional teve um aumento de 67,33%, fato motivado principalmente pela mudança na forma e percentuais de rateio das despesas de gestão administrativa dos investimentos.



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

Já no patrimônio social o aumento de 87,86% acompanha o percentual de elevação do acúmulo de recursos para pagamentos de benefícios.

Quadro nº 8 – Demonstração das Provisões Técnicas

DESCRIÇÃO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	29.800.464,98	15.866.928,73	87,81
1. Provisões Matemáticas	26.874.030,39	14.218.529,59	89,01
1.2. Benefício a Conceder	26.874.030,39	14.218.529,59	89,01
Contribuição Definida	26.874.030,39	14.218.529,59	89,01
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	13.270.026,36	7.040.436,59	88,48
Saldo de Contas - parcela participantes	13.604.004,03	7.178.093,00	89,52
2. Fundos	2.867.156,35	1.612.972,55	77,76
2.1. Fundos Previdenciais	2.867.156,35	1.612.972,55	77,76
3. Exigível Operacional	59.278,24	35.426,59	67,33
3.1. Gestão Previdencial	24.700,23	32.362,53	(23,68)
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	34.578,01	3.064,06	1.028,50

Instrumento destinado a apresentar as Provisões Matemáticas, a Reserva de Contingência, as Operações com Fundos e os Exigíveis Operacional e Contingencial.

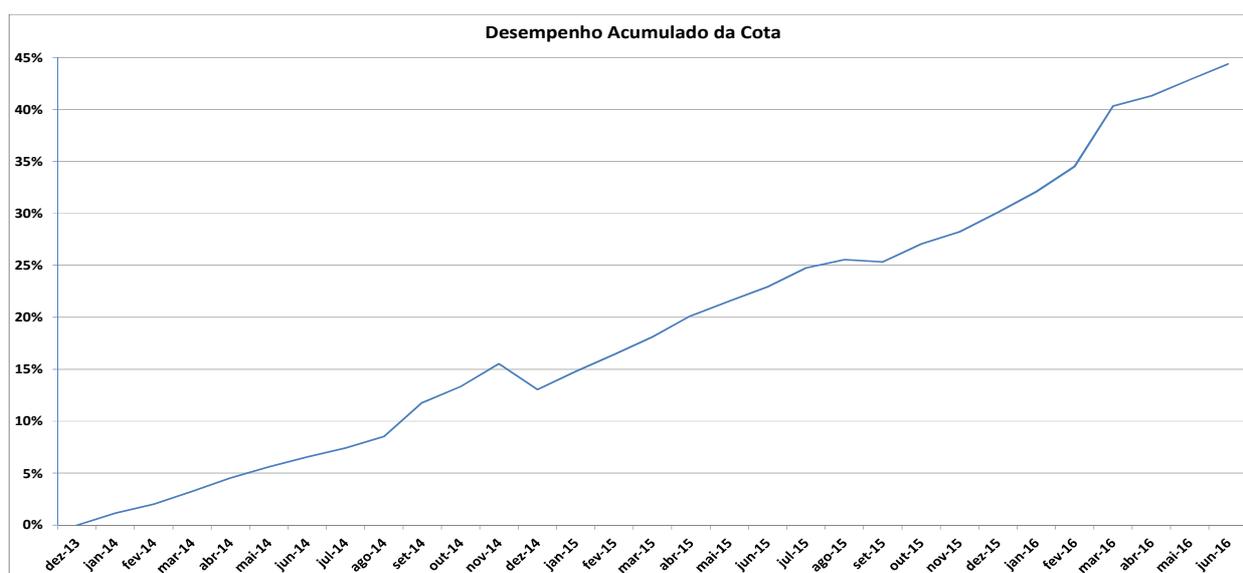
Com o acúmulo da receita de contribuições, o volume de benefícios a conceder elevou-se em 89,01%, junto com os fundos coletivo de risco e não comprometido que subiram 77,76%.

Nas obrigações o exigível operacional teve um aumento de 67,33%, fato motivado principalmente pela mudança no percentual de custeio dos investimentos do plano.

Tabela nº 29

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
jan/14	1,02	1,15	1,15%
fev/14	1,03	0,85	2,01%
mar/14	1,04	1,20	3,24%
abr/14	1,06	1,27	4,54%
mai/14	1,07	1,03	5,61%
jun/14	1,08	0,88	6,55%
jul/14	1,09	0,82	7,42%
ago/14	1,10	1,02	8,51%
set/14	1,13	3,02	11,79%
out/14	1,15	1,38	13,34%
nov/14	1,17	1,93	15,53%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%
jan/15	1,16	1,55	14,81%
fev/15	1,18	1,41	16,42%
mar/15	1,19	1,45	18,11%
abr/15	1,22	1,73	20,16%
mai/15	1,23	1,16	21,55%
jun/15	1,24	1,13	22,92%
jul/15	1,26	1,49	24,76%
ago/15	1,27	0,63	25,54%
set/15	1,27	-0,16	25,35%
out/15	1,28	1,38	27,07%
nov/15	1,30	0,90	28,22%
dez/15	1,32	1,48	30,11%
jan/16	1,34	1,52	32,08%
fev/16	1,36	1,85	34,52%
mar/16	1,42	4,32	40,33%
abr/16	1,43	0,71	41,32%
mai/16	1,44	1,09	42,86%
jun/16	1,46	1,06	44,38%

Gráfico nº 53



A cota no período de dezembro de 2013 a junho de 2016 apresentou uma variação positiva de 44,38%, esse indicador reflete uma estratégia acertada nos ativos adquiridos.

4. Plano de Gestão Administrativa – PGA

4.1.1 Administração

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

Gráfico nº 54 – Recursos Recebidos

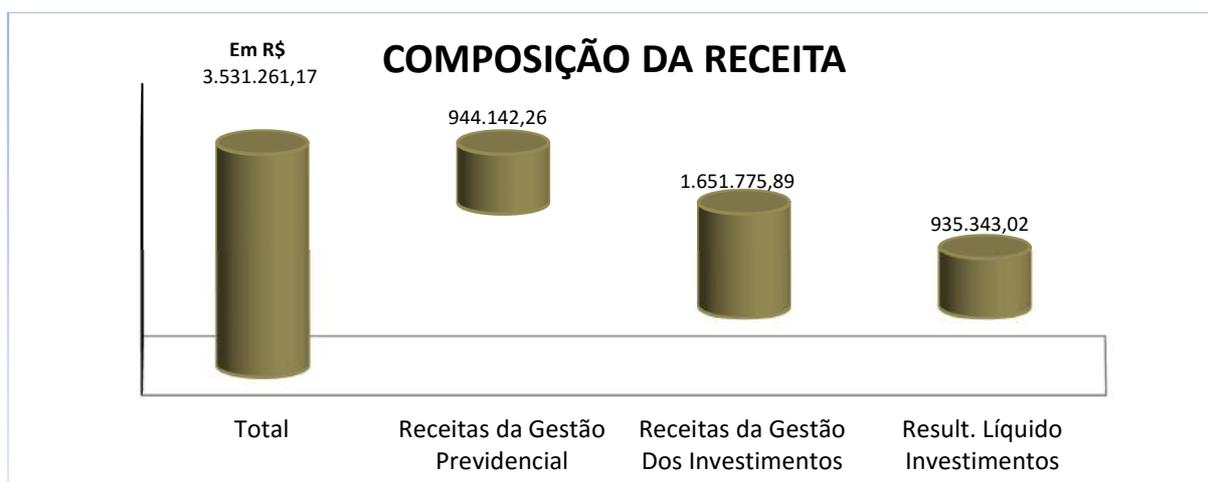
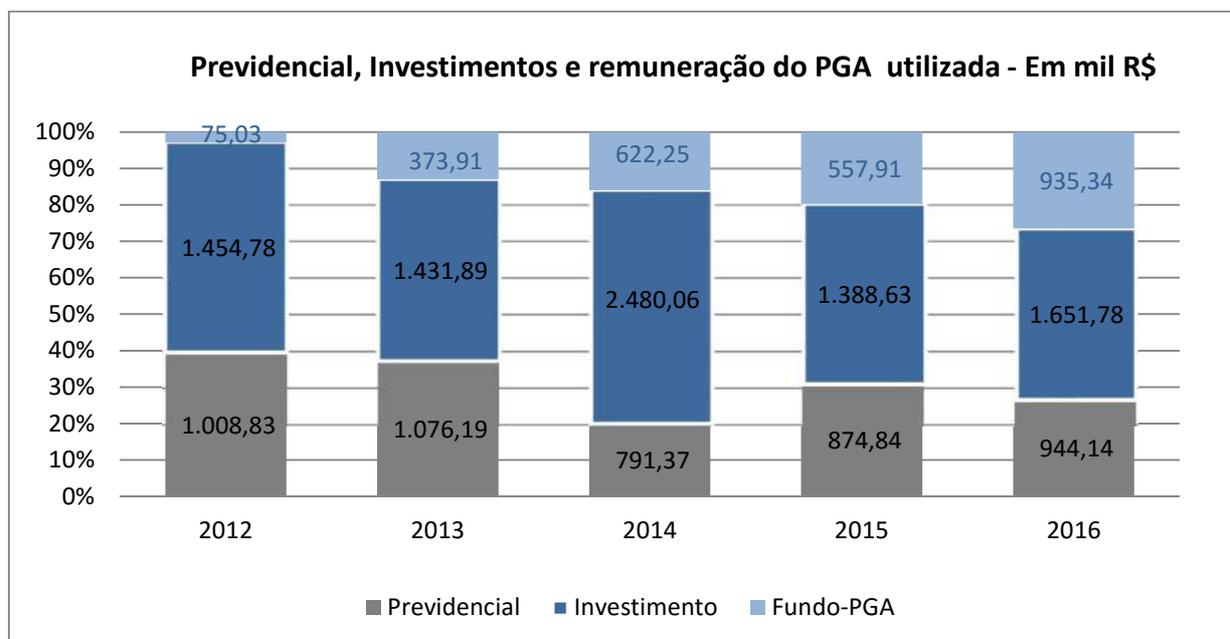


Gráfico nº 55 – Demonstrativo Histórico das Receitas



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos Planos de Custeio; reembolso das despesas com gestão dos investimentos; taxa de administração do Programa de Empréstimos a Participantes e rentabilidade do Fundo Administrativo.

As despesas de gestão dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio de despesas administrativas entre gestão previdencial e gestão de investimentos acrescido das despesas diretas da gestão dos investimentos.

A rentabilidade do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, e que estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I, tendo em vista que o Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundos específicos.

Gráfico nº 56 – Despesas Realizadas

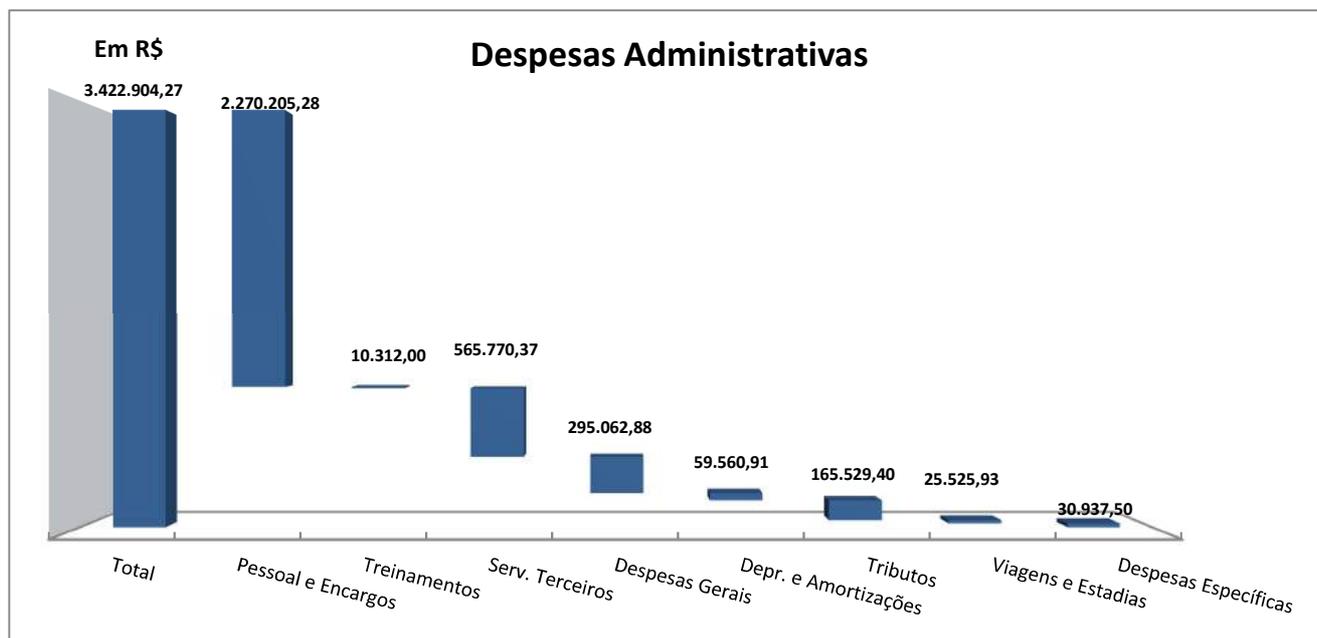
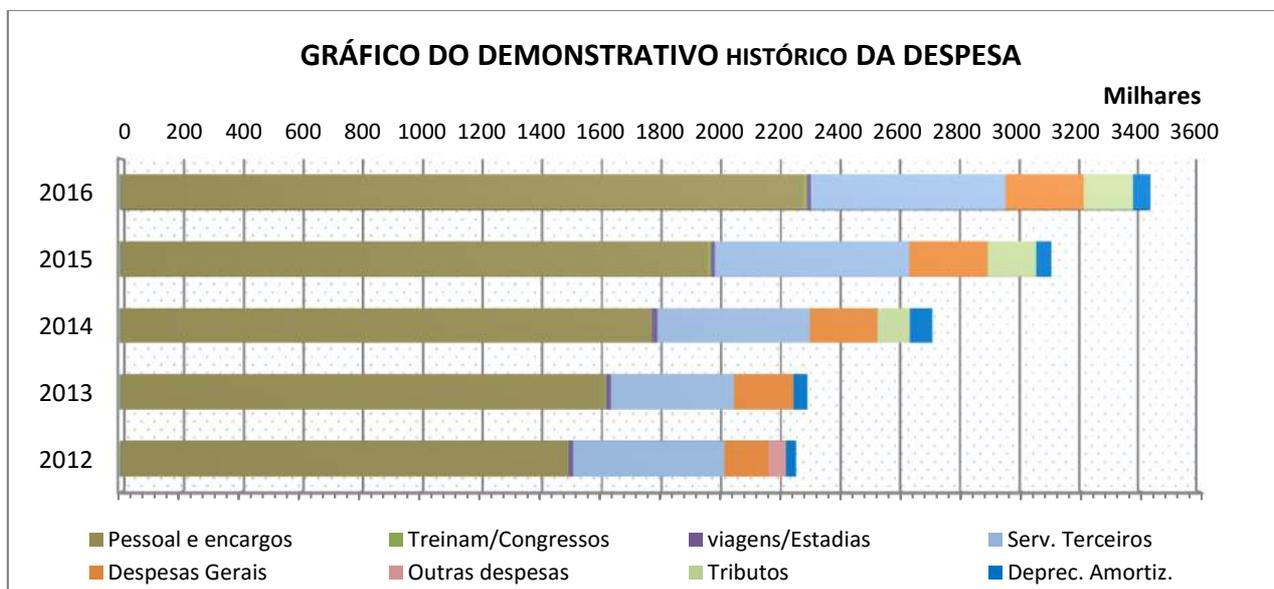


Gráfico nº 57 – Demonstrativo Histórico da Despesa



O comportamento da despesa nos últimos cinco anos se manteve aderente à movimentos da economia do país. Contudo, em Despesas Gerais se verifica um aumento a partir de 2015 quando a entidade passou a recolher o PIS. Cabe lembrar que até o citado exercício, a referida contribuição era recolhida em juízo devido à discussão judicial em torno da mesma.

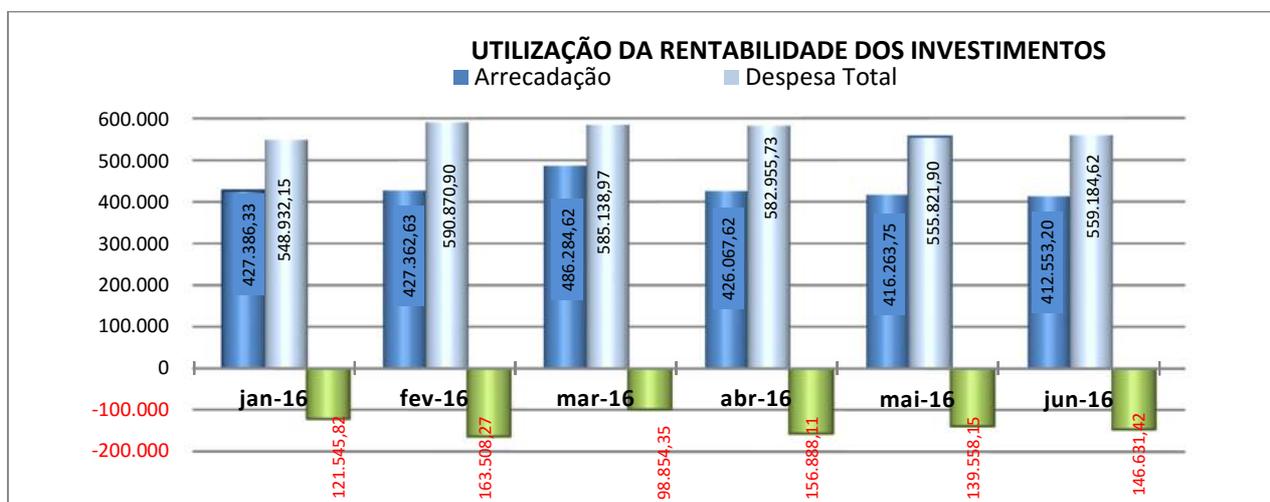
Tabela nº 30 – Acompanhamento do Custeio

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	944.142,26	27,11	1.602.794,39	46,03	935.343,02	26,86	3.482.279,67	100
Despesa	1.859.399,19	54,82	1.532.567,58	45,18			3.391.966,77	100
Diferença	-915.256,93	(26,98)	70.226,81	2,07	935.343,02		90.312,90	2,59

A soma da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo cobriram todos os gastos e geraram uma sobra equivalente a 2,59%, os quais foram destinados à constituição do Fundo Administrativo do plano BD.

A diferença de R\$ 70.226,81, demonstrada em Adm Investimentos, se refere a lançamentos registrados à maior nas contas 40121 e 4120. O referido valor já foi constatado pela contabilidade que está providenciando ajustes para compensação no mês de julho/2016.

Gráfico nº 58 – Participação do Rendimento dos Investimentos



No 2º trimestre foi necessária a utilização de recursos do rendimento das aplicações do Fundo Administrativo para fazer face aos gastos da entidade. Esses valores estão representados no gráfico acima pelas colunas situadas abaixo da linha zero.

Tabela nº 31 – Custeio – Base de Cálculo e Limites Legais

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES/CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 43.220.991	9%	R\$ 3.889.889,23
Montante dos recursos garantidores	R\$ 612.498.553	1%	R\$ 6.124.985,53
		TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE	
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite		2.595.918,15	6,01
(Soma das receitas previdenciais e de investimentos)			0,42

Relativamente à tabela acima, os limites a serem observados de 9% (taxa de carregamento), incidente sobre a soma das receitas e das despesas previdenciais, ou de 1% (taxa de administração), incidente sobre a soma dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios I e II, dizem respeito ao valor anual, porém o seu acompanhamento em cada trimestre visa antecipar eventuais desvios e possibilitar o ajuste dentro do exercício.

Ressalte-se que, nos termos o art. 7º da Resolução CGPC/Nº 29/2009, os recursos oriundos do Fundo Administrativo não são computados para verificação do limite do custeio administrativo. Dessa forma, o valor do custeio a ser utilizado para fins análise desses limites é de R\$ 2.595.918,15.

Tabela nº 32 – Acompanhamento Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	2.077.515,58	64,29	2.270.205,28	66,32	(192.689,70)	-8,49
DIRIGENTES	634.281,90	19,63	649.235,09	18,97	(14.953,19)	-2,30
PESSOAL PRÓPRIO	1.443.233,68	44,66	1.620.970,19	47,36	(177.736,51)	-10,96
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	25.825,67	0,80	10.312,00	0,30	15.513,67	150,44
VIAGENS E ESTADIAS	18.542,91	0,57	25.525,93	0,75	(6.983,02)	-27,36
SERVIÇOS DE TERCEIROS	643.009,74	19,90	565.770,37	16,53	77.239,37	13,65
DESPESAS GERAIS	254.182,54	7,87	295.062,88	8,62	(40.880,34)	-13,85
TAFIC - PLANO I	30.000,00	0,93	30.000,00	0,88	-	0,00
TAFIC - PLANO II	937,50	0,03	937,50	0,03	-	0,00
TRIBUTOS	158.214,68	4,90	165.529,40	4,84	(7.314,72)	-4,42
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	54.110,46	1,67	59.560,91	1,74	(5.450,45)	-9,15
T O T A L	3.231.401,58	100	3.422.904,27	95	(191.502,69)	-5,93

A tabela acima mostra os valores acumulados até o 2º trimestre.

As contas que apresentaram percentuais acima da projeção orçamentária estão expressas nas rubricas:

- **Pessoal próprio:** a estimativa ficou menor do que o previsto, devido a uma falha no cálculo orçamentário para o 1º trimestre. Na ocasião a ocorrência não foi identificada, ficando esta previsão limitada a 39,22%, dos valores previstos para os demais meses do restante do exercício de 2016.



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

- **Viagens e estadias:** o total orçado para esta conta ficou a menor em R\$ 6.933,02. Foram computadas despesas com viagens de técnicos das empresas de consultoria Luz Engenharia Financeira e Mirador Assessoria Atuarial, a serem apropriadas na rubrica correta - *Serviços de Terceiros*.

Houve, no trimestre, gastos relativos a viagens dos gerentes de contabilidade para participação em seminário; dos gerentes de Finanças e de Benefícios para representar a entidade em eventos específicos de cada área e da Assessora Jurídica da diretoria para representar a São Francisco em demandas ocorridas em outros estados.

- **Treinamento/Congressos:** os custos com treinamentos e seminários com vistas a preparação dos colaboradores para atendimento às novas obrigações, e-financeiro e e-social, fizeram com que o percentual estimado ficasse abaixo do realizado.
- **Despesas Gerais:** Os desembolsos que pressionaram negativamente o percentual previsto para esta conta foram:
 - Os recolhimentos realizados com PIS e IPTU que não foram orçadas, mas seus valores juntos totalizaram R\$ 16.244,67.
 - O total realizado na conta remessas e correspondências superou o previsto em R\$ 12.044,24 neste trimestre.
 - Em construção de uso próprio, os gastos superaram o previsto em R\$ 5.704,73. A diferença refere-se a necessidades de serviços de alvenaria para adequação de ambientes;

Pela execução orçamentária, a despesa acumulada até o 2º trimestre encerrou com um valor total acima do projetado, em 5,93% ou o equivalente a R\$ 191.502,69.



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

4.1.2 Investimento

4.1.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da SÃO FRANCISCO, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

Tabela nº 33 – Alocação de Recursos

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL			abr/16	mai/16	jun/16	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
													S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	11.334.853,67	100,00%	98,72%	11,9		1,17%	1,13%	1,10%	3,44%	8,50%	16,44%	1,85%	0,56%	1,59%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	11.334.853,67	100,00%	98,72%	11,9		1,17%	1,13%	1,10%	3,44%	8,50%	16,44%	1,85%	0,56%	1,59%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	11.334.853,67	100,00%	98,72%	11,9	Soberano	1,17%	1,13%	1,10%	3,44%	8,50%	16,44%	1,85%	0,56%	1,59%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	147.050,41	100,00%	1,28%	-		1,09%	1,05%	1,16%	3,34%	6,76%	14,05%	0,11%	-1,18%	-0,15%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	147.050,41	100,00%	1,28%	-		1,09%	1,05%	1,16%	3,34%	6,76%	14,05%	0,11%	-1,18%	-0,15%
	SAGA SNAKE FIM	147.050,41	100,00%	1,28%	-		1,09%	1,05%	1,16%	3,34%	6,76%	14,05%	0,11%	-1,18%	-0,15%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		11.481.904,08		100,00%	11,9		1,17%	1,13%	1,10%	3,44%	8,50%	16,45%	1,85%	0,56%	1,59%

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa de Referência do Plano” (INPC+5,50%), assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos “Segmentos de Renda Fixa” e “Investimentos Estruturados”, encontrando-se no encerramento do 2º Trimestre de 2016, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2016/2020, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 2º Trimestre 2016 o valor total de R\$ 11.481.904,08 contra R\$ 11.270.162,21 em dezembro de 2015, registrando um crescimento nominal no período de 1,88%.

Gráfico nº 59 – Enquadramento Legal

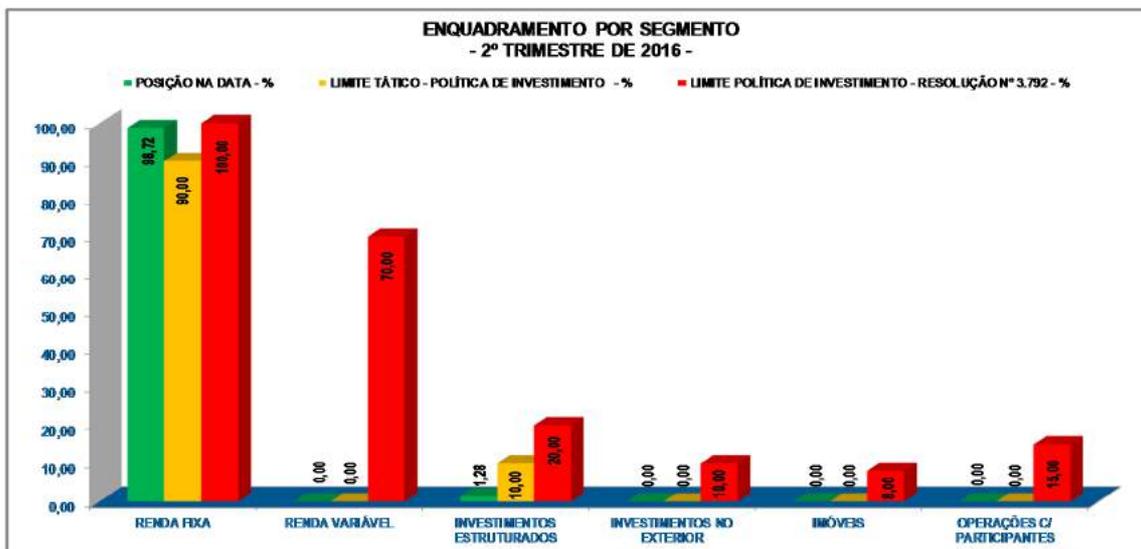


Tabela nº 34 – Enquadramento Legal

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2015 X JUNHO DE 2016 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31/12/2015		30/06/2016		LIMITE TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENDA FIXA	11.185.691,96	99,25	11.334.853,67	98,72	90,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	84.470,25	0,75	147.050,41	1,28	10,00	20,00	10,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.270.162,21	100,00	11.481.904,08	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	10.258,23	↑ 1,88%	12.105,55				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		0,00				
TOTAL DOS ATIVOS DE INVESTIMENTOS	11.280.420,44		11.494.009,63				

4.1.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do **Plano de Gestão Administrativa – PGA**, no 2º trimestre de 2016 foi de 3,44%, contra 4,90% registrada no 1º trimestre de 2016, acumulando no ano um desempenho positivo de 8,50%. Descontada a **Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 5,50% a.a.)**, que atingiu **7,94%**, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 0,56%.

Destaca-se por oportuno a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, com 98,72% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados, este último, com 1,28% dos ativos de investimentos alocados em Fundo Multimercado, cuja finalidade é tão somente dar liquidez para pagamento das “Despesas Administrativas”. Dessa forma, é desprezível o desempenho obtido por esse veículo.

Gráfico nº 60 – Rentabilidade

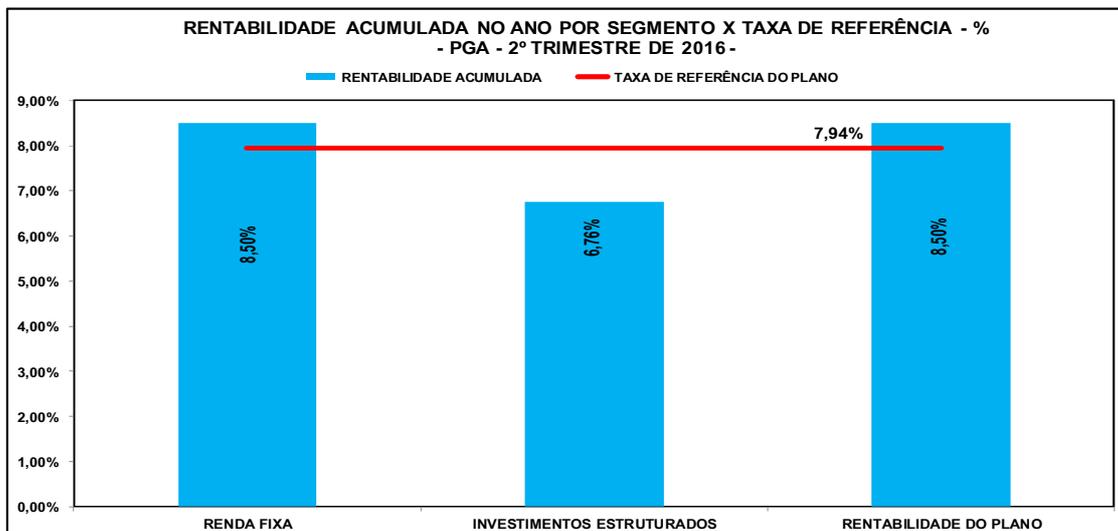


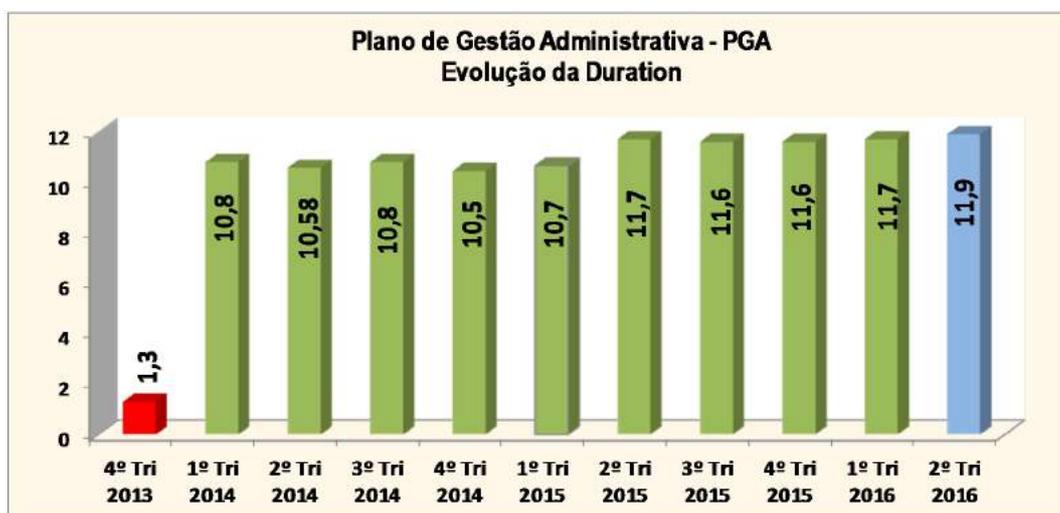
Tabela nº 35 – Rentabilidade

RENTABILIDADE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA - ACUMULADA - %				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 2º TRIMESTRE 2016			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,10%	3,44%	8,50%	16,44%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,16%	3,34%	6,76%	14,05%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,10%	3,44%	8,50%	16,45%
TAXA DE REFERÊNCIA	0,92%	3,48%	7,94%	15,32%
DIVERGÊNCIA S/TAXA DE REFERÊNCIA	0,18%	(0,04%)	0,56%	1,13%

(*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,50% a.a.

4.1.2.3 Duration

Gráfico nº 61 – Evolução da Duration – 2º Trimestre de 2016





FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

No encerramento do 2º trimestre de 2016 o “Duration” alcançou 11,9 anos contra 11,7 anos alcançados no 2º trimestre de 2015, apresentando pequeno aumento no decorrer do período, motivado pelo do vencimento final de títulos públicos existentes na carteira e alocação em títulos mais longos.

4.1.2.4 Acompanhamento Orçamentário

O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 2º trimestre de 2016 possui valor realizado de R\$ 923.900,66 contra o valor orçado de R\$ 806.068,13 ou 114,61%, maior que o projetado. O desvio foi provocado pelo resultado final, na queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de longo prazo marcado a mercado.

Tabela nº 36 – Receitas dos Investimentos

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

JUNHO / 2016

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	123.081,87	131.868,40	93,34%	923.900,66	806.068,13	114,62%	923.900,66	1.672.839,28	55,23%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	123.081,87	131.868,40	93,34%	923.900,66	806.068,13	114,62%	923.900,66	1.672.839,28	55,23%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	123.081,87	131.868,40	93,34%	923.900,66	806.068,13	114,62%	923.900,66	1.672.839,28	55,23%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.742,26	3.553,20	49,03%	11.442,36	21.401,96	53,46%	11.442,36	30.350,88	37,70%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	1.742,26	3.553,20	49,03%	11.442,36	21.401,96	53,46%	11.442,36	30.350,88	37,70%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	124.824,13	135.421,60	92,17%	935.343,02	827.470,09	113,04%	935.343,02	1.703.190,16	54,92%

(i) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.
(ii) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

4.1.3 Contabilidade
Quadro nº 9 – Balanço Patrimonial

ATIVO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	PASSIVO	Período Junho/2016	Período Junho/2015
DISPONÍVEL	12.105,55	31.364,20	EXIGÍVEL OPERACIONAL	680.373,21	622.455,52
			Gestão Administrativa	680.373,21	622.455,52
REALIZÁVEL	15.463.985,30	15.044.165,21			
Gestão Administrativa	3.982.081,22	3.878.068,96			
Investimentos	11.481.904,08	11.166.096,25	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	4.774.495,91	4.603.604,60
Títulos Públicos	11.334.853,67	10.750.004,03	Gestão Administrativa	4.774.495,91	4.603.604,60
Fundos de Investimento	147.050,41	416.092,22			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	13.175.849,72	13.079.290,05
PERMANENTE	3.154.627,99	3.229.820,76			
Imobilizado	3.125.738,89	3.192.299,41	FUNDOS	13.175.849,72	13.079.290,05
Diferido	28.889,10	37.521,35	Fundos Administrativos	13.175.849,72	13.079.290,05
TOTAL DO ATIVO	18.630.718,84	18.305.350,17	TOTAL DO PASSIVO	18.630.718,84	18.305.350,17

A Demonstração Contábil do Balanço Patrimonial apresenta o Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Social e tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial da Entidade em determinada data. Representa, portanto, a posição estática.

Realizável
Gestão Administrativa:

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 138 mil;
- b) Adiantamentos a Empregados/Empréstimo Férias/Férias – R\$ 121 mil;
- c) Custeio p/ gastos com administração dos Investimentos – R\$ 258 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.406 mil;

Na letra “a” os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de junho/2016, as quais serão liquidadas no mês de julho.

A letra “b” refere-se à provisão de empréstimo férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são pagos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda do Plano de Benefícios a ser realizado no mês de junho/2016, item 2.2 letra “c”.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS, IR e Ações Trabalhistas depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 422 mil e R\$ 2.928 mil, respectivamente.

Investimento:

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos em 98,70% em Títulos Públicos e o restante em Fundos de Investimentos Multimercado. No demonstrativo acima destaca-se também a redução de recursos nesses fundos de 64,66%.

Exigível Operacional
Gestão Administrativa:

- a) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros – R\$ 625 mil;
- b) Retenções a Recolher (valores retidos de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 23 mil;
- c) Provisão de Férias/ INSS/FGTS – R\$ 369 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de junho/2016, as quais serão liquidadas em dezembro/2016.

Exigível Contingencial
Gestão Administrativa:

- a) Provisão de PIS – R\$ 422 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 2.928 mil;
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;
- d) Provisão de CLSS – R\$ 1.367 mil;

Os valores especificados nas letras “a”, “b”, “c” e “d”, correspondem a depósitos judiciais registrados no item 1.1. - Gestão Administrativa letra “d”.

Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

Quadro nº 10 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – BD

DESCRIÇÃO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.067.492,82	12.940.815,91	0,98
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.162.271,53	3.079.864,56	2,68
1.1. Receitas	3.162.271,53	3.079.864,56	2,68
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	815.710,79	741.240,42	10,05
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.392.236,22	1.357.331,87	2,57
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	18.981,50	13.592,53	39,65
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	935.343,02	967.699,74	(3,34)
2. Despesas Administrativas	3.053.914,63	2.941.390,42	3,83
2.1. Administração Previdencial	1.568.889,05	1.584.058,57	(0,96)
Pessoal e encargos	1.057.248,02	1.028.456,14	2,80
Treinamentos/congressos e seminários	4.847,50	5.148,19	(5,84)
Viagens e estadias	13.161,37	9.158,99	43,70
Serviços de terceiros	228.118,86	292.447,14	(22,00)
Despesas gerais	147.487,10	133.054,27	10,85
Depreciações e amortizações	29.005,01	24.649,50	17,67
Tributos	89.021,19	91.144,34	(2,33)
2.2. Administração dos Investimentos	1.485.025,58	1.357.331,85	9,41
Pessoal e encargos	949.162,03	787.280,75	20,56
Treinamentos/congressos e seminários	3.802,54	4.469,32	(14,92)
Viagens e estadias	9.256,23	3.766,87	145,73
Serviços de terceiros	263.702,66	346.054,77	(23,80)
Despesas gerais	133.639,57	105.416,11	26,77
Depreciações e amortizações	28.667,48	24.649,48	16,30
Tributos	66.795,07	67.694,55	(1,33)
Despesas Específicas - TAFIC	30.000,00	18.000,00	66,67
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	108.356,90	138.474,14	(21,75)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	108.356,90	138.474,14	(21,75)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.175.849,72	13.079.290,05	0,74

Quadro nº 11 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – CODEPREV

DESCRIÇÃO	Período Junho/2016	Período Junho/2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	368.989,64	151.311,23	143,86
1.1. Receitas	368.989,64	151.311,23	143,86
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	128.431,47	133.603,13	(3,87)
Custeio Administrativo dos Investimentos	240.558,17	17.708,10	1.258,46
2. Despesas Administrativas	368.989,64	151.311,23	143,86
2.1. Administração Previdencial	291.447,64	133.603,13	118,14
Pessoal e encargos	215.927,05	124.696,13	73,16
Treinamentos/congressos e seminários	1.352,50	78,39	1.625,35
Viagens e estadias	2.375,77	139,48	1.603,31
Serviços de terceiros	57.689,74	4.453,55	1.195,37
Despesas gerais	8.773,30	2.022,22	333,84
Depreciações e amortizações	1.058,15	375,40	181,87
Tributos	3.333,63	1.387,96	140,18
Despesas Específicas - TAFIC	937,50	450,00	108,33
2.2. Administração dos Investimentos	77.542,00	17.708,10	337,89
Pessoal e encargos	47.868,18	11.085,00	331,83
Treinamentos/congressos e seminários	309,46	68,05	354,75
Viagens e estadias	732,56	57,38	1.176,68
Serviços de terceiros	16.259,11	3.574,35	354,88
Despesas gerais	5.162,91	1.522,73	239,06
Depreciações e amortizações	830,27	375,40	121,17
Tributos	6.379,51	1.025,19	522,28
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	-	-	-
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	-	-	-